

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

FÁBIO MARTINS

**AS COMPANHIAS DE REIS E DO MENINO JESUS
EM CARMO DO RIO CLARO (MG): VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS,
PATRIMONIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FENÔMENO**

PONTA GROSSA
2020

FÁBIO MARTINS

**AS COMPANHIAS DE REIS E DO MENINO JESUS
EM CARMO DO RIO CLARO (MG): VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS,
PATRIMONIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FENÔMENO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão do Território na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky

PONTA GROSSA
2020

M386 Martins, Fábio
As Companhias de Reis e do Menino Jesus em Carmo do Rio Claro (MG):
vivências e memórias, patrimonialização e manutenção do fenômeno / Fábio
Martins. Ponta Grossa, 2020.
173 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração:
Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky.

1. Folias de reis. 2. Patrimônio cultural. 3. Políticas culturais. 4. Carmo do
Rio Claro. I. Monastirsky, Leonel Brizolla. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

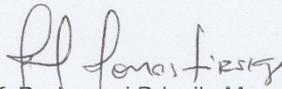
CDD: 910

TERMO DE APROVAÇÃO

FABIO MARTINS

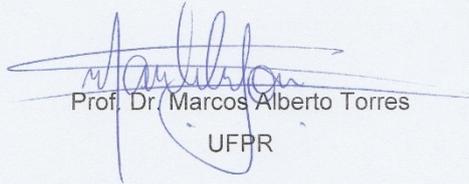
**“A PAISAGEM DAS COMPANHIAS DE REIS E DO MENINO JESUS EM
CARMO DO RIO CLARO (MG): VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS,
PATRIMONIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FENÔMENO”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



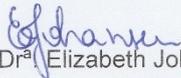
Orientador: Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky

UEPG



Prof. Dr. Marcos Alberto Torres

UFPR



Prof^a. Dr^a Elizabeth Johansen

UEPG

Ponta Grossa, 09 de março de 2020.

Aos Santos Reis, Menino Jesus, pastores e foliões.

AGRADECIMENTOS

Gratidão: a Deus, aos Santos Reis, ao Menino Jesus; aos meus pais: Berenice de Fátima Cruz e Antônio Rosário Martins que sempre me apoiaram durante minha trajetória acadêmica, meu muito obrigado; a minha companheira que esteve ao meu lado durante todo o processo de pesquisa.

Obrigado professores e acadêmicos do programa de Pós-Graduação em Geografia - UEPG, por todo aprendizado adquirido nestes dois anos.

Sou grato ao meu orientador prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky pelos ensinamentos, diálogos, confiança, parceria e sensibilidade, por sempre acreditar no diálogo entre ciência geográfica e as artes, o que permite a abertura de novos olhares e avanços significativos ao campo científico.

Agradeço as contribuições dos professores Dr^a. Elizabeth Johansen e Dr. Marcos Alberto Torres que prontamente se dispuseram colaborar com esta pesquisa.

Meus eternos agradecimentos aos devotos, foliões e pastores das Companhias: de Reis Estrela da Guia, Estrela do Oriente e do Menino Jesus. Aos entrevistados: José Alvino, Edinho, Marcos, Elisa e João Martins, Joaquim Esteves; Jair Pereira e todos os demais foliões; Junio César Oliveira, Jair Soares Junior, Rosa Maria de Mello, Padre Michel; aos membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Carmo do Rio Claro, Marcela Giorgia Crispim dos Santos Cortapasso Cruz e Suzana Leite Hervas.

Não posso deixar de mencionar áqueles que em algum momento fizeram parte desta trajetória, em especial aos professores Beatriz Rauscher, Ana Helena Duarte, Lu de Laurentiz e ao ex-prefeito de Carmo do Rio Claro (MG) Ângelo Leite Pereira.

A todos os companheiros de trabalho do Colégio Estadual Maestro Bento Mossurunga, em especial a prontidão do professor Renei Coelho e da diretora Sandra Marques.

A percepção sinestésica é a regra,
e, se não percebemos isso, é porque o saber científico desloca a experiência
e porque desaprendemos a ver, a ouvir e, em geral, a sentir,
para deduzir de nossa organização corporal e do mundo. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 308).

RESUMO

No município de Carmo do Rio Claro (MG) evidencia-se a expressão do catolicismo popular, com destaque para celebrações associadas aos santos católicos. Nesse cenário, buscou-se destacar as Companhias de Reis e do Menino Jesus com o objetivo inicial de examinar o (re)conhecimento dessas Companhias como patrimônio cultural imaterial do município a partir da sociedade carmelitana, foliões/pastores, turistas e o poder público local. A pesquisa se completa com a identificação e interpretação da simbologia que sustenta e dá sentido a essas manifestações religiosas, além de diagnosticar os desafios e possíveis riscos de extinção dessas manifestações culturais. Foram consideradas a legislação, normativas e práticas vigentes em Políticas Culturais, presentes no estado de Minas Gerais e no Município de Carmo do Rio Claro (MG), que visam à salvaguarda dos bens culturais. A pesquisa fundamentou-se numa base interdisciplinar entre a Geografia, Antropologia, Filosofia, História e Artes e as técnicas da pesquisa qualitativa, com destaque para pesquisa de campo - com observação participante -, entrevistas, recursos fotográficos e audiovisuais. Nesse contexto, o conceito de paisagem religiosa é o pressuposto para se pensar as Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG) enquanto um sistema de crença religiosa, permeada por códigos, símbolos e signos que revelam práticas históricas, vivências, memórias individuais e coletivas que se exige que sejam preservadas.

Palavras-chave: Folias de Reis, Patrimônio Cultural, Políticas Culturais, Carmo do Rio Claro (MG)

ABSTRACT

It is highlighted the presence of catholicism at the municipality of Carmo do Rio Claro, specially in Catholic Saints' celebrations. In such scenario, it was sought to emphasize the "Companias de Reis e do Menino Jesus" (Company of Kings and Company the Child Jesus are local religious manifestations) celebration aiming to examine the reknowledge of these "companies" as an municipality's immaterial cultural heritage, from its society, revelers, shepherds, tourists and local government. The research is complete with the identification and interpretation of the symbology that sustains and gives meaning to these religious manifestations, also diagnosing the challenges and possible risks of extinction of these cultural manifestations. The legislation, regulations and practices in force in Cultural Policies, present in the state of Minas Gerais and the municipality of Carmo do Rio Claro (MG), which aimed at safeguarding cultural goods, were considered. The research was based on an interdisciplinary basis between Geography, Anthropology, Philosophy, History and Arts and its qualitative research techniques, with emphasis on field research were done with participant observation - interviews, photographic and audiovisual resources. In this context, the concept of religious landscape is the presupposition to think about the "Companias de Reis e do Menino Jesus" of Carmo do Rio Claro (MG) as a system of religious belief, permeated by codes, symbols and signs that reveal historical practices, experiences, individual and collective memories that demand to be preserved.

Keywords: Folias de Reis, Cultural Heritage, Cultural Policies, Carmo do Rio Claro (MG).

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de Localização das Folias de Minas Gerais.....	22
Figura 2	Imagem aérea em torno da Serra da Tormenta (MG).....	44
Figura 3	Detalhe imagem aérea em torno da Serra da Tormenta destaque: cidade Carmo do Rio Claro (MG).....	44
Figura 4	Cartograma: Paisagem Religiosa de Carmo do Rio Claro (MG).....	57
Figura 5	Capela Nosso Senhor dos Passos e Serra da Tormenta ao fundo, Carmo do Rio Claro (MG), 2004.....	58
Figura 6	Chegada do Moçambique na Igreja do Rosário no final dos anos 80..	60
Figura 7	Inscrição das Companhias de Reis e do Menino Jesus no Livro de Registro: Bens Culturais de Natureza Imaterial da Cidade de Carmo do Rio Claro (MG).....	160
Fotografia 1	Companhia do Menino Jesus.....	19
Fotografia 2	Companhia de Reis Estrela da Guia.....	19
Fotografia 3	Companhia de Reis Estrela do Oriente.....	19
Fotografia 4	Companhia de Reis das Três Barras.....	19
Fotografia 5	Chegada Companhia Estrela da Guia – Pç. e Igreja N ^a . Sra. do Rosário..	20
Fotografia 6	Chegada Companhia Estrela da Guia – Pç. e Igreja N ^a . Sra. do Rosário..	20
Fotografia 7	Chegada Companhia Estrela da Guia – Pç. e Igreja N ^a . Sra. do Rosário..	20
Fotografia 8	Processo de criação: trabalhos artísticos em colagem	21
Fotografia 9	Exposição de artes visuais “Folias” Galeria Ido Finotti.....	21
Fotografia 10	Serra da Tormenta e cidade de Carmo do Rio Claro (MG).....	43
Fotografia 11	Museu Histórico e Arqueológico Indígena Antônio Adalto Leite.....	46
Fotografia 12	Museu Histórico e Arqueológico Indígena Antônio Adalto Leite.....	46
Fotografia 13	Museu Histórico e Arqueológico Indígena Antônio Adalto Leite.....	46
Fotografia 14	Festa da Padroeira no Largo da Antiga Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, início do século XX.....	49
Fotografia 15	Inauguração da capela N. Sra. Aparecida no alto da Serra da Tormenta, início do século XX.....	51
Fotografia 16	Reforma capela N. Sra. Aparecida no alto da Serra da Tormenta, início do século XX.....	51
Fotografia 17	Antiga Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo início do século XX....	52
Fotografia 18	Atual Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.....	52
Fotografia 19	Tecelagem e tecidos de produção artesanal.....	52
Fotografia 20	Tecelagem e tecidos de produção artesanal.....	52
Fotografia 21	Produção artesanal de doces bordados.....	52
Fotografia 22	Produção artesanal de doces bordados.....	52
Fotografia 23	Procissão do Encontro.....	58
Fotografia 24	Procissão do Encontro.....	58
Fotografia 25	Procissão do Encontro.....	58
Fotografia 26	Procissão do Senhor Morto acompanhado com velas.....	59
Fotografia 27	Procissão do Senhor Morto acompanhado com velas.....	59
Fotografia 28	Procissão do Senhor Morto acompanhado com velas.....	59
Fotografia 29	Procissão, missa e festejo em louvor a Nossa Senhora do Carmo.....	59
Fotografia 30	Procissão, missa e festejo em louvor a Nossa Senhora do Carmo.....	59
Fotografia 31	Procissão, missa e festejo em louvor a Nossa Senhora do Carmo.....	59
Fotografia 32	Procissão cortejo a Nossa Senhora do Rosário – pç. e Igreja do Rosário.	61
Fotografia 33	Procissão cortejo a Nossa Senhora do Rosário – pç. e Igreja do Rosário.	61
Fotografia 34	Procissão cortejo a Nossa Senhora do Rosário – pç. e Igreja do Rosário.	61

Fotografia 35	Antiga casa no bairro do São Benedito com mastros de bambu em homenagem aos santos católicos dos meses de junho e julho.....	61
Fotografia 36	Travessia de balsa represa de furnas e festejo dedicado à Imagem do Nosso Senhor dos Aflitos - Santuário distrito rural do Itacy.....	63
Fotografia 37	Travessia de balsa represa de furnas e festejo dedicado à Imagem do Nosso Senhor dos Aflitos - Santuário distrito rural do Itacy.....	63
Fotografia 38	Imagem do Nosso Senhor dos Aflitos - Santuário distrito rural do Itacy.	63
Fotografia 39	Imagem do Nosso Senhor dos Aflitos - Santuário distrito rural do Itacy.	63
Fotografia 40	Formação inicial da Companhia Estrela da Guia.....	83
Fotografia 41	Formação inicial da Companhia Estrela da Guia.....	83
Fotografia 42	Pagamento de promessa, oferta de jantar a Companhia Estrela da Guia.	87
Fotografia 43	Pagamento de promessa, oferta de jantar a Companhia Estrela da Guia.	87
Fotografia 44	Pagamento de promessa, oferta de jantar a Companhia Estrela da Guia.	87
Fotografia 45	Centro Comunitário da Jacuba, obra construída com apoio financeiro da Companhia Estrela da Guia.....	90
Fotografia 46	Palhaços com máscaras tradicionais de couro 2004 – 2018.....	99
Fotografia 47	Palhaços com máscaras de diversas materialidades 2004 – 2018.....	100
Fotografia 48	Palhaços: vestimentas tradicionais (estampa de chitão).....	101
Fotografia 49	Palhaços: vestimentas tradicionais (estampa de chitão) e vestimenta diferenciada (cor uniforme) 2017 - 2019.....	101
Fotografia 50	Palhaços: vestimentas tradicionais (estampa de chitão) e vestimenta diferenciada (cor uniforme) 2017 - 2019.....	101
Fotografia 51	Casas com as janelas de frente para rua.....	105
Fotografia 52	Casas com as janelas de frente para rua.....	105
Fotografia 53	Primeira formação da Companhia do Menino Jesus.....	116
Fotografia 54	Antigas formações da Companhia do Menino Jesus.....	116
Fotografia 55	Antigas formações da Companhia do Menino Jesus.....	116
Fotografia 56	Antigas formações da Companhia do Menino Jesus.....	116
Fotografia 57	Vestimentas ao longo da trajetória da Companhia do Menino Jesus.....	122
Fotografia 58	Vestimentas ao longo da trajetória da Companhia do Menino Jesus.....	122
Fotografia 59	Vestimentas ao longo da trajetória da Companhia do Menino Jesus.....	122
Fotografia 60	Transformações nas vestimentas dos Três Reizinhos.....	123
Fotografia 61	Transformações nas vestimentas dos Três Reizinhos.....	123
Fotografia 62	Transformações nas vestimentas dos Três Reizinhos.....	123
Fotografia 63	Formação dos Três Reizinhos em 2020 Companhia do Menino Jesus...	123
Fotografia 64	Oratório.....	124
Fotografia 65	Menino Jesus.....	124
Fotografia 66	Pastores empunhando os cajados.....	125
Fotografia 67	Pastores empunhando os cajados.....	125
Fotografia 68	Pastores empunhando os cajados.....	125
Fotografia 69	Chegada da Companhia do Menino Jesus e entrega das cestas de alimentos ao lar dos Idosos de Carmo do Rio Claro (MG).....	127
QR Code 1	Vídeo: entrevista com Edson Gonçalves de Souza, Companhia Estrela da Guia.....	83
QR Code 2	Vídeo: entrevista com José Alvino, embaixador da Companhia Estrela da Guia.....	83
QR Code 3	Vídeo: entrevista com Jair da Piedade Pereira. Companhia Estrela do Oriente.....	85
QR Code 4	Vídeo: ritos Companhia Estrela da Guia.....	90
QR Code 5	Vídeo: ritos Companhia Estrela da Guia. Distrito rural do Itapixé.....	90

QR Code 6	Vídeo: ritos Companhia Estrela do Oriente. Distrito rural do Itapixé....	92
QR Code 7	Vídeo: ritos Companhia Nossa Senhora Aparecida.....	93
QR Code 8	Vídeo: ritos Chegada Companhia de Reis Estrela da Guia.....	93
QR Code 9	Vídeo: ritos de saudação entre duas Companhias: Companhia de Reis Estrela do Oriente e Companhia do Menino Jesus.....	96
QR Code 10	Vídeo: ritos de chegada Companhia Estrela do Oriente, distrito rural do Buracão.....	105
QR Code 11	Vídeo de ritos Companhia do Menino Jesus.....	118
QR Code 12	Vídeo de rito Companhia do Menino Jesus.....	126
Quadro 1	Calendário Litúrgico - celebrações e manifestações de religiosidade em Carmo do Rio Claro (MG).....	55
Quadro 2	Atividades de religiosidade que acontecem durante todo o ano.....	56
Quadro 3	Bens Culturais Tombados.....	150
Quadro 4	Bens Culturais Registrados.....	150
Quadro 5	Propostas / Ações de Salvaguarda.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Questionário aplicado aos Foliões e Pastores.....	132
Tabela 2	Questionário aplicado à população de Carmo do Rio Claro.....	135

LISTA DE SIGLAS

- COMPAC: Conselho Municipal do Patrimônio Imaterial
- CONEP: Conselho Estadual do Patrimônio Cultural
- CNFCP: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
- CNRC: Centro Nacional de Referência Cultural
- CMC: Conselho Municipal de Cultura
- FNPM: Fundação Nacional Pró-Memória
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
- IEPHA: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- INRC: Inventário Nacional de Referências Culturais
- IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ONU: Organização das Nações Unidas
- PNPI: Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
- SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	29
1.1 O LUGAR DA IMAGINAÇÃO.....	30
1.2 GEOGRAFIA HUMANISTA: PRÁTICAS RELIGIOSAS.....	31
1.3 GEOGRAFIA CULTURAL: PAISAGENS RELIGIOSAS.....	35
1.4 INTERPRETAÇÃO DA CULTURA.....	39
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO (MG).....	43
2.1 “ETERNO PRESENTE”: PAISAGEM RELIGIOSA EM CARMO DO RIO CLARO.....	54
CAPÍTULO III – FOLIAS.....	64
3.1 FOLIAS DE REIS.....	65
GALERIA 01.....	69
3.2 VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS: A PAISAGEM DAS COMPANHIAS DE REIS DE CARMO DO RIO CLARO (MG).....	81
3.2.1 Formação.....	82
3.2.2 Jornada.....	85
3.2.3 Promessas/ Votos.....	86
3.2.4 Graças.....	88
3.2.5 Ritos, Pedido de Licença.....	88
3.2.6 Entrega da bandeira ao dono da casa.....	88
3.2.7 Louvação: aos moradores, ao presépio; pedidos de esmolas e agradecimento..	89
3.2.8 Cantorias/ Versos.....	91
3.2.9 Musicalidade/ Coro.....	96
3.2.10 Bastiões.....	97
3.2.11 Uniformes.....	104
3.2.12 Sociabilidade/ Trajetos.....	104
3.2.13 Chegada/ Festejo.....	105
3.2.14 Relações com a Igreja.....	106
3.2.15 Políticas Culturais.....	108
GALERIA 02.....	110
3.3 A PAISAGEM DA COMPANHIA DO MENINO JESUS EM CARMO DO RIO CLARO (MG)	116
3.3.1 Origem.....	116
3.3.2 Estrutura.....	117
3.3.3 Rito Companhia do Menino Jesus.....	118
3.3.4 Jornada/ Promessas.....	121
3.3.5 Vestimentas/ Adereços.....	122
3.3.6 Musicalidade.....	125
3.3.7 Graças.....	126
3.3.8 Retorno Social.....	127
3.3.9 Trajetos.....	127
3.3.10 Tradição/ Conflitos.....	128
3.3.11 Salva-guarda.....	128

3.4	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PASTORES.....	130
3.5	QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO.....	134
CAPÍTULO IV – POLÍTICAS CULTURAIS.....		137
4.1	POLÍTICAS CULTURAIS EM MINAS GERAIS.....	144
4.2	POLÍTICAS CULTURAIS EM CARMO DO RIO CLARO (MG).....	149
4.2.1	GESTÃO CULTURAL EM CARMO DO RIO CLARO: EMBATES E DESAFIOS.....	151
4.3	PATRIMONIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FENÔMENO: O REGISTRO DAS COMPANIAS DE REIS E DO MENINO JESUS EM CARMO DO RIO CLARO (MG).....	158
4.3.1	PROPOSTAS DE SALVAGUARDA.....	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		163
REFERÊNCIAS.....		167
FONTES.....		172

INTRODUÇÃO

Após um ano de espera, é chegada a hora! Já nasceu o menino Deus. Os instrumentos que se encontravam adormecidos em um cantinho de suas moradas reavivam-se: a sanfona volta a respirar as melodias da devoção; a caixa sente aos poucos o despertar de sua couraça animal, que ressuscita ao esticar/estralar/receber o pulsar das batidas, que emergem em comunhão com o coração daqueles que insistem em reviver esta tradição; o chocalho se contorce ao guizo movimento repetitivo; o pandeiro se revolta ao trepidar de um ritmo frenético a sentir o contato das mãos que o movimentam de um lado a outro, num zigue-zague sonoro; os encordoamentos aos poucos aproximam dedos e corpos em busca da afinação perfeita, que dará ritmo aos diferentes timbres de vozes àqueles que estão em prontidão: é chegada a hora!

Três Reis preparam-se novamente para sair em jornada. Guiados pela estrela do oriente vão em busca do Menino Deus, da esperança e da fé. Revelam-se através do objeto sagrado: a bandeira, e seguem sempre à frente acompanhados por cantadores e bastiões que fazem alusão aos guardas de Herodes em disfarce, com missão de matar o recém-nascido em Belém de Judá.

A paisagem sonora dos transeuntes/automóveis/pássaros/ ou do silêncio noturno cede espaço aos anjos que cantam na glória: é chegada a hora! Assim, a paisagem se transforma em face de uma melodia característica, da qual o gingado da sanfona, aliado à batida da caixa anuncia: é chegada a hora! Ao longe, população avista a chegada dos Reis Santos que são escoltados pelo colorido dos adereços/roupagens dos foliões. Bastiões sussurram em meio a performances corporais, e são observados por devotos em janelas/portas/calçadas de suas moradas.

As portas abertas se fazem código à recepção: dá licença patrão/dá licença patroa, é chegada a hora! Em silêncio, junto ao representante da morada, Três Reis Santos adentram na busca pelo Menino Deus; músicos cantadores vão se acomodando. Encontramos o menino Deus: é chegada a hora da adoração! O símbolo do arrependimento se revela na figura dos bastiões, que em nome dos Três Reis Santos proferem adorações e ofertas simbólicas: ouro, incenso e mirra na forma de trovas.

Mas a troca de ofertas vai além; e os instrumentos musicais anunciam: é chegada a hora de bênção às famílias! Em nome dos Três Reis Santos, vozes germinam solo-conjunto; embaixador-poeta-criador atento aos detalhes profere versos em forma de cantos: bênçãos, pedidos e agradecimentos; e assim os salutes de vozes encaixam-se em seis tonalidades distintas. Na paisagem íntima da morada, devotos acompanhados de emoções distintas, expressam lágrimas em face de olhares enobrecidos: reveladores testemunhos de súplicas e

graças. Completadas as saudações: é chegada a hora da despedida. Um instante, pois Três Reis Santos ainda terão que visitar os cômodos da morada, neste íntimo sobrepõem-se bênçãos a objetos e fotografias dos entes familiares.

É chegada a hora: pagamento de promessas! A retribuição de uma graça pode se configurar através de um banquete: café, almoço ou janta. Paisagem neste momento se mistura entre as melodias de sons, devoção, aromas. Cardápios variados exibem a diversidade de texturas/cores/sabores/paladares. Alimentos que despertam gratidão daqueles que em suas jornadas são contemplados com a fartura e laços de sociabilidade, reveladores de trocas simbólicas: alimentos para corpo em contrapartida ao alimento para a alma: fé/bênçãos ofertadas aos familiares. Três Reis Santos Reis agradecem e vão embora descansar para mais um dia de caminhada.

Após cumprido mais um ciclo de jornada é chegada a hora dos festejos! Encontraram o menino Deus! A sociedade carmelitana reunida, aguarda a chegada dos viajadores. Bingos, leilões, comidas, bebidas e música compõem a paisagem; arcos de bambu adornados por correntes coloridas de papel que são rompidos, simbolizam as dificuldades superadas em cada dia desta longa jornada que abre caminho a Belém. É chegada a hora: eis que vieram adorá-lo! Ali está o Menino Deus! Viva o Menino Deus! Na orla do altar, a musicalidade embriagada de emoção toma conta dos viajadores que proferem versos e prosas através de cantos/adorações ao Menino Deus! Salve, Salve: Pastores e Foliões! Eis que foi cumprida nossa missão; é chegada a hora do retorno e até o ano... se Deus quiser!

FOLIAS

As Folias ou Companhias de Reis são construções cosmológicas da Igreja Católica, orientadas pelo nascimento de Cristo (Matheus II: 1-12) e pela Epifania¹, de modo a reproduzir a viagem dos Três Reis Magos, guiados por uma estrela para a adoração do menino Jesus em Belém. São formadas por um grupo de precatórios² que saem em jornada no ciclo natalino de 25 de dezembro a 6 de janeiro, composta por músicos, instrumentistas, bandeiristas e palhaços - os foliões vão de casa em casa apresentando suas cantorias, levando bênçãos às famílias de devotos e recolhendo esmolas.

¹ Epifania significa aparição ou manifestação de algo, normalmente relacionado com o contexto espiritual e divino. A Igreja Católica considera epifanias três eventos: a Epifania dos magos do oriente e que é celebrada no dia 6 de janeiro; a Epifania a João Batista no rio Jordão e a Epifania quando se tornou conhecido pelo milagre de Caná.

² Precatório refere-se àquele que pede ou solicita algo; rogatório.

1. Tendo, pois, Jesus nascido em Belém de Judá, no tempo do rei Herodes, eis que magos vieram do Oriente a Jerusalém. 2. Perguntaram eles: 'Onde está o rei dos judeus que acaba de nascer? Vimos a sua estrela no Oriente e viemos adorá-lo'. 3. A essa notícia, o rei Herodes ficou perturbado e toda Jerusalém com ele. 4. Convocou os príncipes dos sacerdotes e os escribas do povo e indagou deles onde havia de nascer o Cristo. 5. Disseram-lhe: 'Em Belém, na Judeia, porque assim foi escrito pelo profeta: 6. E tu, Belém, terra de Judá, não és de modo algum a menor entre as cidades de Judá, porque de ti sairá o chefe que governará Israel, meu povo'. 7. Herodes, então, chamou secretamente os magos e perguntou-lhes sobre a época exata em que o astro lhes tinha aparecido. 8. E, enviando-os a Belém, disse: 'Ide e informai-vos bem a respeito do menino. Quando o tiverdes encontrado, comunicai-me, para que eu também vá adorá-lo'. 9. Tendo eles ouvido as palavras do rei, partiram. E eis que a estrela, que tinham visto no Oriente, os foi precedendo até chegar sobre o lugar onde estava o menino e ali parou. 10. A aparição daquela estrela os encheu de profunda alegria. 11. Entrando na casa, acharam o menino com Maria, sua mãe. Prostrando-se diante dele, o adoraram. Depois, abrindo seus tesouros, ofereceram-lhe como presentes: ouro, incenso e mirra. 12. Avisados em sonhos de não tornarem a Herodes, voltaram para sua terra por outro caminho.' (Matheus II: 1-12³).

Já a Companhia do Menino Jesus presente no município de Carmo do Rio Claro (MG)⁴ desde o ano de 1929, possui algumas variantes em sua estrutura e rito em relação às Companhias de Reis. Os personagens presentes nesta Companhia são: Simeão, três reizinhos e os pastores-cantadores que carregam o oratório com o menino Jesus (presépio andante) até a casa dos fiéis.

A escolha da temática: Companhias de Reis e a do Menino Jesus se deu a partir da trajetória acadêmica iniciada por mim no ano de 2003 - curso de graduação em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Uberlândia (MG); já o recorte espacial que envolve o município de Carmo do Rio Claro (MG) deve-se ao sentimento de pertencimento diante das experiências vivenciadas em minha terra natal, haja vista que este lugar possui em sua paisagem cultural uma multiplicidade de bens culturais e com traços que vão do período pré-histórico ao colonial, além da diversidade de saberes e práticas populares envolvendo a religiosidade, a culinária, o artesanato entre outros. Em face desses apontamentos, evidencia-se que a ênfase dada a esta pesquisa se estabeleceu mediante inquietações acerca da necessidade de preservação desse bem cultural, devido a sua importância cultural para a cidade de Carmo do Rio Claro e Estado de Minas Gerais.

A presença das manifestações de religiosidade popular na paisagem de Carmo do Rio Claro (MG), ligadas ao catolicismo, se configura desde a fundação do município, no entanto, estas práticas vieram aos poucos se extinguido. No município, já existiram cinco grupos de

³ Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-mateus/2/>. Acesso em 07/11/2019.

⁴ O município de Carmo do Rio Claro situa-se na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, a 363 quilômetros da capital Belo Horizonte e possui população estimada pelo IBGE (2018) entorno de 21.180 habitantes.

Companhias de Reis que eram embaixadas⁵ por Benedito Criolo, João da Gabriela, João Vicente, Manuel Mendonça, João Batista, irmãos Macedo; quatro ternos de Congo⁶ (do Zé Cesário, do Nanico, do Benedito Criolo e do João da Gabriela); um terno de Moçambique⁷ (Zé Carlos); além de grupos de homens rezadores para almas.

Dessas manifestações de religiosidade popular, apenas quatro grupos de Companhias mantêm suas atividades, três Companhias no perímetro urbano: Companhia do Menino Jesus (fundada em 1929 - fotografia 1) e duas Companhias de Reis: Estrela da Guia (fotografia 2) e Estrela do Oriente (fotografia 3); além de uma Companhia de Reis no distrito rural das Três Barras (fotografia 4).

Com a significativa redução dessas manifestações de religiosidade popular e a representatividade dessa tradição cultural no estado de Minas Gerais e município de Carmo do Rio Claro (MG), a presente pesquisa teve como objetivo o reconhecimento das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), como patrimônio cultural imaterial do município por meio da sociedade carmelitana, foliões/pastores envolvidos, turistas e poder público local; de modo a identificar e interpretar os sistemas simbólicos que sustentam e dão sentido a essas manifestações; além de diagnosticar os desafios enfrentados por esses grupos, os possíveis riscos de serem extintos e as consequências causadas pelo distanciamento do poder público. Para que tais objetivos fossem atingidos buscou-se analisar, além das formas de relacionamento e reconhecimento por parte da sociedade carmelitana e do poder público local em relação a esses grupos, a compreensão a respeito de legislações, normativas e práticas vigentes em Políticas Culturais presentes no estado de Minas Gerais e no Município de Carmo do Rio Claro (MG), que visam à salvaguarda de seus bens culturais.

⁵ O embaixador é membro de destaque - condutor dentro de uma Companhia e tem a função de conduzir os ritos com cantos e versos.

⁶ Segundo Horta (2000), em suas origens, as congadas eram uma espécie de recordação das lutas entre os mouros e os cristãos, com embaixadas e falas relativas às guerras medievais. Com o tempo, os folguedos assumiram seu aspecto religioso de devoção aos santos cristãos, como a padroeira dos congadeiros Nossa Senhora do Rosário e a ela se juntam dois santos negros: São Benedito e Santa Efigênia e alguns grupos festejam o 13 de maio associando a princesa Isabel como Santa, por ter assinada a Lei Áurea no Brasil. Em Minas Gerais há o congo propriamente dito; os marujos, também conhecidos como marujada ou marinheiros, o Moçambique, o catopé.

⁷ Os moçambiques usam saiotes e grandes camisões que descem até perto dos joelhos, com fitas entrelaçadas sobre o peito, chapéus enfeitados de espelhos e vidros, e amarram nos tornozelos guizos ou latinhas cheias de pedras, que no ato de dançar funcionam como marcadores de ritmos. Segundo Araújo (1973), os moçambiqueiros, através de uma dança religiosa, possuem vínculos religiosos de culto e louvor a São Benedito que é representado através de um estandarte. Os moçambiqueiros possuem ainda um rei e uma rainha que são coroados em uma cerimônia, onde se usam bastões de madeira com fitas coloridas como parte de suas coreografias.

Fotografia 1: Companhia do Menino Jesus.



Fonte: Autor (2020).

Fotografia 2: Companhia de Reis Estrela da Guia.



Fonte: Autor (2019).

Fotografia 3: Companhia de Reis Estrela do Oriente.



Fonte: Autor (2019).

Fotografia 4: Companhia de Reis das Três Barras.



Fonte: Lisiane Vilela Freitas (2019). Acervo: Companhia de Reis Três Barras.

TRAJETÓRIA

Meu primeiro contato com as Companhias de Reis e do Menino Jesus estabeleceu-se a partir de observâncias vivenciadas durante minha infância no bairro do Rosário - Carmo do Rio Claro (MG) - no qual morava de frente para a praça Cervânio de Carvalho, espacialidade usada pela Companhia Estrela da Guia⁸. Durante o ciclo natalino, todos os anos, a praça tornava-se um lugar de movimentações: concentração e preparativos para a jornada dos foliões que tinham sua paisagem transformada durante o rito de encerramento, conforme mostra as fotografias 5, 6 e 7.

Fotografias 5, 6, 7: Chegada Companhia Estrela da Guia - praça e Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Autor desconhecido (s.d.). Acervo: Companhia Estrela da Guia.

O segundo ciclo de relação com as Companhias de Reis desenvolveu-se durante o curso de graduação em Artes Plásticas (2001-2008) pela Universidade Federal de Uberlândia (MG). Distanciado de minha cidade natal, assumi a temática das Foliás de Reis como fonte de pesquisa e referência poética na criação de meus trabalhos artísticos em várias disciplinas do curso, tal como mostram as fotografias 8 e 9. Nessas obras, a temática das Foliás de Reis é referenciada em composições imagéticas expressas pela linguagem visual, na qual a figura dos palhaços (bastiões) tornou-se elemento de destaque, devido ao caráter expressivo presente em suas performances verbais e corporais, além do forte colorido de suas vestimentas e da singularidade presente na criação de suas máscaras.

⁸ A Companhia de Reis Estrela da Guia foi fundada em 1981-82 por José Alvino.

Fotografia 8: Processo de criação: trabalhos artísticos em colagem, Uberlândia (MG), 2007.



Fonte: Jeferson Passos (2007).

Fotografia 9: Exposição de artes visuais 'Folias' Galeria Ido Finotti, Uberlândia (MG), 2008.



Fonte: Rita Peripato (2008).

Já o terceiro e atual ciclo de pesquisa que envolve as Companhias de Reis, estabeleceu-se a partir de 2017, em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, inicialmente com o curso de Especialização em História, Arte e Cultura⁹ e, depois, o Mestrado que me aproximou do grupo de pesquisa “Geografia e História: Patrimônio Cultural e Memória Social (CNPq/UEPG).” Inserido nesse grupo e em parceria com professor Leonel B. Monastirsky, optamos em dar continuidade aos estudos envolvendo as Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), tendo em vista o contexto político cultural de preservação patrimonial praticado no estado de Minas Gerais, que visa promover a descentralização de ações de preservação, de modo a fomentar o reconhecimento da diversidade cultural e defesa de bens culturais em situação de risco nas esferas municipais.

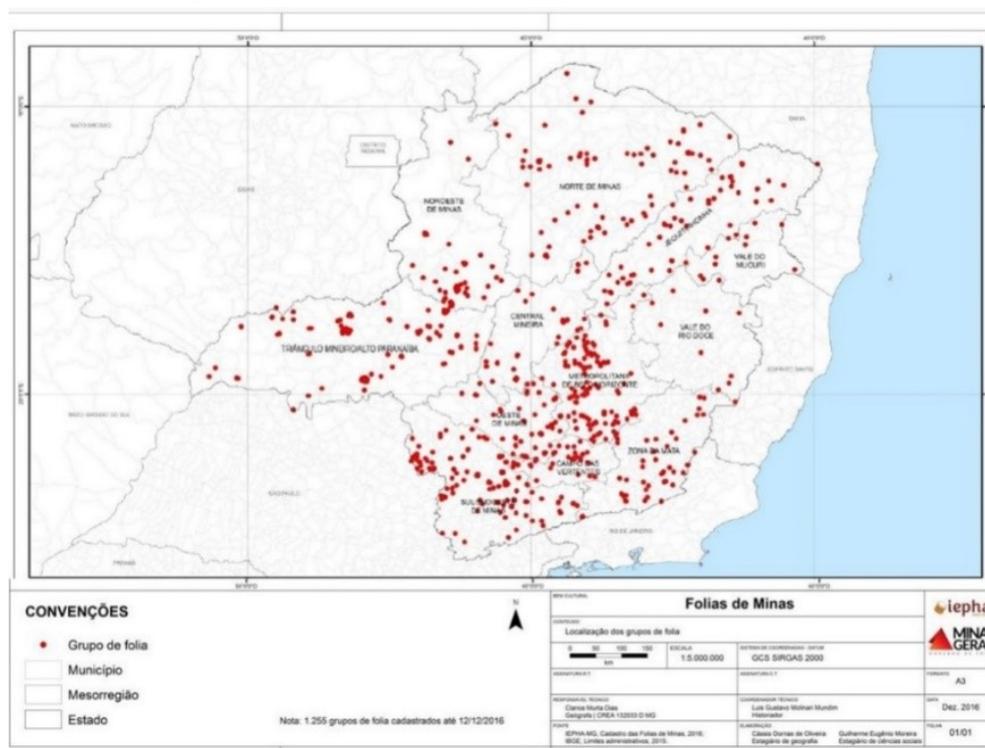
⁹ Nesta pesquisa intitulada: ‘A Construção de um Perfil Identitário acerca da Figura do Palhaço presente nas Folias de Reis de Carmo do Rio Claro, Sul de Minas Gerais de 2004 a 2018’, discutiu-se elementos iconográficos, funções, particularidades, fundamentos e alteridades constituintes do perfil identitário das figuras dos palhaços de Carmo do Rio Claro (MG). Parte do resultado da pesquisa pode ser consultada em: https://57d5f6f5-fce2-453f-b70b-ae875abeda0c.filesusr.com/ugd/e997a1_47be36001ab94781ba14230b173cef7b.pdf?index=true. Acesso em 01/01/2020.

CONTEXTO POLÍTICO CULTURAL: ESTADO-MUNICÍPIOS

Tendo em vista a alta demanda dos municípios mineiros em efetivar o registro¹⁰ de Folias em âmbito estadual, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) elaborou, entre 2014 e 2016 o “Dossiê Folias de Minas” que resultou em 06 de janeiro de 2017, no registro das Folias de Minas como patrimônio cultural imaterial estadual em duas categorias: “formas de expressão, devida sua organização enquanto grupo; e de celebrações devido sua organização ritual voltada à peregrinação dos foliões.” (IEPHA, 2016, p. 112).

O Dossiê Folias de Minas (IEPHA, 2016) cadastrou 1255 grupos de Folias de Reis presentes em 38,22% de seus municípios, conforme mostra a figura 1. O Sul/Sudoeste de Minas Gerais, região onde se localiza a cidade de Carmo do Rio Claro, concentra a segunda maior densidade de grupos de Folias.

Figura 1: Mapa de Localização das Folias de Minas Gerais.



Fonte: IEPHA/MG - (2016).

¹⁰ Medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, transmissão essencialmente por meio da educação formal e não formal e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (UNESCO, 2003). Registro de bens culturais de natureza imaterial é a medida administrativa cujo processo de reconhecimento visa à inscrição do patrimônio cultural em um dos Livros de Registro (dos Saberes, das Celebrações das Formas de Expressão, dos Lugares, ou outro), tendo sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (IEPHA, 2016, p. 161).

Diante das investigações resultantes do Dossiê Folias de Minas (2016), o IEPHA/MG estabeleceu uma série de propostas em ações de salvaguarda¹¹, pesquisa e promoção das Folias de Minas, de modo a assegurar aos executores dessas práticas a possibilidade de continuidade desse bem cultural. Ações essas que “devem ser construídas pelo poder público, prioritariamente, em conjunto com coletivos culturais responsáveis pela existência do bem.” (IEPHA, 2016, p. 149).

O IEPHA (2016) destaca que dos grupos cadastrados, somente 23% estão vinculados a uma sede ou associação, não necessariamente institucionalizados pela esfera legal. Tal fato, em certa medida, dificulta a articulação e diálogo direto com os órgãos públicos na reivindicação de direitos.

Nesse sentido, as propostas de salvaguarda, resultantes do Dossiê, apoiaram-se nas demandas levantadas durante encontros com grupos de Folias, além de reflexões técnicas e diretrizes apontadas pelo programa estadual de patrimônio imaterial. Dentre elas, destacam-se as seguintes propostas:

- Promover encontros regionais para validação e levantamento de novas demandas;
- Apoiar e fortalecer as articulações entre as Folias;
- Articular pontuação extra aos projetos apresentados ao FEC e a LEIC que estejam articulados a salvaguarda das Folias;
- Manutenção e estímulo ao cadastro de mais grupos com a intenção de realizar um censo das Folias em Minas;
- Criar calendário de encontro e festas;
- Criar editais específicos que contemplem as necessidades dos diversos grupos como, por exemplo, deslocamento, vestimenta, aquisição e manutenção de instrumentos;
- Estimular as políticas públicas locais para a salvaguarda das Folias;
- Treinar equipes locais dos municípios de patrimônio cultural para a pesquisa com as Folias;
- Solicitar ao IPHAN o registro das Folias como patrimônio cultural do Brasil;
- Elaborar plano de Comunicação com vias a divulgar e valorizar as ações relacionadas às Folias;
- Elaborar um documentário audiovisual das Folias em Minas;
- Incentivar a participação de novas gerações a participar das práticas relacionadas com as Folias de Minas; (IEPHA, 2016, p. 153).

Constata-se assim, que o cenário político cultural do estado de Minas Gerais apresenta apoio às pesquisas que contemplem os grupos de Folias de Reis presentes nas esferas

¹¹ Conjunto de medidas administrativas de natureza jurídica, técnica ou conceitual que visa garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a valorização, a transmissão essencialmente por meio da educação formal e não formal e a revitalização desse patrimônio nos seus diversos aspectos. (DOSSIÊ IEPHA, 2016, p. 162).

municipais, já que na prática, o reconhecimento destes grupos na esfera estadual não possibilita a efetivação de ações de salvaguarda que assegurem a continuidade desses grupos em âmbito municipal.

Nesse contexto, refletir-se-á no presente trabalho em que medida o poder público estadual, bem como o municipal, desenvolvem políticas culturais para que a sociedade, associações ligadas ao tema, setor educativo e turístico tenham a mais ampla compreensão do significado dessas celebrações, a importância histórica para o Brasil, Minas Gerais e Carmo do Rio Claro (MG) e, conseqüentemente, a necessidade de preservação e bom uso desse patrimônio.

METODOLOGIA

A presente pesquisa pautou-se em técnicas de pesquisa qualitativa e teve como aporte metodológico os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, documental e a pesquisa de campo: realizada através da observação participante, entrevistas semiestruturadas, além do uso de questionários.

A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 25 de dezembro de 2018 a 27 janeiro de 2019 e foi dividida em cinco etapas:

- 1ª - Aplicação de questionários junto aos foliões e pastores.
- 2ª - Entrevistas com representantes dos grupos de Companhias.
- 3ª - Aplicação de questionário com a população carmelitana.
- 4ª - Entrevistas com representantes da Igreja Católica.
- 5ª - Entrevistas com ex-gestores da Seção de Cultura, do Conselho do Patrimônio Cultural e de Cultura que atuaram no município de Carmo do Rio Claro (MG) entre os anos de 2012 a 2016.

De acordo com Heidrich (2016), o trabalho de campo permite captar subjetividades, significados, sentidos e características socioculturais. Uma das práticas de pesquisa qualitativa mais difundida é a observação participante ou participativa, em que existe mediação e ação dialógica do pesquisador com os interesses da comunidade ou grupo, “envolvendo tomadas de decisões sobre uso de recursos, demanda ou adoção de políticas públicas.” (HEIDRICH, 2016, p. 25).

Nesta prática informações são trazidas e elaboradas conjuntamente com o pesquisador e pesquisado. Utiliza-se a etnografia quando há a necessidade de caracterizar o universo simbólico de modo autêntico, explicitado pela união do conhecimento etnográfico, teórico e prático. Tem-se difundido bastante essa incursão na pesquisa de campo de geografia, e já se torna bem conhecida a variante de etnogeografia. (HEIDRICH, 2016, p. 25).

Para Minayo (2017), a pesquisa qualitativa tem como objetivo a busca por singularidades, intensidade e significados dos fenômenos. A autora ressalta em Gadamer (2008), sua hermenêutica filosófica na dialética entre grupo e indivíduo, de modo que “cada individualidade é uma manifestação do viver total e que, por isso, cada qual traz em si um mínimo de cada um dos demais.” (GADAMER, 2008, p. 295).

Deste modo, Minayo (2017) salienta que a fala de cada indivíduo deve ser valorizada, mas não de forma absoluta, ou seja, sua narrativa deve ser balizada pelo pensamento dos outros. Assim, a amostra de uma pesquisa qualitativa deve estar vinculada a dimensão do objeto (ou da pergunta), atrelada à observação participante e à elaboração de instrumentos que permitam a compreensão das homogeneidades e as diferenciações internas dos grupos pesquisados.

O uso de fonte oral assume fundamental importância nesta pesquisa, devido à escassez de fontes bibliográficas envolvendo as Companhias de Reis e do Menino Jesus do Município de Carmo do Rio Claro (MG). As entrevistas coletadas em campo, presentes nesta pesquisa, passaram por três etapas de tratamento, descritas por Meihy (2005) como: transcrição (fase 1), textualização (fase 2) e transcrição (fase 3).

Segundo o autor, na primeira fase denominada de transcrição, as palavras ditas são colocadas em estado bruto e as perguntas e respostas são mantidas, bem como repetições, erros e palavras sem peso semântico, além de sons ambientes; já na segunda fase são eliminadas as perguntas, tirados os erros gramaticais e reparadas as palavras sem peso semântico, sons e ruídos também são retirados; e na terceira fase é o momento em que o autor colabora com o texto e que resulta em uma tradução.

Transcriar é acrescentar sensações ao texto, aquilo que não foi dito, mas percebido ou visto pelo entrevistador. É o momento do pesquisador se colocar também no texto que está sendo escrito, é o encontro das experiências do colaborador com as do pesquisador, e deste encontro nasce uma narrativa. (MARZOCHI, 2013, p.100).

Meihy (2005) salienta ainda que o mais importante na transposição de um discurso da língua oral para a língua escrita é o sentido. Em referência a Daphne Patai (2008), parte-se do princípio de que, “o importante em uma entrevista não são as palavras como foram ditas ou pronunciadas, e sim seu significado no conjunto de mensagens.” (MEIHY, 2005, p. 195).

GEOPÉTICA: O LUGAR DA IMAGINAÇÃO

A pesquisa contempla ainda a inserção de recursos imagéticos (fotografias e audiovisuais¹²), cuja intenção consiste em potencializar/ampliar a capacidade de compreensão do objeto estudado. Ressalta-se que as imagens apresentadas durante o texto foram abordadas de distintas formas; optou-se pela utilização de desenhos e pinturas autorais, além de registros fotográficos, audiovisuais e outras fontes/acervos.

As fotografias se apresentam de duas formas no trabalho. Em alguns momentos estão disponibilizadas em quadros sequenciais (tendo em vista a busca por uma narrativa visual associada ao texto correspondente); o terceiro capítulo, “A Paisagem das Companhias de Reis e do Menino Jesus em Carmo do Rio Claro (MG)”, apresenta duas seções denominadas de galeria, nas quais optei pela apresentação das fotografias de minha autoria, em uma perspectiva poético-antropológica, ou seja, sem o uso descritivo das mesmas. No entanto, essas imagens são acompanhadas de palavras, cujos sentidos estão fortemente associados ao contexto da paisagem religiosa investigada.

Nessa perspectiva, Samain (2012) em suas provocações em torno da antropologia da imagem, afirma que da mesma maneira que em uma frase verbal, as imagens são capazes de promover um movimento de ideias, ou seja, “a imagem teria uma vida própria e um verdadeiro poder de ideação (um verdadeiro poder intrínseco de suscitar ideias) ao se associar a outras imagens.” (SAMAIN, 2012, p. 23).

Pinheiro (2000) destaca que “a fotografia é antes de tudo, um olhar, que recorta, seleciona, escolhe; um olhar subjetivo cheio de emoção e de uma ideia de mundo: um olhar que interpreta.” (PINHEIRO, 2000, p. 130). A autora propõe ainda tirar partido do caráter mais flexível da imagem, pois se entende que ela é capaz de conter em sua estrutura múltiplos significados.

A imagem fotográfica fala de coisas que a linguagem verbal não consegue falar, esse é o ponto. E é o ponto que, na minha maneira de perceber, possibilita que a utilizemos como forma de expressão, como texto, como metáfora, e não apenas como registro ou

¹² Através da pesquisa de campo, foram coletadas 75 fotografias antigas e fotografadas 1.906 imagens dos grupos de Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG). Além do mais, foram coletadas 199 fotografias antigas que retratam o processo de formação histórico cultural do município, e fotografadas 1.007 imagens relativas ao patrimônio cultural material existente no município. A pesquisa contempla ainda com 408 minutos de entrevistas gravadas em áudio ou audiovisual, e 305 minutos de gravações audiovisuais relativas às experiências vivenciadas pelos grupos de Folias de Reis e do Menino Jesus durante suas jornadas. Em todas as entrevistas e gravações em áudio ou audiovisual foram coletadas autorizações de uso dos depoimentos orais, autorização do uso de imagem e voz para os fins da presente pesquisa.

documento, num trabalho de cunho antropológico. Pela fotografia pode se fazer ciência e arte num só trabalho: um ampliando o outro.
A fotografia é técnica, foco, profundidade de campo, velocidade do obturador, luz, mas ela é sensibilidade e emoção. Ela é num átimo razão e emoção, prosa e poesia. É método de apreensão, é meio de expressão. (PINHEIRO, 2000, pp. 132-133).

Já os registros audiovisuais envolvendo os ritos das Companhias de Reis e do Menino Jesus, foram por mim vivenciados e registrados em momentos distintos de suas jornadas. Os audiovisuais foram editados e disponibilizados no decorrer do texto, de modo que poderão ser acessados através de um aplicativo com leitura de *QR Cods*¹³, ou por *links* disponíveis nas notas de rodapé.

Esses audiovisuais poderão conduzir os leitores além da imagem fotográfica/estática, pois entende-se que as paisagens vivenciadas por esses grupos de Companhias, abarcam elementos em movimento e sentidos que perpassam por diversas performances-rituais, musicais, danças, laços de sociabilidade, expressões de fé e religiosidade, relações entre o sagrado e o profano, trajetos distintos (urbano/rural), além de outros elementos que auxiliam em uma melhor compreensão dos múltiplos aspectos vivenciados em suas jornadas.

ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No capítulo inicial apresenta-se o diálogo entre teóricos oriundos da Geografia Cultural/Humanista, antropologia e filosofia, tendo em vista a compreensão do fenômeno religioso enquanto sistema cultural permeado por códigos, símbolos e signos. Além do mais, destaca-se a discussão em torno do conceito de paisagem religiosa, haja vista que a compreensão do fenômeno - as Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG) - perpassa pela percepção dos diversos sentidos (visuais, sonoros, odoríferos e táteis).

O segundo capítulo revela elementos histórico-culturais da cidade de Carmo do Rio Claro (MG) de modo a explorar aspectos políticos, econômicos e culturais com foco no calendário litúrgico. Nesse contexto, apresenta-se um panorama de diversas práticas de religiosidade popular (celebrações de missas, novenas, procissões, comemorações e festejos) que se consolidaram no município, mediante um sistema cultural religioso alicerçado em valores e preceitos do catolicismo popular.

¹³ Quick Response Code, mais conhecido como QR Code – é um tipo de código bidimensional que surgiu como uma evolução dos antigos códigos de barras e hoje é amplamente usado em diversos países do mundo, seja em campanhas publicitárias, cartões de visitas, terminais turísticos, jornais, revistas, rótulos de produtos, programas de TV e em uma infinidade de outros meios. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/qr-codes-saiba-como-funciona-e-aprenda-como-fazer/>. Acesso em: 23/10/2019.

A elaboração do terceiro capítulo consiste em apresentar através das narrativas expressas pelos representantes/participantes dos grupos de Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), elementos histórico-sociais presentes em suas trajetórias; aspectos relativos à estrutura, funcionamento, significados, simbologias, distintas relações de sociabilidade/espacialidades; os sentidos que mantêm viva a tradição; transformações e dificuldades expressas pelos grupos; além de compreender a maneira com que a população Carmelitana (re)conhece e se identifica com esses grupos. Os registros audiovisuais e fotografias visam explorar a diversidade e riqueza presente nesta paisagem religiosa, composta por distintos sentidos entorno da religiosidade, fé e devoção, performances corporais, musicalidade e trocas simbólicas.

No quarto e último capítulo apresenta-se o diálogo entre os órgãos públicos ao que diz respeito a criação e desenvolvimento de políticas culturais que visam a preservação e manutenção de bens culturais em distintas instâncias e categorias. A discussão se concentra nas políticas públicas voltadas à salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial; e tem como foco apontar os procedimentos técnicos/ jurídicos necessários para efetivação de registro no município de Carmo do Rio Claro (MG).

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A exposição que se apresenta em sequência, propõe o diálogo entre teóricos oriundos da Geografia Cultural/Humanista, Antropologia e Filosofia, cujo foco de discussão estabelece-se na compreensão do fenômeno religioso enquanto um sistema cultural permeado por crenças e representações (códigos, símbolos e signos). Nesse contexto, utiliza-se, também, o conceito de paisagem religiosa como pressuposto teórico para se pensar o objeto de pesquisa: as Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG).

Autores como Tuan (1982), Claval (1999), Rosendahl (2012), Dardel (2015), Holzer (2016) apresentam elementos presentes na trajetória da Geografia Cultural-Humanista que permitiram ao campo geográfico o entrosamento com as humanidades e Ciências Sociais a fim de trilhar novos caminhos de investigações. Por outro viés, através de Cassirer (2001), propõe-se pensar a religião enquanto característica única da realidade humana, que segundo o autor, perpassa as razões lógicas das concepções empíricas/científicas. Em sequência, Eliade (2018) auxilia na compreensão das relações postas entre o homem e o universo do sagrado, na qual, segundo o autor, existe uma “realidade cósmica” denominada *hierofanias* que agrega novos valores a objetos ou ações.

Gil Filho (2008) sugere quatro instâncias de análise aos estudos de fenômenos religiosos das quais interessam ao objeto desta pesquisa: “Paisagem Religiosa - Sistema Simbólico Cultural - Escrituras e Tradições - Sentimento Religioso.” Nesse sentido, o conceito paisagem configura-se como elemento central nesta discussão, pois compreende-se que as manifestações de religiosidade popular: Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), constituem elementos característicos de subjetividades presentes na paisagem religiosa local. As Companhias, atreladas ao calendário litúrgico (natal/epifania), expressam-se através de peregrinações (espacialidades em movimentos em meio as ruas, casas, igrejas) permeadas por distintos momentos: ritos, performances, relações de sociabilidades e trocas simbólicas.

Para Torres (2013), a cultura apresenta-se em constante transformação e a paisagem é reflexo da relação direta com o ser humano. Seja no plano material ou imaterial, a paisagem é composta de discursos que se revelam através de formas simbólicas (arte, mito, religião, linguagem). Segundo Torres (2013) e Kozel (2012) o conceito de paisagem configura-se pela tríade: olhar/sentir/ouvir e perpassa por diferentes aspectos sensitivos (formas, cheiros, sons,

texturas, cores, sabores, movimentos) através dos quais os indivíduos percebem e atribuem significados a cada elemento constituinte.

Cosgrove e Jackson (2011) reconhecem na Geografia Cultural a linha interpretativa da paisagem como texto, a ser lido e interpretado como documento social. Nessa linha de pensamento, o antropólogo Clifford Geertz (2012) auxilia este trabalho na medida em que propõe a análise de crenças e práticas religiosas enquanto um sistema cultural, do qual o conceito semiótico de cultura se adapta. Para o autor, os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo.

Desse modo, a reflexão posta por esses autores possibilita a compreensão da paisagem das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG) enquanto um sistema de crença religiosa permeada por códigos, símbolos e signos, que se revelam através das vivências, memórias individuais e coletivas.

1.1 O LUGAR DA IMAGINAÇÃO

Wright (2014) em seu texto denominado de “*Terrae Incognitae*: o lugar da imaginação na Geografia”, escrito em 1946, propõe ao campo geográfico o diálogo entre domínios periféricos e através de distintos pontos de vista, trilhar novas visões a fazer uso da faculdade imaginativa e aspectos de subjetividade.

Para o autor, a subjetividade estética deve ser usada para enriquecer a objetividade presente na pesquisa geográfica, aumentando a clareza e vivacidade das concepções que propõe transmitir aos leitores, além de “colocá-los na realidade a partir do sublime ponto de observação objetivo e fazê-lo ver e sentir através de nossos olhos e sentimentos.” (WRIGHT, 2014, p. 12).

Nessa perspectiva, Wright (2014) propõe uma investigação geográfica mais intensa e mais ampla, levando em consideração todo domínio periférico de informações, não apenas geográficos “mas fazendeiros, pescadores, executivos e poetas, romancistas e pintores” de modo que nos ajude “a compreender melhor as relações da geografia científica com as condições históricas e culturais das quais ela é produto.” (WRIGHT, 2014, p. 15).

Geografia denominada pelo autor de “geosofia” que nos permite uma abordagem histórica e que pode ser estudada a partir de qualquer ponto de vista.

Todas as ciências devem ser sábias, mas nem toda sabedoria pode ser rigorosamente científica. Além disso, a sabedoria envolve não apenas as ciências naturais e os estudos sociais, mas também as humanidades – as artes e letras – investiga não menos do mundo da experiência subjetiva e expressão imaginativa do que sobre a realidade

externa. *As terrae incognitae* da periferia contém campo fértil esperando cultivo com as ferramentas e com o espírito das humanidades. (WRIGHT, 2014, p. 17).

Nessa acepção, a presente pesquisa visa estabelecer diálogos propostos por Wright (2014), entre aspectos de subjetividade e a objetividade científica; e desse modo a subjetividade estética apresenta-se, neste trabalho, como elemento que se revela por meio do olhar pesquisador-artista através de imagens: ilustrações, fotografias e audiovisuais que possibilitam ao leitor ampliar a compreensão acerca do objeto de pesquisa - a paisagem das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG).

1.2 GEOGRAFIA HUMANISTA: PRÁTICAS RELIGIOSAS

A Geografia Humanista, de acordo com Tuan (1982), não é uma ciência da terra em seu objetivo final, mas se constitui no entrosamento com as humanidades e Ciências Sociais no intuito de prover uma visão precisa do mundo e da natureza humana. Humanidades que através das artes e pensamento lógico ganham maior esclarecimento.

A Geografia Humanística procura o entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. (TUAN, 1982, p. 143).

O autor estabelece um contraponto entre as abordagens científicas para o estudo do homem e propõe um novo modo de enxergar os fenômenos geográficos por meio de cinco temas: “conhecimento geográfico, território e lugar, aglomeração humana e privacidade, modo de vida, economia e religião.” (TUAN, 1982, p. 146).

Tuan (1980) propôs-se a revelar que a natureza humana desempenha dois importantes papéis, o social-profano e o mítico-sagrado. O autor destaca que na sociedade moderna, o cosmo vertical-transcendental cedeu lugar à geografia e à paisagem, ou seja, a ruptura do cosmo vertical e a experiência de um tempo cíclico são substituídas pelo tempo linear e pelo espaço horizontal.

Segundo o filósofo Cassirer (2001), no mundo humano encontramos características qualitativamente distintas de todas as espécies de animais, pois o homem encontra-se passível de ir além do universo meramente físico e vivencia uma nova dimensão de realidade através do universo simbólico da linguagem, do mito, da arte e da religião. Para o autor, o mito e a religião constituem dois modos de pensamento humano de compreensão da realidade, dos quais parece fútil e em vão procurar uma razão ou lógica em face de concepções empíricas ou científicas,

todavia, “não está de modo algum em oposição ao pensamento racional ou filosófico.” (CASSIRER, 2001, p. 48).

Para esse autor, o mito se constrói mediante a combinação de um elemento teórico e um elemento de criação artística, tal como sua associação com a poesia. Em face da imaginação mítica, o ato de crença está sempre presente, contudo, “o mito não é um sistema de credos dogmáticos, consiste mais em ações que em simples imagens ou representações.” (CASSIRER, 2001, p. 132).

O mundo do mito é um mundo dramático – um mundo de ações, de forças, de poderes conflitantes. Em todo o fenômeno da natureza ele vê a colisão desses poderes. A percepção mítica está sempre impregnada dessas qualidades emocionais. Tudo o que é visto ou sentido está rodeado por uma atmosfera especial – uma atmosfera de alegria ou pesar, de angústia, de excitação, de exultação ou depressão. Não podemos falar aqui de coisas como matéria morta ou indiferente. Todos os objetos são benignos ou malignos, amistosos ou hostis, familiares ou estranhos, atraentes e fascinantes ou repelentes e ameaçadores. Podemos reconstruir facilmente essa forma elementar da experiência humana, pois nem mesmo na vida do homem civilizado ela perdeu seu poder original. (CASSIRER, 2001, p. 129).

A religião, como nos revela o autor, “traz em si uma cosmologia e antropologia que procura responder as questões da origem do mundo e da sociedade humana e deriva desta origem os deveres e obrigações do homem.” (CASSIRER, 2001, p. 156).

Cassirer (2001) ressalta que as grandes religiões monoteístas se configuram enquanto produto de forças morais, cujo conceito do tabuísmo associado ao homem primitivo ao temor e ao perigo transformam-se em pensamentos que perpassam por diversos sentidos, decisões e liberdade de escolhas entre dois modos de vida: a impureza e a santidade, o bem e o mal, obediência às leis, ordem social, sentido ético e moral. “Os símbolos religiosos mudam incessantemente, mas o princípio subjacente, a atividade simbólica como tal permanece a mesma.” (CASSIRER, 2001, p. 123).

Dentro dessa ótica, corroborando para compreensão dialética entre as duas modalidades de ser no mundo, sagrado-profano¹⁴, Eliade (2018) afirma que o homem religioso assume uma existência específica no mundo, a crença da existência de uma realidade absoluta: “o sagrado, algo que transcende este mundo, santificando-o e tornando-o real” e se manifesta como uma realidade diferente das realidades naturais. (ELIADE, 2018, p. 164).

¹⁴ Segundo Lucas Deschain, o sagrado e o profano constituem dois modos de vida e duas concepções acerca da ‘natureza’ do mundo e da existência, sendo, portanto, complexos arranjos sócio-culturais, que envolvem não só crenças e rituais mas todo um sistema de moral, ética, códigos, símbolos, filosofia e organização social. Disponível em: <https://www.posfacio.com.br/2012/10/10/o-sagrado-e-o-profano-mircea-eliade/>. Acesso em 30/01/2020.

Nesse mundo cósmico, qualquer objeto pode tornar-se outra coisa revelando-se sagrado, simbolismo cósmico que incorpora um novo valor a um objeto ou uma ação. Essa manifestação do sagrado possui então, uma realidade diferente denominada de *hierofanias*, ou seja, “a saber que algo de sagrado se nos revela.” (ELIADE, 2018, pp. 17-20).

Eliade (2018) observa que existem duas modalidades de ser no mundo, o sagrado e o profano, de tal modo que essas diferenças constituem espacialidades e temporalidades distintas entre as duas formas de experiência. Para o homem religioso, o espaço sagrado se configura como algo não homogêneo e se difere qualitativamente de modo a apresentar “um ponto fixo, absoluto, um centro” que estabelece a comunicação entre os níveis cósmicos, Terra (centro), Céu (mundo divino) e regiões inferiores (mundo dos mortos).

Tal como o espaço, o tempo para o homem religioso não é homogêneo, nem contínuo. Na determinação do tempo cósmico, o mundo é santificado no tempo sagrado das festas, tempo mítico, tempo litúrgico, ou seja, um tempo circular, reversível, recuperável, indefinidamente repetível, “espécie de eterno presente mítico que o homem emprega periodicamente pela linguagem dos ritos.” (ELIADE, 2018, p. 64).

Já o homem moderno a-religioso, de acordo com o Autor, assume uma nova situação existencial, pois:

[...] reconhece-se o como único sujeito e agente da história, e rejeita todo apelo à transcendência. Não aceita nenhum modelo de humanidade fora da condição humana, tal como ela se revela nas diversas situações históricas. O homem faz-se a si próprio e só consegue fazer-se completamente na medida em que se dessacraliza e dessacraliza o mundo. O sagrado é o obstáculo a sua liberdade. (ELIADE, 2018, p. 165).

Segundo Pereira e Torres (2016), “as dinâmicas culturais são conformadas, no processo de apreensão da realidade, em temporalidades e espacialidades.” Nesse sentido, o fenômeno religioso é considerado um dos “mais preponderantes na cultura humana, se manifesta por meio de variadas dimensões espaciais/de espacialidades.” (PEREIRA; TORRES, 2016, p. 97).

A realidade mais premente dos fatos religiosos talvez transpareça, justamente, nas suas dimensões espaciais; pois na maioria das vezes, estas dimensões ocorrem dentro do campo sensitivo e visual dos seres humanos. [...] a religião tem a capacidade de fundir o visível com o invisível, o mundo dos sentidos com o mundo da imaginação. Assim, as dimensões espaciais do fenômeno religioso de alguma maneira sempre acabam por indicar não somente os extratos físicos materiais da experiência humana, mas também, e, sobretudo, patamares altamente simbólicos. (PEREIRA; TORRES, 2016, p. 96).

Conforme os autores, o fenômeno religioso em sua dimensão espacial, abarca desde “espacialidades físicas, como templos, igrejas, santuários, sinagogas, mesquitas, terreiros e

demais construções diversas”; como também espacialidades não materiais: “discursos, narrativas, mitos, sistemas teológicos, músicas, sons etc”; existem ainda aquelas dimensões espaciais que:

[...] além de congregarem aspectos das anteriores, estão claramente não presas a determinações locacionais, podendo ser chamadas de espacialidades em movimento: como as peregrinações, as romarias, as várias jornadas espirituais, e aqui podendo fazer parte também os mais diversos comportamentos rituais. O estudo das espacialidades religiosas, ou espacialidades do sagrado requer o foco tanto no mundo material, quanto no campo simbólico, nas significações teológicas, ideológicas e experienciais. (PEREIRA; TORRES, 2016, p. 98).

Gil Filho (2008), em sua obra “Espaço sagrado: estudos em geografia da religião” fornece-nos subsídios para a investigação do fenômeno religioso tendo em vista a interpretação de suas espacialidades, além de análises das representações religiosas, ou seja, da religião como forma simbólica. Estudos que, segundo o autor, devem ser explorados nas ciências humanas em áreas como a Sociologia, História, Antropologia Cultural e Geografia Humana.

O espaço profano, segundo o autor, se caracteriza por seu aspecto funcional; enquanto o espaço sagrado, revelador de práticas religiosas é essencialmente estrutural e qualitativo, de modo que pode ser dividido em três espacialidades: concreta de expressões religiosas, do pensamento religioso e das representações simbólicas.

- 1- A espacialidade concreta de expressões religiosas vista como dimensão objetivada de sua materialidade imediata. Nesse contexto, o espaço sagrado se apresenta como palco privilegiado das práticas religiosas. Exemplo: o espaço do templo ou lugar do culto.
- 2- A espacialidade das representações simbólicas, em que o espaço sagrado é apresentado no plano da linguagem, à medida que as percepções religiosas são moldadas a partir da sensibilidade nas formas em tempo e espaço, um espaço das religiões. Exemplos: discursos e símbolos religiosos das diversas religiões.
- 3- A espacialidade do pensamento religioso é um espaço positivo e sintético que articula o plano sensível e ao das representações articuladas pelo conhecimento religioso. Exemplos: as escrituras e tradições orais sagradas e o sentimento religioso. (GIL FILHO, 2008, p. 160).

A identidade religiosa, para Gil Filho (2008), parte de uma construção histórico-cultural-social e possui uma dimensão individual e outra coletiva. Identidades estas que são reconhecidas pela representação institucional de práticas rituais específicas a partir de um sistema de crenças vivenciadas no cotidiano.

Em síntese, o autor propõe ainda quatro instâncias de análise no estudo dos fenômenos religiosos: 1- Paisagem Religiosa, 2- Sistema Simbólico Cultural, 3- Escrituras e Tradições, 4- Sentimento Religioso.

- 1- A paisagem religiosa refere-se a sua materialidade fenomênica, a qual é apreendida pelos nossos instrumentos perceptivos imediatos. Diz respeito à exterioridade do sagrado e sua concretude, a exemplo da estrutura edificada do templo, do lugar dos mortos e da ação social da religião realizada por escolas e hospitais. Também constituindo a expressão do sagrado, observamos os lugares de peregrinação a sacralização de formas da natureza (rios, florestas, montanhas) e os lugares sagrados de modo geral.
- 2- O sistema simbólico é apreensão conceitual pela razão, com a qual concebemos o sagrado pelos seus predicados e reconhecemos sua lógica simbólica. Sendo assim, entendemo-lo como projeção cultural e, nesse aspecto, temos a compreensão do contexto no qual a religião é vivenciada, o que é de fundamental importância.
- 3- As escrituras e as tradições sagradas remetem a natureza imanente do sagrado enquanto fenômeno. Nesse sentido, procuraremos entender o sagrado a partir das construções epistemológicas realizadas pelo grupo, as quais se manifestam nos livros sagrados, nas oralidades sagradas e nos mitos.
- 4- O sentimento religioso, seu caráter transcendente e não-racional é uma dimensão de inspiração muito presente na experiência religiosa, ou seja, é a experiência do sagrado *per se*. Essa dimensão, que escapa à razão conceitual em sua essência, é reconhecida por seus efeitos. Trata-se daquilo que qualifica uma sintonia entre o sentimento religioso e o fenômeno do sagrado. (GIL FILHO, 2008, p. 33).

A partir destas definições, salienta-se a importância dos conceitos associados as manifestações de religiosidade apresentados por Gil Filho (2008) para o desenvolvimento desta pesquisa, haja vista a intencionalidade de compreensões simbólicas em face dos ritos e sentimentos religiosos vivenciados na paisagem das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG).

1.3 GEOGRAFIA CULTURAL: PAISAGENS RELIGIOSAS

A geografia cultural, pós 1970, apresenta inúmeras pesquisas que discutem a interpretação da identidade no lugar e do lugar, ou seja, a preocupação “com a identidade cultural, com o conceito de lugar e o simbolismo de coisas e objetos na paisagem” enfatizando aspectos materiais e imateriais da cultura. (ROSENDAHL, 2012, pp. 29-31).

De acordo com Claval (1999), os trabalhos de geografia cultural privilegiam a paisagem como objeto de interpretação, pois esta “carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz.” (CLAVAL, 1999, p. 14).

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o as suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder as convicções religiosas, as paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado. (CLAVAL, 1999, p. 14).

O autor assinala que os geógrafos preocupados com as realidades culturais dedicam crescente atenção aos fatos religiosos abordados a partir de signos impressos na paisagem, tal

como apontamentos propostos pela obra de Pierre Deffontaines (1948) *Géographie et Religion*. “A religião influencia, enfim, os ritmos de vida de todos pelos calendários e as festas que institui. Ela cria para os sacerdotes e religiosos, gêneros de vida específicos.” (CLAVAL, 1999, p. 45).

Claval (1999) destaca a importância de Yi-Fu Tuan na Geografia Cultural, a partir de 1976, pois este elabora uma proposta diferenciada de abordagem humanista, de modo a ampliar o foco de questões até então ignoradas pela cultura ocidental. Propostas que insistiam em discussões aprofundadas das realidades culturais, ou seja, sobre “o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações religiosas”, com intuito do conhecimento acerca da “lógica profunda das ideias, das ideologias ou das religiões para ver como elas modelam a experiência que as pessoas têm no mundo e como influem sobre sua ação.” (CLAVAL, 1999, p. 53).

Como nos revela Claval (1999), em Dardel (1952), existe o questionamento constante por parte dos homens sobre as razões de sua presença na Terra, e a partir daí “sentem a necessidade de dar sentido à sua existência e no mundo ao qual vivem.” (CLAVAL, 1999, p. 53). “Pela primeira vez, o sentimento religioso, os mitos, a dimensão imanente ou transcendente de alhures, de onde a vida é julgada, tornaram-se aspectos centrais da análise geográfica” (CLAVAL, 2011, p. 157).

Nessa perspectiva, a paisagem descrita por Dardel (2015) vai muito além do olhar e de uma justaposição de detalhes pitorescos, de modo a circunscrever “a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social.” (DARDEL, 2015, p. 32).

A paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma impressão que une todos os elementos. [...] A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida, ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a terra, ou se preferimos, sua geograficidade original: a terra como lugar, base e meio de sua realização. Presença atraente ou estranha, e, no entanto, lúcida. Limpidez de uma relação que afeta a carne e sangue. (DARDEL, 2015, p. 31).

Segundo Holzer (2016), Dardel propõe-nos através da definição de Geograficidade “uma atitude que alia ao rigor da ciência a observação pessoal e poética” no encontro do homem com a terra natal, do homem como modo de sua existência e de seu destino. (HOLZER, 2016, p. 71).

O conceito de paisagem, de acordo com Holzer (1998), surge no Renascimento, em um contexto de inovações tecnológicas atrelado a um novo sistema de representação do espaço,

cujo significado original está relacionado às técnicas de perspectiva e da pintura de cavalete. Conceito este que, segundo o autor, foi durante muito tempo ignorado pela geografia e esteve associado ao conceito de lugar, além de assumir interpretações e reflexões distintas a partir da década de 60 em estudos de geógrafos alemães, franceses, ingleses e norte-americanos.

Cosgrove e Jackson (2011) reiteram que na década de 1970 representantes da Escola de Berkeley reconstróem o conceito de paisagem e de cultura sobre novas referências conceituais de modo que as qualidades simbólicas da paisagem, que sustentam seu significado social, tornaram-se objeto de pesquisa ampliando as fontes disponíveis para a Geografia Cultural.

Os autores consideram a paisagem uma imagem cultural, que pode ser revelada enquanto configuração de símbolos e signos através de diversos meios e superfícies, ou seja, por intermédio da pintura, escrita, filmes, ou mesmo da terra e sugerem metodologias mais interpretativas do que morfológicas, como a da linguística e da semiótica. Dessa forma, os autores reconhecem dentro da Geografia Cultural uma linha interpretativa “que desenvolve a metáfora da paisagem como texto.” (COSGROVE; JACKSON, 2011, p. 137).

[...] a ser lido e interpretado como documento social. Do mesmo modo, Clifford Geertz descreve a antropologia como interpretação de textos culturais; introduz a ideia simples de que toda vida social envolve a interpretação e negociação de significados dentro de um grupo de atores sociais. Os cientistas sociais, porém, adicionam uma camada extra de significado ao situarem o discurso (escrevendo-o como uma série de textos ou etnografias). Geertz define a revelação etnográfica de múltiplas camadas de significado. (COSGROVE; JACKSON, 2011, pp. 137-138).

Sobre esse assunto, Torres (2013) afirma que a paisagem está repleta de elementos simbólicos, cuja leitura de mundo se estabelece a partir da experiência de cada indivíduo que interage com ela.

A interação do ser humano com o espaço faz da paisagem algo em constante transformação, seja no plano da materialidade das coisas que os seres humanos constroem /deconstroem e organizam no espaço, seja no plano da imaterialidade; dos sentidos e significados atribuídos a cada elemento constituinte da paisagem. (TORRES, 2013, p. 95).

O autor destaca que experiências vivenciadas pelo ser religioso na paisagem permitem-lhe a capacidade de valorização de elementos sagrados e profanos, além de contribuir para “a construção e/ou reafirmação da identidade religiosa, englobando nesse processo percepções e memórias de cada indivíduo e do grupo.” (TORRES, 2013, p. 95).

Diante de tais apontamentos, Torres (2013) afirma ser pertinente a compreensão das percepções e memórias dos indivíduos integrados a paisagem, pois esta, constituinte de uma

unidade do espaço em constante transformação, torna-se reflexo da relação direta com o ser humano e com a cultura.

Torres (2013) observa que as paisagens contêm histórias e discursos, expressos em memórias individuais e coletivas de valores construídos ao longo do tempo, e conferem identidade tanto ao indivíduo quanto ao grupo. Pois além de conformarem-se no subjetivo de cada indivíduo, as paisagens tornam-se elos de contato a partir de experiências de coletividade.

Os discursos decorrentes da paisagem e presentes nela podem estar contidos em uma ou mais formas simbólicas (arte, mito, religião, linguagem), o que garante o sentido atribuído a cada paisagem. Portanto, numa observação estética da paisagem que considere apenas os subsídios materiais visíveis, elementos do sagrado podem passar despercebidos, o que inviabiliza ou minimiza o potencial do estudo da paisagem religiosa. Assim a paisagem deve ser estudada em seus diferentes aspectos sensíveis (formas, cheiros, sons, texturas, cores, sabores, movimentos), pois é a partir deles que os indivíduos percebem na e atribuem significados a cada elemento que a constitui. (TORRES, 2013, p. 98).

Kozel (2012) problematiza o conceito de paisagem e nos propõe ir além deste que relaciona natureza e sociedade, cujo entendimento constitui-se por múltiplos elementos (visuais, sonoros, odoríferos e tácteis), sendo estes, portadores de significados por aqueles que os vivenciam. A partir destas proposições, a autora aponta a existência de “inúmeras maneiras de representá-la, uma vez que também são inúmeras as percepções, valores e significações de quem vive e capta essa paisagem.” (KOZEL, 2012, p. 68).

Como desafio, Kozel (2012) chama atenção ao processo de captar sua inteireza, pois é necessário atentar-se para as diferentes formas de ver e sentir a natureza.

Cada paisagem é produto e produtora de cultura, e é possuidora de formas e cores, odores, sons e movimentos, que podem ser experienciados por cada pessoa que nela se insira, ou abstraído por aquele que lê pelos relatos e/ou imagens. Nesse sentido, é por meio da paisagem que os elementos que integram o espaço ‘saltam aos olhos’ do ser humano, ‘gritam aos seus ouvidos’, e envolvem-no nas suas dimensões sensíveis. [...] Entendo que a percepção não se limita ao sentido da visão, o estudo da paisagem na abordagem cultural da Geografia propõe ir além dos aspectos visuais, considerando toda a sua dimensão subjetiva; desvendar a alma do lugar. Abrem-se, neste entendimento, outros elementos e interpretações para se discutir as paisagens considerando-as como um complexo de formas e de relações culturais é preciso aguçar o olhar não apenas para a leitura estética, mas buscar desvendar os significados dos lugares em sua essência, além das relações aparentes que geralmente são estabelecidas entre eles. (KOZEL, 2012, p. 69).

Com o objetivo de destacar a essência do ser humano e as relações que estabelece com o mundo por meio da cultura, sentimentos e valores, a autora orienta o desenvolvimento da Geopoética. Esta que se configura pela tríade olhar, sentir e ouvir em busca dos significados e da inteireza nas análises das paisagens, pela “alma do lugar” por meio de uma “autopoesis”

abarcando uma dimensão geográfica entre natureza, cultura e seres humanos, a fim da compreensão de sermos e estarmos no mundo. (KOZEL, 2012, p. 76).

Refletir o mundo pela Geopoética propõe o resgate da sua inteireza por meio de linguagens, expressas de formas diferenciadas e sensíveis como nas artes visuais, a música, odores, expressão oral e escrita em combinação e sintonia. Assim propicia o desenvolvimento de projetos criativos nas mais distintas áreas do conhecimento, mente, pois toda criação da mente é, fundamentalmente, poética (WHITE, 1990 apud KOZEL, 2012, p. 66).

A partir destas conceituações, Kozel (2012) acredita que as imagens artísticas se configuram enquanto linguagem capaz de refletir vivências, sentimentos e imaginações pautadas em um contexto sociocultural e estabelecem um diálogo importante na compreensão da cultura humana.

Todas as imagens são resultados do olhar de quem as cria e seus significados são consequências da interpretação dada pelo espectador. A imagem reitera aquilo que sentimos, ansiamos, imaginamos, sonhamos, vivemos, pensamos, escrevemos, discutimos. As obras de arte adquirem sentido enquanto uma forma de linguagem, à medida que se ancoram na experiência sensível dos indivíduos – e, toda linguagem reflete o homem e seu mundo. Tanto a arte quanto a geografia estão diretamente relacionadas o desenvolvimento sociocultural de cada sociedade em sua época e os refletem em suas visões e representações de mundo. (FERREIRA, S., 2009 apud KOZEL, 2012, p. 76).

Pela observação dos aspectos analisados, esta pesquisa desenvolveu-se em face das inúmeras possibilidades de investigações e conceitos apontados por esses autores. Tendo em vista o estudo de uma manifestação de religiosidade, buscou-se a compreensão das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG) considerando o diálogo com o lugar, com a memória dos sujeitos atreladas aos grupos, a sociedade local e poder público. Dessa forma, ciência e poética se entrecruzam com o objetivo de revelar significados históricos-simbólicos-embates-desafios presentes nas relações entre local-Companhias-sociedade-Poder Público.

1.4 INTERPRETAÇÃO DA CULTURA

De acordo com Claval (1999), a cultura constitui-se um campo comum das ciências humanas e a Geografia Humana exerce papel fundamental nos estudos de atividades e obras dos grupos humanos sobre a superfície da Terra, de sua inserção no ambiente, do modo como o exploram e o transformam; além de buscar o entendimento dos laços de sociabilidade, das formas de organização em sociedade e identificação ao território em que vivem.

O peso da cultura é decisivo em todos os domínios: como os homens percebem e concebem seu ambiente, a sociedade e o mundo? Por que os valorizam mais ou menos e atribuem aos lugares significações? Que técnicas os grupos adotam, no sentido de dominar e tornar produtivo ou agradável o meio onde vivem? Como imaginaram, atualizaram, transmitiram ou difundiram o seu *Know-Now*? Quais são os elos que estruturam os conjuntos sociais e como são legitimados? De que maneira os mitos, as religiões e as ideologias contribuem para dar sentido à uma vida e ao contexto onde ela se realiza? (CLAVAL, 1999, p. 11)

A cultura apresenta-se como termo central do humanismo; contudo, incapaz de uma definição clara como conceito objetivo, faz-se compreensível apenas pelo viés da prática. “Uma geografia humanista considera a cultura como central para seu objetivo: compreender o mundo vivido de grupos humanos.” (COSGROVE, 2011, p. 104).

Geertz (2012) defende o conceito de cultura como essencialmente semiótico. Salienta ainda que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e cuja cultura é assumida como sendo estas teias, de modo que sua análise ocorre “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como ciência interpretativa, a procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais na sua superfície.” (GEERTZ, 2012, p. 4).

O conceito de cultura denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. É fora de dúvida que termos como ‘significado’, ‘símbolo’ e ‘concepção’ exigem uma explicação. Mas é justamente aí que de ocorrer o alargamento, o aprofundamento e a expansão. (GEERTZ, 2012, p. 66).

O autor destaca que em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia e que o entendimento de sua prática por meio da análise antropológica deve ser vista enquanto forma de conhecimento, cujo empreendimento se define por meio de um esforço intelectual. Para o autor, a etnografia é definida como uma descrição densa, de forma que esta análise consiste em um empreendimento parecido de um decifrador de códigos. “Em etnografia o dever da teoria é fornecer um vocábulo no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana.” (GEERTZ, 2012, p. 19).

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2012, p. 7).

O texto antropológico é apontado por Geertz (2012) como empreendimento científico, e o objetivo da antropologia é visto como “alargamento do universo do discurso humano” ao

qual o conceito de cultura semiótico se adapta. “Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...] ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é descrito com densidade.” (GEERTZ, 2012, p. 10).

Para esse autor o estudo e a compreensão de uma cultura por meio de uma interpretação antropológica, da formulação de sistemas simbólicos ocorrem por uma descrição densa, ou seja, descrições antropológicas que devem “ser encaradas em termos de interpretações as quais pessoas de uma denominação particular professam suas experiências.” (GEERTZ, 2012, p. 11).

“Todavia como no estudo da cultura a análise penetra no próprio corpo do objeto – isto é começamos com nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou que achamos que eles pretendem e depois passamos a sistematizá-las. [...] Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – sentido original de fictício – não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos do pensamento. (GEERTZ, 2012, p. 11).

Dessa forma, a cultura é tratada puramente como sistema simbólico, isolando seus elementos, especificando suas relações internas e passando a caracterizar todo o sistema de uma “forma geral de acordo com os símbolos básicos em torno dos quais ela é organizada, as estruturas subordinadas das quais é uma expressão superficial, ou os princípios ideológicos nos quais ela se baseia.” (GEERTZ, 2012, p. 12).

A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não descoberta do continente dos significados e o mapeamento da sua paisagem corpórea. (GEERTZ, 2012, p. 14).

Geertz (2012) faz crítica às interpretações alicerçadas pelo empirismo que procuram diante dos sistemas simbólicos arrumá-los em entidades abstratas, padrões unificados, rigidez e coerência enquanto validade de uma descrição cultural.

“Não se pode escrever uma Teoria Geral Interpretação Cultural ou se pode, de fato, mas parece haver pouca vontade nisso, pois aqui a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas, não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles. (GEERTZ, 2012, p. 18).

O antropólogo ressalta que no estudo da cultura, os significantes são atos simbólicos ou conjunto de atos simbólicos e o objetivo é a análise do discurso social.

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor

de algum domínio empírico de formas não emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa, não é responder às questões mais profundas, mas colocar a nossa disposição as respostas que os outros deram. (GEERTZ, 2012, p. 21).

Como nos revela o autor, o pesquisador em trabalho de campo deve “adquirir toda espécie de atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concretamente sobre eles, mas o que é mais importante, criativa e imaginativamente com eles.” (GEERTZ, 2012, p. 16).

Geertz (2012) nos coloca ainda a discussão da análise de crenças e práticas religiosas enquanto um sistema cultural, de modo que os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo. Além do que, formulam uma congruência entre uma metafísica específica e um estilo de vida particular, ou seja, “o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo – quadro do que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem.” (GEERTZ, 2012, p. 67).

Para o autor uma religião é:

[..] um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas. (GEERTZ, 2012, p. 67).

A partir dessas reflexões, pode se afirmar que as mesmas contribuíram de forma significativa para prática desta pesquisa; sobretudo como alicerce diante das experiências vivenciadas em campo, no intuito de desvendar teias de significados e relações simbólicas, em meio a diversidade de elementos presentes no sistema cultural dos grupos de Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG).

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CARMO DO RIO CLARO (MG)

Com intuito de refletir acerca do processo de formação histórico-cultural da cidade de Carmo do Rio Claro (MG), buscar-se-á como referência o Grupo Memória Carmelitana¹⁵, que sob a coordenação do professor Antônio Theodoro Grilo¹⁶, permite dois movimentos dialéticos: espaço-temporal entre o passado e o presente e entre o homem e a natureza, de modo a trazer à tona fatos que no decorrer dos últimos três séculos transformaram a paisagem cultural Carmelitana.

Segundo Grilo (1996), o processo histórico de formação cultural em Carmo do Rio Claro (MG), desenvolveu-se em face uma paisagem marcada por serras, vales, ribeirões, cachoeiras, além do Rio Grande (Jeticá) e do Rio Sapucaí (figuras 2 e 3). Atrelada a linguagem poética, o autor convida a conhecer parte da geografia local através da observação do alto da Serra da Tormenta¹⁷ (fotografia 10).

Fotografia 10: Serra da Tormenta e cidade de Carmo do Rio Claro (MG).



Fonte: Autor (2019).

¹⁵ Segundo o jornalista José Milton Paiva o Grupo Memória Carmelitana reuniu-se cerca dois anos (1994-1996) com o objetivo de vasculhar diversas fontes documentais e construir um material pedagógico da História do município de Carmo do Rio Claro (MG). Sob a coordenação do professor Antônio Theodoro Grilo, o grupo era formado por cerca de 15 pesquisadores, em sua grande maioria por professores, além de estudantes, bibliotecárias e jornalista.

¹⁶ O professor Dr. Antônio Theodoro Grilo, residente na cidade de Passos (MG) fora contratado durante as gestões dos ex-prefeito Ângelo Leite Pereira e José Romualdo Filho Cronemberger para coordenar o Grupo Memória Carmelitana.

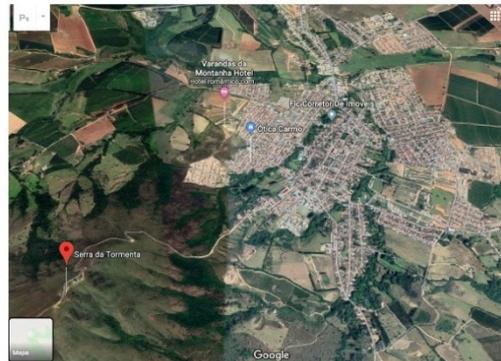
¹⁷ Situada no município de Carmo do Rio Claro a serra da Tormenta é uma elevação montanhosa de 1.287 metros de altitude acima do mar, tombada como bem cultural paisagístico em 2015, possui uma vasta diversidade de fauna e flora, além de abrigar: vestígios arqueológicos de artefatos indígenas; o muro de pedra construído pelos escravos no período colonial; e a capela de Nossa Senhora Aparecida construída em seu cume.

Figura 2: Imagem aérea em torno da Serra da Tormenta. Carmo do Rio Claro (MG).



Fonte: Goolge Maps. Acesso em 23/11/2019.

Figura 3: Detalhe imagem aérea em torno da Serra da Tormenta destaque: cidade Carmo do Rio Claro (MG).



Vemos lá no alto. Depois de um breve descanso do esforço de subida, calmamente fiquemos de pé e olhemos a nossa volta. Se apontarmos o nosso braço direito para o lado onde o sol está nascendo, veremos à nossa frente bem aqui embaixo, ao pé da serra a cidade está acordando... Um pouco a direita e seguindo para o norte, que é tudo o que vemos à nossa frente, há uma superfície prateada e recortada: são as águas da represa de Furnas que chegam até perto da cidade. Depois das águas, cresce a silhueta escuro-azulada das serras; começam bem a frente, como Serra da Tromba e vão se espichando na direção do nosso braço esquerdo (para Oeste), como Serra do Ferreira, Serra do Tabuleiro e Serra dos Pinheiros, bem longe, na direção de Alpinópolis... Ali, ao pé do Tabuleiro e dos Pinheiros, há um represamento especial das águas. Hoje não dá pra perceber que é um rio, mas é um rio represado, e um rio muito importante para nós: o Sapucaí.

Enquanto isso, vamos olhar na direção do nosso braço esquerdo: aqui embaixo, bem ao lado da cidade, começa uma outra serra formada por duas sequências: a da Rapadura e do Santana. Dirige-se sempre para o oeste inclinando um pouco a norte: parece que vai se encontrar com a dos Pinheiros lá longe, já perto da Ventania.

Entre estas, e na mesma direção, fica portanto uma região baixa, alongada, com pouca elevação, vários córregos pequenos que, daqui do alto, quando os vemos, parecem fiozinhos de prata. Podemos chamar a esta área de vale e talvez pudéssemos dar-lhe o nome de Vale do Itapiché, pois este é seu principal ribeirão. Também segue na direção da Serra da Ventania e morre lá, aos seus pés.

Olhando, ao contrário, na direção do nosso braço direito (leste) vemos em primeiro lugar o próprio prolongamento da serra em que estamos, que é hoje chamada de Tormenta. Logo depois dela, mais água, mais represa. Aí também está o Rio que não vemos, o Sapucaí... Para além das águas, podemos ver um pouco embaçados os prolongamentos dos morros e as regiões mais planas que formam os campos. De um lado, os morros e as regiões mais planas que formam os campos, os Campos Gerais, o Campo do Meio e outros...

Temos de virar de costas. Vamos apontar agora o nosso braço esquerdo na direção do sol nascente e dando as costas a Serra da Tromba e a cidade. Bem a nossa frente (Sul) logo ao pé da serra em que estamos, podemos ver uma ponta da represa que depois se prolonga em dois fios de água: é onde o Rio Claro, que vem mais do sul, se encontra com o Santa Quitéria, que vem quase beirando a Serra da Rapadura. Hoje desaparecem juntos na represa; antes, desaguavam juntos no Rio Sapucaí, formando a barra do Rio Claro. Depois se estendem outros morros, outras serras, outras pontas de represa – uma delas, bem ao longe, é a do Rio Moçambo ou Muzambo – outras, mais próximas são as do Correnteza, do Cavaco etc. (GRILO, 1996, pp. 11-14).

Nessa descrição, Grilo (1996) apresenta elementos geográficos onde grandes mudanças na paisagem foram provocadas pela ação antrópica. Sendo assim, com a finalidade de compreender características culturais constituintes do desenvolvimento histórico-social desse lugar, o grupo Memória Carmelitana apresenta uma série de fatos desencadeados pela ação do homem que deixaram marcas na paisagem local.

Mediante um passeio imaginário, Grilo (1996) propõe o retorno ao século XVIII, precisamente ao ano de 1745, de modo a indagar a existência de pessoas que habitaram esse lugar há milhares de anos. Evidências encontradas em sua paisagem cultural, através de artefatos líticos e cerâmicas, revelam marcas da presença de indígenas desde o período pré-histórico. Grilo afirma ainda que arqueólogos os denominaram de índios Caiapós, devido ao fato de que viveram nas encostas junto ao Rio Claro e Rio Sapucaí, no entanto, segundo o autor, estes foram exterminados por capitães do mato em fins do século XVIII.

Corroborando com essa ideia, Antenor (2011) afirma que estudos realizados pelos antropólogos Ondemar Dias Junior (1979) e Edson Luiz Gomes (2009), ajudam a compreender melhor a existência de povos indígenas caçadores-coletores na cidade de Carmo do Rio Claro (MG). Através de artefatos líticos, cerâmicos e pinturas rupestres, constata-se que grupos humanos habitaram esta região por volta de 9 mil anos atrás e em um período posterior, entre os séculos XVII e XVIII, até que foram exterminados por Bandeirantes. Artefatos cerâmicos do século XVIII comprovam ainda o contato de povos indígenas com os povos afrodescendentes-quilombolas.

Dentre os povos indígenas que viveram nesta região, destacam-se segundo Antenor (2011), os grupos que se inserem na tradição Aratu-Sapucaí: Gê e Kayapó. Viviam nas encostas dos cursos de água, com aldeias em formato de U, se alimentavam de milho, mandioca, batata doce, dentre outros alimentos. Fabricavam objetos em rochas, minerais e cerâmica, tais como urnas funerárias denominadas de igaçabas. Já os grupos Tupis-guaranis pescavam, caçavam, eram horticultores e se alimentavam de batata-doce, feijão, pimenta, amendoim, abóbora, abacaxi. Além do mais, plantavam algodão para confeccionar redes e cultivavam o tabaco para realização de ritos. (ANTENOR, 2011).

Em visita ao Museu Histórico e Arqueológico Indígena Antônio Adauto Leite¹⁸ (fotografias 11, 12 e 13), Suzana Leite¹⁹ relatou em entrevista que a coleção deste museu iniciou-se em 1969 por meio de seu pai Antônio Adauto Leite e assegura a existência de mais de cem sítios arqueológicos presentes no município.

Fotografias 11, 12, 13: Museu Histórico e Arqueológico Indígena Antônio Adauto Leite.



Fonte: Autor (2019).

Como nos revela a entrevistada Suzana Leite, o acervo do museu conta com uma variedade de artefatos produzidos em rochas, minerais e cerâmica, tal como as moringas para armazenar água, arrocador de nó, cavadeira, cachimbos de pedra sabão, tambetá labial, meta labial, pingente, brinco de orelha, cauterizador, soquete, raspadeira, mão de pilão, quebra coco, ponta de flechas (lascada), chumbadas para rede de pesca, urnas funerárias (de primeiro e segundo sepultamento), afiadores, machadinhas, machadinha lunar²⁰. Alguns desses objetos categorizados como Neo-brasileiro, comprovam indícios do contato entre os grupos indígenas e quilombolas no município.

Ainda no século XVIII, Grilo (1996) destaca que grande parte dos escravos que vieram para o Brasil, a princípio instalaram-se a serviço da produção canavieira no litoral. Descoberto ouro no interior das “minas gerais”, uma população imensa de lá se deslocou para trabalhar na mineração e, entre lavoura de cana e mineração, trabalho duro e crises de fome, muitos deles fugiram das minas e formaram ajuntamentos com brancos pobres. Assim segundo o autor, o rio Sapucaí era rota preferida para essas fugas e estando distantes das minas, adentravam pelos ribeirões e córregos até encontrarem locais escondidos para formarem quilombos.

¹⁸ O Museu Histórico e Arqueológico Indígena Antônio Adauto Leite localiza-se em Carmo do Rio Claro (MG) e possui um acervo com mais de 3 mil peças. Em 2011, o Museu passou a ser gerido pela prefeitura do Município de Carmo do Rio Claro. (Entrev. LEITE, S., 2019).

¹⁹ Entrevista concedida ao autor, em 14 de janeiro de 2019.

²⁰ Machadinhas estas que, segundo a entrevistada, quem as encontra não quer apossar-se em suas casas e, por isso no acervo do museu, somam-se mais de 400 peças, devido a lenda contada no município de que a cada sete anos as machadinhas atraem um raio que as enterram sete metros abaixo do chão e a cada ano esta retorna um metro acima da superfície.

Grilo (1996) acredita que vários quilombos se formaram na região do Sudoeste de Minas Gerais, entre eles os quilombos da Canastra, do Muzambo, do Muzambinho, do Zundu, da Ventania e o quilombo do Cascalho, localizado aos pés da Serra da Tormenta. De parentesco simbólico, estes viviam em comunidade, compartilhavam costumes e crenças, praticavam atividades de subsistência, faziam o uso comum dos recursos disponíveis, no entanto, de acordo com o autor “todos esses quilombos foram destruídos antes de 1770.” (GRILO, 1996, p. 29).

Segundo o autor, a presença do homem branco em Carmo do Rio Claro se deu por volta de 1770, pela descendência de ilhoas que vieram dos arquipélagos portugueses para as minas no ano de 1723. Para Grilo, Julia Maria da Caridade e seus descendentes espalharam-se estabelecendo fazendas pelas bacias do Rio Grande e Rio Sapucaí. A primeira ocupação de fazendas no município aconteceu no distrito do Itacy, local situado as margens do Rio Sapucaí onde foi construída a primeira capela dedicada a Senhor do Bom Jesus do Itacy.

Grilo (1996) observa que depois desses, vieram vários de seus parentes que “iniciaram arranhações²¹” no arraial dos pretos, local conhecido como Cascalho ao pé da Serra da Tormenta.

Em contraponto, fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE²² (2019) atribui a formação do primeiro núcleo que viria a ser a cidade de Carmo do Rio Claro à presença de dois bandeirantes, José Barbosa de Arruda e Domingos Ferreira de Avelar.

[...] provavelmente remanescentes da bandeira do célebre Lourenço Castanho que, expulsando os terríveis Cataguazes do sertão de Tamanduá, hoje denominado Itapeçerica, os perseguiu até às paragens denominadas Conquista, no atual município de Guapé, onde, em memorável pugna, lhes infligiu decisiva derrota. (IBGE, 2019).

Como nos revela Grilo (1996), entre 1780 e 1789 instalou-se a primeira freguesia local. Pertencente à Província de São Paulo, a freguesia efetivou-se com a vinda do Padre João Manuel de Carvalho. Padre este iniciador da primeira capela dedicada à Nossa Senhora do Monte Carmelo, contudo por falta de recursos, a freguesia foi extinta em 1789.

Já a formação do núcleo urbano de Carmo do Rio Claro, ainda de acordo com fontes do IBGE (2019)²³, iniciou-se com a atitude do fazendeiro José Joaquim Santana, vindo do nascente arraial da fazenda Trombucas. Auxiliado pelos moradores do povoado, construiu em época

²¹ É possível deduzir que essas arranhações se caracterizavam primeiro como moradia temporária de capatazes, camaradas e escravos, com o objetivo de abrir picadas, iniciar roças de futuro sustento e delimitar os lugares em que logo seriam erguidas as primeiras casas de fazenda, Quase sempre, depois disto é que vinham as famílias dos primeiros fazendeiros. (GRILO, 1996, p.42).

²² Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV do ano 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/carmodorioclaro.pdf>. Acesso em 19/11/2019.

²³ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV do ano 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/carmodorioclaro.pdf>. Acesso em 19/11/2019.

desconhecida uma pequena capela em pau-a-pique²⁴ coberta de palha, no local onde se localiza a atual Igreja Matriz de Carmo do Rio Claro. “Segundo anotações existentes no livro do Tombo nº1, a freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Monte do Rio Claro, foi criada em 2 de novembro de 1810, sendo nomeado seu primeiro vigário o padre João Rodrigues.” (IBGE, 2019).

Em conformidade com estes dados, documentos da Cúria Metropolitana de São Paulo de 1810, atestam segundo Grilo (1996), a presença de fazendeiros oriundos de São João Del Rey que residiam no local a mais de vinte anos e que assinaram uma petição expedida ao Bispo de São Paulo, pedindo a recriação da extinta Freguesia.

O documento declara a existência de uma população maior que mil habitantes, devido a novos entrantes que vieram das minas. Esse período coincide com a ordenação de um padre local, João Rodrigues Martins. A partir de então, foi criada a segunda Freguesia denominada de Nossa Senhora do Carmo. Com o aumento das fazendas nesse período, o cultivo passou a destinar-se ao mercado, tal como, a pecuária e mercadorias como aguardentes, rapaduras, açúcar, queijo, grãos, farinha e objetos artesanais.

Com a morte de Magalhães em 1815, Grilo (1996) assinala que grandes fazendas se consolidaram no arraial com gente muito rica vinda da região das minas, a maioria de São João Del Rey. Em contraste, conforme atesta o censo de 1837, havia grande desigualdade social, pois os escravos representavam 1/3 da população local vivendo em senzalas, além de muitos brancos pobres.

Como nos revela o autor, até o ano de 1914 o Arraial do Carmo pertencia à Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, mas com a criação da nova Freguesia passou ao Terno da Vila de São Carlos de Jacuí.

Segundo as pesquisas de Grilo (1996), em 1832, o Arraial do Carmo dispunha das principais instituições administrativas, tal como Cartório ou Tabelionatos, Delegacia de Polícia, Companhia da Guarda Nacional e uma Paróquia. No entanto, para tornar-se Vila era necessário dispor se de uma Câmara Municipal.

Por determinação do Governo da Província de Minas Gerais em 1837, a paróquia do Carmo realizou seu primeiro censo, que contabilizou o Arraial com 1285 habitantes, 193 casas

²⁴ O pau-a-pique ou taipa de mão, como também é conhecido, representa uma das primeiras técnicas construtivas utilizadas no Brasil, tendo sido usado em uma considerável parcela dos edifícios que integram o patrimônio cultural brasileiro, muitos deles fazendo parte de núcleos urbanos reconhecidos mundialmente pela UNESCO como patrimônio da humanidade. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12298/1/A%20T%c3%a9cnica%20do%20Pau%20a%20Pique_Subsc3%addios%20para%20a%20sua%20Preserva%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em 15/04/2020.

e a economia de base agrícola e pastoril, cuja maior parte era gado de engorda “invernada” e vacas leiteiras. Além da criação de muares, produziam mantimentos, algodão, cana-de-açúcar que eram exportados no lombo de animais e por navegação em canoas e barcas pelo Rio Sapucaí. O censo aponta a existência de 104 escravos, com posses que variavam de 35 a 15 escravos por proprietário.

Conforme Grilo (1996), o período entre 1860 a 1870 foi de grande prosperidade no Arraial, com fazendas se multiplicando, aumento da população, residências imponentes e as duplas posses de residências (fazenda-cidade). Realizaram-se também melhoramentos no Arraial, como primeira água canalizada do bairro do Rosário para uso público no Largo da Matriz, palco de encontro entre escravas, mucamas e outras mulheres. Entre a Capela do Senhor dos Passos localizada aos pés da Serra da Tormenta e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte Carmelo localizava-se a praça e o Largo, local onde as pessoas se reuniam para diversas celebrações (fotografia 14).

Fotografia 14: Festa da Padroeira no Largo da Antiga Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, início do século XX.



Fonte: Autor desconhecido (s.d.). Acervo: Telefoto.

Com a economia fortificada e a escolarização crescendo, foi criada em 1875 a Vila Nossa Senhora do Carmo, que no ano de 1877 foi elevada à categoria de cidade. De acordo com Grilo (1996), após a emancipação da cidade, surgiram as primeiras escolas públicas e particulares; além de uma nova corporação musical. Além do mais, até o ano de 1933, pelo Rio Sapucaí navegações transportavam mercadorias e passageiros fazendo o percurso do Porto Carrito a Fama.

Grilo (1996) atesta que no período em que houve a abolição da escravatura e proclamação da república, pouca coisa mudou no município, a maioria dos escravos permaneceram nas fazendas a troco de moradia e uma pequena ajuda. Já entre os ex-cativos, a

maioria se concentrou no bairro do Rosário e nas “bandas do matadouro” onde viveram em profunda miséria.

No início do século XX, segundo Grilo (1996) a cidade do Carmo teve a construção de importantes colégios ministrados por padres e freiras. Em 1904, a criação do Colégio Sagrados Corações de Jesus e Maria destinado à educação de meninas, cuja direção ficava a cargo das Irmãs das Providências. De origem francesa, seus ensinamentos contemplavam o canto e trabalhos manuais como o bordado, que deixaram marcas significativas na herança na tradição cultural do município, ou seja, bordados estes que foram incorporados na produção de doces e na tecelagem manual que, atualmente, representam dois patrimônios culturais registrados pelo município.

Ana Maria da Silva²⁵ relata que o artesanato, desde a segunda metade do século XVIII, já se configurava um setor importante da economia, pois como os escravos trabalhavam com o algodão, o tear estava presente em toda moradia. Tanto proprietários, como escravos nas senzalas, todos praticavam a tecelagem.

Sob outro aspecto, a musicalidade sempre foi intensa no local, com a formação de bandas de música com a participação de escravos. Além do mais, de acordo com o autor, festividades e comemorações oriundas do catolicismo popular passaram a se fazer presente no calendário litúrgico local, como as celebrações de Natal, Semana Santa, Santos Reis, Santos Juninos e a Festa do Divino. Tradição que misturavam ainda cantigas e festejos de tradição africana, como os de “cantos de trabalho”, a congada e o Moçambique, além da Cavalhada “típica dos habitantes das ilhas portuguesas.” (GRILO, 1996, p. 113).

O autor observa que em 1912 foi criada a Escola Manuel Pinto e em 1942 o Colégio Cônego Leopoldo (depois Colégio Montfort), exclusivo para educação de meninos. Nesse início do século XX, relata-se ainda a construção da Capela dedicada à Nossa Senhora da Aparecida no alto da Serra da Tormenta (fotografias 15 e 16), além de dois cinemas (Guarany e Paris), a inauguração do Centro Carmelitano de 1927 (Grêmio Esportivo Carmelitano), as apresentações de peças teatrais e a existência de duas bandas que eram convidadas a se apresentarem nas inaugurações de obras públicas.

²⁵ Membro do grupo Memória Carmelitana.

Fotografia 15: Inauguração da capela N. Sra. Aparecida no alto da Serra da Tormenta, início do século XX.



Fonte: Autor desconhecido (s.d.). Acervo: Telefoto.

Fotografia 16: Reforma capela N. Sra. Aparecida no alto da Serra da Tormenta, início do século XX.



Fonte: Autor desconhecido (s.d.). Acervo: Telefoto.

Destaca-se também, um marco significativo que ocorreu na região durante o governo de Juscelino Kubitschek. De acordo com Diniz (2014), entre 1958 e 1962, com o represamento do Rio Grande pela Usina Hidrelétrica de Furnas, trinta e quatro municípios entre São José da Barra e São João Batista do Glória foram impactados significativamente, modificando de modo drástico a paisagem da região, as relações socioespaciais e culturais de seus habitantes. O represamento inundou parte de cidades, vilarejos, igrejas, cemitérios, trilhos e representou um marco de infortúnio para populações mais antigas, que perderam inúmeras fazendas, terras férteis e empregos.

A entrevistada Suzana Leite²⁶ comenta sobre o triste episódio ocorrido com o represamento, que de acordo com seu pai Antonio Adauto Leite, inundou a caverna que se localizava “pra baixo da queda do Itapecerica no Rio Sapucaí, ela tinha nas paredes pinturas rupestres representando o sol, pererecas, uma escada e o local era usado no pouso de pescadores e piqueniques organizados pelo colégio.” (Entrev. LEITE, S., 2019).

No ano de 1962, o município de Carmo do Rio Claro sofreu com outra significativa destruição, pois o Padre Marcelo Prado Campos decidiu demolir a centenária Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo (fotografia 17), para a construção de uma nova igreja (fotografia 18).

²⁶ Entrevista concedida ao autor, em 14 de janeiro de 2019.

Fotografia 17: Antiga Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo início do século XX.



Fonte: Autor desconhecido (s.d.). Acervo: Telefoto.

Fotografia 18: Atual Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: Autor desconhecido (s.d.). Acervo: Telefoto.

Na década 1980, a paisagem cultural de Carmo do Rio Claro (MG) passou a ser fortemente marcada pela produção massiva e comercialização do café. Na década seguinte propagou-se a produção do artesanato (tecelagem manual²⁷- fotografias 19 e 20 e a produção de doces bordados²⁸- fotografias 21 e 22) como fonte de renda de dezenas de famílias. Nesse contexto, grande parte das famílias alternavam sua fonte de renda entre as lavouras de café nos períodos de colheita e a tecelagem manual. Desse modo, os teares de madeira compunham o dia a dia nas casas de muitas famílias. Mulheres nas varandas de suas casas bordavam e amarravam muitas das peças que eram produzidas nos teares.

Fotografias 19, 20: Tecelagem e tecidos de produção artesanal.



Fonte: Autor (2009).

Fotografias 21, 22: Produção artesanal de doces bordados.



²⁷ Confeção de tecidos em teares manuais com uma diversidade de tramas e texturas. O processo envolve os seguintes passos: preparação da fibra; fiação; tingimento; urdição; produção do tecido em tear manual e o acabamento que pode resultar na confecção de produtos como colchas, mantas para sofá, jogos americanos, jogos de lavabos, entre outros.

²⁸ O doce bordado é feito manualmente com desenhos e textos distintos sobre as cascas de frutas, em sequência passam por processos distintos de saber-fazer: doces de calda ou cristalizados.

A partir de 1990, o turismo passou a ser explorado em torno do lago de Furnas. Chácaras, pousadas e bares aos poucos passaram a ser ocupados como locais de lazer pela sociedade e turistas, que se deslocavam principalmente da capital mineira e paulista. Naquela década, o carnaval de rua de Carmo do Rio Claro (MG) foi palco de destaque na região, se consagrando como um dos mais frequentados do sul de Minas. Uma das grandes atrações deste evento eram as apresentações da tradicional banda conhecida como Turma do Aguenta, que tocava e cantava marchinhas ao som de vários instrumentos. Outro bloco de destaque ainda presente na sexta-feira que antecede o carnaval carmelitano, é o grupo denominado Pererecas de Ouro. Neste bloco, os homens saem em desfile pelas ruas da cidade vestidos de mulheres.

Outro fomento explorado pelo turismo nessa década, foram os campeonatos de asa-delta e *paraglider*. A Serra da Tormenta passou a compor os campeonatos mundiais de voo livre, que passaram a colorir os céus da cidade, prática que ainda se repete nos ares da localidade.

No entanto, com o período intenso de secas, o nível da represa de Furnas foi aos poucos diminuindo, causando grande prejuízo ao turismo da região. A partir do século XXI, com o avanço da tecnologia, a mão de obra usada na colheita do café e na tecelagem manual, foi perdendo espaço aos maquinários, que hoje representam grande parte do processo de produção nestes dois setores importantes da economia local.

Além da tecelagem, produção de doces e de café, atualmente destacam-se no município, a produção de cachaça, de queijo e de pimentas. Bens culturais estes, que se configuram como destaque de modos característicos de saberes²⁹ locais.

Em face desta exposição, evidenciam-se contribuições e relações de diferentes etnias na ocupação e transformação socioespaciais ocorridas na trajetória histórico social do município de Carmo do Rio Claro (MG). O processo de colonização, “civilização e progresso” acabou por exterminar parte deste legado cultural, em especial a dos povos indígenas e afrodescendentes. Contudo, em face desta diversidade cultural, o presente trabalho aprofundar-se-á na perspectiva de religiosidade popular atrelada ao catolicismo, que desde a fundação do município mantém viva uma série de tradições que serão apresentadas no decorrer do texto, dentre estas, o objeto de estudo deste trabalho: as Companhias de Reis e do Menino Jesus.

²⁹ Através do aplicativo lançado em 29/11/2019 disponibilizado no Google Play, Carmo do Rio Claro, é possível explorar uma série de atrativos culturais presente no município. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.crc> Acesso em 12/12/2019.

2.1 “ETERNO PRESENTE”: PAISAGEM RELIGIOSA EM CARMO DO RIO CLARO

Como apresentado, desde os fins do século XVIII, o processo de formação e desenvolvimento histórico-cultural do município de Carmo do Rio Claro (MG) se consolidou diante de um sistema cultural religioso alicerçado em valores e preceitos do catolicismo. Inúmeras práticas de religiosidade popular vinculadas ao calendário litúrgico, se consagram há mais de dois séculos e seu reflexo faz-se presente na paisagem cultural até o tempo presente.

Nesse sentido, apresenta-se em sequência os Quadros 1 e 2 que contemplam as principais manifestações de religiosidade popular presentes no calendário litúrgico de Carmo do Rio Claro (MG). Observa-se ainda que elas apresentam um calendário cíclico, pautado em celebrações de missas, novenas, procissões, comemorações e festejos.

Essas atividades podem ser classificadas da seguinte forma: entre os meses de dezembro e janeiro contempla-se o ciclo de comemorações natalinas que se encerra com a festa da epifania; entre os meses de fevereiro, março e abril, contempla-se o período de 40 dias da quaresma, além das celebrações da semana santa; já entre os meses de junho a novembro, contemplam-se as celebrações e ou comemorações mensais: Corpus Christi (junho), padroeira do município Nossa Senhora do Carmo (julho), Bom Jesus dos Aflitos do Itacy (agosto), Nossa Senhora Aparecida (outubro) e finados (novembro).

Existem ainda, as práticas de religiosidade que acontecem semanalmente como as missas nos bairros e na zona rural, o terço dos homens, grupos de orações, catequese e visitação da capelinha Mãe Rainha nas casas dos devotos.

O Calendário que se apresenta em sequência (Quadro 1 e 2), fora construído a partir de entrevista concedida ao autor em 23/01/2019 com os membros das equipes pastorais Junio César de Oliveira Martins (Conselho pastoral paroquial Sagrada Família) e Rosa Maria de Melo (Conselho pastoral paroquial Nossa Senhora do Carmo).

QUADRO 1- CALENDÁRIO LITÚRGICO CELEBRAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DE RELIGIOSIDADE EM CARMO DO RIO CLARO (MG)		
(continua)		
ATIVIDADE	PERÍODO	LOCAL
DEZEMBRO		
Novenas de Natal	Durante todo o mês de dezembro	Casa das famílias
Apresentação dos Grupos de Companhias de Reis e do Menino Jesus	25 de dezembro a 06 de janeiro - período que pode se estender em função das demandas de promessas	Casa das famílias (devotos de Santos Reis)
Missa da Passagem de Ano	Último dia do mês de dezembro	Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima e Sagrada Família
JANEIRO		
Festejo de chegada dos grupos de Companhia de Reis e do Menino Jesus	Dia 06 de janeiro	Participação dos grupos Companhias nas missas Chegada das Companhias de Reis: Salão de festa Igreja Matriz Sagrada Família e do Menino Jesus: Lar do Idoso Frederico Ozanam
FEVEREIRO - MARÇO - ABRIL		
Quaresma	40 dias	Várias localidades: atividades que se iniciam na quarta-feira de cinzas e se estendem até a comemoração da páscoa
Quarta Feira de Cinzas	Quarta após os festejos de carnaval, data pode variar entre os meses de fevereiro ou março	Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima e Sagrada Família: celebrações com a unção e distribuição de cinzas
Vias Sacras	40 dias durante a quaresma: quartas e sextas	Pelas ruas da cidade ou dentro da Igreja
Procissão Penitencial	Todas as sextas durante a quaresma	Ruas da Cidade: 5 horas da manhã
Procissão Domingo de Ramos	Domingo - Semana Santa	Capela N. Sr. dos Passos até a Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima
Procissão do Depósito	Segunda-feira à noite - Semana Santa	Condução das Imagens de N. Sr. dos Passos (por homens) e de N. Sr. a. das Dores (por mulheres) as suas Capelas de origem
Vigília	Segunda-feira à noite - Semana Santa	Capela N. Sr. dos Passos
Procissão do Encontro	Quarta-feira à noite - Semana Santa	Condução das Imagens de N. Sr. dos Passos (por homens) e de N. Sr. a. das Dores (por mulheres) até a Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima
Instituição da Eucaristia e Missa de Lava Pés	Quinta-feira à noite - Semana Santa	Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima
Ato de Penitência	Quinta-feira à noite - Semana Santa	Subida da Serra da Tormenta
Via Sacra dos Jovens	Sexta-feira da paixão Semana Santa	Subida da Serra da Tormenta
Procissão das Velas: Jesus morto com os esquifes	Sexta-feira da paixão - Semana Santa	A imagem de Jesus morto com os esquifes sai da Igreja Matriz e faz um percurso em torno da Praça Cap. Pedro Tito Pereira com retorno a Matriz
Missa de Aleluia	Sábado após sexta-feira da Paixão de Cristo	Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo e Sagrada Família
Procissão da Ressureição	Domingo de manhã após Sábado de aleluia	Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo: Missa na Capela do Senhor dos Passos com procissão até a Matriz Senhora de Carmo Sagrada Família: ruas do bairro Jardim América

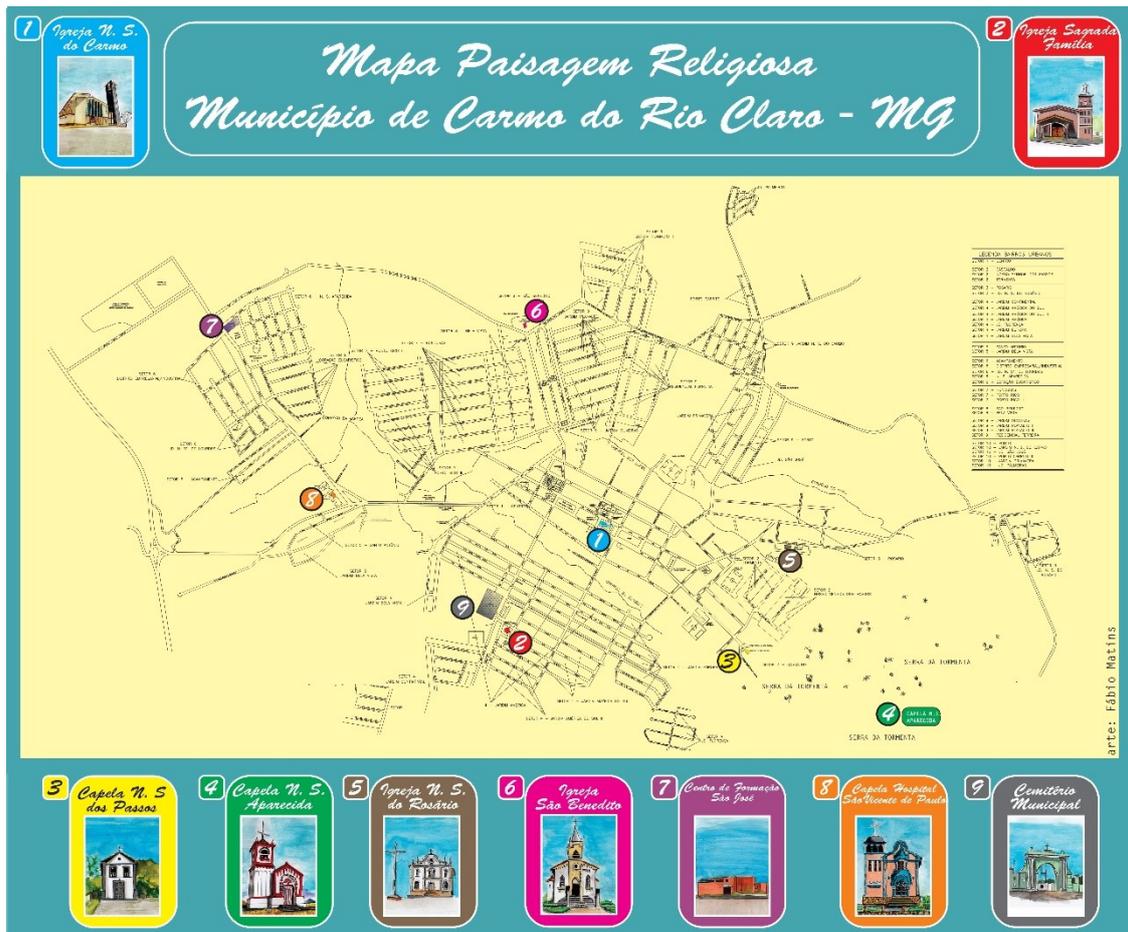
QUADRO 1- CALENDÁRIO LITÚRGICO CELEBRAÇÕES E MANIFESTAÇÕES DE RELIGIOSIDADE EM CARMO DO RIO CLARO (MG) (conclusão)		
	JUNHO	
Celebrações de Corpus Christi	Comemorado no mês de junho 60 dias após a páscoa	Igreja Matriz Nossa Senhora de Carmo e Sagrada Família: confecção de tapetes artísticos para procissão nas ruas próximas as igrejas
	JULHO	
Comemorações padroeira Nossa Senhora do Carmo: procissão e festejos	16 de julho	Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo: procissão de Nossa Senhora do Carmo nas ruas da Cidade; além de festa de barraca armada na praça em frente à Igreja.
	AGOSTO	
Celebrações e festejos Bom Jesus dos Aflitos do Itacy	29 de julho a 06 de agosto	Santuário Bom Jesus dos Aflitos: Novena e missas do Bom Jesus dos Aflitos, distrito do Itacy, fluxo de 30 a 50 mil devotos
	OUTUBRO	
Nossa Senhora Aparecida	15 de outubro	Subida da serra da tormenta até a capelinha Nossa Senhora Aparecida Celebrações de missas nas matrizes Nossa Senhora de Fátima e Sagrada Família
	NOVEMBRO	
Finados	02 de novembro	Visitação aos túmulos no cemitério municipal de Carmo do Rio Claro (MG)

QUADRO 2- ATIVIDADES DE RELIGIOSIDADE QUE ACONTECEM DURANTE TODO O ANO	
ATIVIDADE	LOCAL
Missas semanais nas Igrejas Matrizes	Igreja Matriz Nossa Senhora de Carmo e Sagrada Família
Missas com celebrações nos bairros	Capela Nosso Senhor dos Passos, Jacuba, Rosário, Porto, Bananal, São Benedito e Nosso Senhor dos Aflitos
Terço dos homens	Segunda-feira Paróquia Sagrada Família/ Quarta-feira Paroquia Nossa Senhora do Carmo
Grupos de orações	Segunda-feira: Paróquia Sagrada Família/ Quarta-feira: Capela do Hospital (São Vicente de Paulo) sexta-feira: Capela São Benedito
Visitação uma vez por mês da capelinha Mãe Rainha Nossa Senhora de Schoenstatt	Casas de devotos
Catequese	Paroquia Nossa Senhora do Carmo de segunda a sexta com horários específicos Paroquia Sagrada Família: 1ª etapa (eucaristia) quarta-feira as 17:30 2ª etapa (crisma) domingo às 18:00;
Missas rurais	Paroquia Sagrada Família: quinta-feira em um bairro rural Paroquia Nossa Senhora do Carmo: quarta-feira em um bairro rural;
Missas setoriais (bairros)	Paróquia Nossa Senhora do Carmo celebra na segunda-feira e no sábado missas nos bairros.,
Grupo de Jovens	Encontro semanal as quintas feiras a noite após a missa

Nesse contexto, há cerca de um século e meio, espacialidades físicas-materiais configuram a paisagem religiosa de Carmo do Rio Claro, permanecendo vivas como elo de contato de diversas práticas de religiosidade. Elementos simbólicos materiais e imateriais carregam consigo elos de uma tradição em celebrações e festejos, experienciados de forma coletiva ou individual em face de distintas espacialidades.

Através do mapa (figura 4) que se apresenta em sequência, observar-se a localização de nove espacialidades físicas do município, onde acontecem as principais práticas de religiosidade atreladas ao catolicismo. Locais que se apresentam no mapa, através da seguinte configuração: igrejas matrizes: Nossa Senhora do Carmo (localização 1) situada no centro da cidade e a Sagrada Família (localização 2) situada no bairro Rua Nova; Capela Nosso Senhor dos Passos (localização 3) situada aos ‘pés da Serra da Tormenta’ e a Capela de Nossa Senhora Aparecida no alto da Serra da Tormenta (localização 4); Igreja do Rosário (localização 5) e Igreja São Benedito (localização 6) que carregam em sua origem o sincretismo de descendência afro-religioso e cujos nomes dos bairros estão associados aos nomes das igrejas; Centro de Formação São José (localização 7) situado no bairro Coração Eucarístico, onde acontecem celebrações de missas, além de um trabalho social voltado as crianças e adolescentes; Capela do Hospital São Vicente de Paulo (localização 8) situado no bairro Santo Antônio; e o Cemitério Municipal (localização 9) situado no bairro Rua Nova.

Figura 4: Cartograma - Paisagem Religiosa de Carmo do Rio Claro (MG).



Fonte: Mapa Prefeitura municipal de Carmo do Rio Claro (MG). Arte e ilustrações: Fábio Martins (2020).

A capela Nosso Senhor dos Passos, construída aos pés da Serra da Tormenta no ano de 1860, constitui-se a edificação mais antiga do município. Construída em estilo colonial, abriga em seu interior a imagem de Nosso Senhor dos Passos³⁰ que faz parte da prestigiada Procissão do Encontro realizada durante a semana santa.

Figura 5: Capela Nosso Senhor dos Passos e Serra da Tormenta ao fundo, Carmo do Rio Claro (MG).



Fonte: Autor (2008). Pintura, guache sobre papel, 38 x 110 cm.

Localizada no centro da cidade, há mais de um século a maior parte das celebrações e ritos religiosos acontecem na igreja matriz Nossa Senhora do Carmo. Ritos como as procissões do Encontro e do Senhor Morto, que na semana santa reúnem milhares de fiéis em caminhada pelas ruas da cidade, além das celebrações de Corpus Christi e a festa em louvor a Nossa Senhora do Carmo.

Na procissão do Encontro (fotografias 23, 24 e 25), celebrada na quarta-feira da semana santa, a imagem sacra de Nosso Senhor dos Passos é carregada por homens que saem da Capela Nosso Senhor dos Passos com destino à igreja matriz Nossa Senhora do Carmo³¹, local onde se realiza o encontro com a imagem de Nossa Senhora das Dores, que paralelamente sai em procissão da Igreja de Nossa Senhora do Rosário carregada por mulheres.

Fotografias 23, 24, 25: Procissão do Encontro: cortejos Igreja Nossa Senhora do Rosário e da Capela Nosso Senhor dos Passos em direção a Igreja Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: Autor desconhecido (s.d.). Acervo: Paroquia Nossa Senhora do Carmo.

³⁰ Ambos os bens culturais, Capela e imagem de Nosso Senhor dos Passos são tombados como patrimônios culturais do município.

³¹ A imagem sacra de Nossa Senhoras das Dores também é tombada como patrimônio Cultural do Município.

Já a procissão de Jesus Morto com os Esquifes (fotografias 26, 27 e 28) acontece na noite da sexta-feira da semana santa (da paixão). Popularmente conhecida como procissão das Velas, os fiéis, empunhando suas velas acesas, conduzem orações e cantos penitenciais fúnebres de alusão a Jesus Morto. Após a procissão, a imagem de Jesus Morto adentra a igreja Nossa Senhora do Carmo onde as pessoas fazem suas reverências à imagem.

Fotografias 26, 27, 28: Procissão do Senhor Morto acompanhado com velas: Igreja Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: Autor desconhecido (2015). Acervo: Paroquia Nossa Senhora do Carmo.

No mês de julho, comemora-se o aniversário da padroeira do município com festejos de barraca em frente à igreja matriz, além da procissão, na qual os fiéis proferem hinos de louvor à imagem de Nossa Senhora do Carmo conforme mostra as fotografias 29, 30 e 31.

Fotografias 29, 30, 31: Procissão, missa e festejo em louvor a Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: Autor desconhecido (s. d.). Acervo: Paroquia Nossa Senhora do Carmo.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário teve sua primeira edificação construída na segunda metade do século XIX. No entanto, uma nova construção a substituiu entre os anos de 1928 e 1930. Juntamente da igreja de São Benedito, a Igreja do Rosário até meados de 1990, foi palco de práticas vinculadas à religiosidade de matrizes africanas, como a Congada e o Moçambique. Durante dezenas de anos existiu na cidade vários ternos de congo e Moçambique que saiam em

cortejo pelas ruas da cidade ao encontro do seu rei e da sua rainha. A chegada destes grupos acontecia na praça localizada em frente à Igreja do Rosário. Entre o cruzeiro e a igreja, os grupos realizavam suas danças e cantorias sincronizadas à sonoridade e aos instrumentos percussivos. Uma característica marcante na prática do Moçambique eram os sons percussivos produzidos, em que os praticantes amarravam em torno de suas pernas latinhas de metal contendo pedrinhas e sementes que marcavam através da sonoridade, o ritmo do festejo.

Figura 6: Chegada do Moçambique na Igreja Nossa Senhora do Rosário, final dos anos 80.



Fonte: Autor (2019). Caneta esferográfica sobre papel, 21 x 30 cm.

Ainda na praça em frente à Igreja do Rosário, durante o ciclo natalino até a década de 1990 no dia 06 de janeiro, acontecia a chegada do grupo de Companhia de Reis Estrela da Guia, dia em que se celebra o dia dos Santos Reis. Arcos de bambu, fitas e correntes de papéis coloridos enfeitavam a praça (tal como apresentam as fotografias 5, 6 e 7), de modo que a paisagem se transformava no palco de consagração de mais um ciclo de jornada completado pelos foliões. A presença marcante da figura dos palhaços despertava alegria e o medo nas crianças que os presenciavam.

A praça também era palco de outras celebrações dedicadas à Nossa Senhora do Rosário (fotografias 32, 33, 34), onde se realizava a procissão pelo bairro, missas e o festejo, com a construção de barracas de bambu, cuja intenção era arrecadar verbas para manutenção da igreja. Nesse festejo, que atualmente acontece na quadra de esportes localizada atrás da igreja, realizam-se bingos e leilões com prendas diversas, doadas e arrematadas pela população, além da venda de comidas e bebidas. Nos intervalos dos leilões aconteciam também os bailões com músicas sertanejas e forró para a comunidade dançar.

Fotografias 32, 33, 34: Procissão cortejo a Nossa Senhora do Rosário - praça e Igreja do Rosário.



Fonte: Autor desconhecido (1976). Acervo: Ana Teresa de Araújo.

Nos meses de junho ou julho a praça do Rosário era decorada com bandeirinhas. Ali acontecia a festa junina com a apresentação de quadrilhas coordenadas pela pernambucana Fátima Ferreira, além disso, era comum nesse período a prática de terços dedicados aos santos católicos, como São João e Santo Antônio. Os terços eram acompanhados de muita comilança, com bolo de fubá e de mandioca, canjica, pé de moleque, amendoim com açúcar, além do tradicional quentão feito com cachaça.

Em várias casas da cidade erguiam-se mastros de bambu, com limões espetados em suas varetas. No seu topo, colocava-se a imagem de um santo, que era decorada com flores de plástico ao seu redor, conforme mostra a fotografia 34.

Fotografia 35: Antiga casa no bairro do São Benedito com mastros de bambu em homenagem aos santos católicos dos meses de junho e julho.



Fonte: Autor Desconhecido (s.d.). Acervo: Grupo Facebook: Memória Carmelitana.

O cruzeiro localizado em frente à Igreja do Rosário, assim como outros espalhados pelo município, recebe inúmeras imagens de santos, em gesso, quebradas³². O cruzeiro também era referenciado em diversos ritos, tal como durante o período da quaresma, em que um pequeno grupo de homens, os cantadores para as almas, saíam durante a madrugada acompanhados de um instrumento percussivo de madeira, denominado de matraca, de modo que cantavam na frente de algumas casas para as almas de pessoas já falecidas. Existia a crença de que não se podia observar esse rito, sobre o risco de visualizar imagens das almas dos falecidos. Para os cantadores, algumas pessoas da cidade ofereciam-lhes um banquete de café.

Outra prática de religiosidade presente no município de Carmo do Rio Claro (MG) está ligada a Serra da Tormenta. Todos os anos, milhares de fiéis realizam a subida até seu cume, onde encontra-se localizada a capela dedicada à Nossa Senhora Aparecida. Subida de grande dificuldade, mas que traz como recompensa a visibilidade, em 360°, de uma paisagem composta por serras, plantações, vales em diferentes tonalidades de verde, além de lagos e cidades do entorno. No interior da capela, os fiéis realizam orações e agradecimentos por graças alcançadas, além de deixar no local inúmeras fotografias referentes aos familiares com pedido de uma graça ou como forma de agradecimento.

No ano de 2006, de acordo com o entrevistado Junio Cezar Oliveira Martins³³, Dom José Geraldo, vendo que a cidade estava crescendo, sentiu a necessidade de desmembrar a paróquia Nossa Senhora do Carmo e criar, no bairro Rua Nova, uma nova paróquia,³⁴ o que resultou na construção da Igreja Matriz Sagrada Família. Após a construção da nova matriz, as principais atividades religiosas, ritos e celebrações passaram a acontecer de forma paralela nas duas paróquias (Nossa Senhora do Carmo e Sagrada Família). No entanto, ambas as paróquias estão ligadas à diocese de Guaxupé e vinculadas à Igreja Católica Apostólica Romana.

O Santuário Bom Jesus dos Aflitos, localizado no distrito de Itacy, atrai no mês de agosto um fluxo de 30 a 50 mil pessoas, cujo foco envolve a participação em celebrações de missas e novenas. Parte dos fiéis atravessam a represa de Furnas, por meio de balsas, para

³² Esta prática de descarte de imagens de santos quebrados sobre os pés dos cruzeiros e cemitérios ocorre devido a tradição popular de que estes não devem ser descartados em qualquer local, sob pena de ser o descartante castigado.

³³ Entrevista concedida ao autor em 23/01/2019.

³⁴ A partir de 1990, de acordo com o entrevistado Junio César Oliveira Martins, no bairro Rua Nova as celebrações de missas eram realizadas semanalmente nas casas dos fiéis, até que em 1994, Padre Mário decidiu escolher o padroeiro da comunidade onde colocou-se em votação a possibilidade de escolha entre os Santos Reis, Santa Luzia e a eleita Sagrada Família. Já no ano de 2000 foi construída a capela do bairro que foi inaugurada pelo então bispo diocesano de Guaxupé dom José Geraldo Oliveira do Valle. Esta, funcionou como capela por vários anos, contemplando a realização de missas semanais, catequese e casamentos.

chegar ao santuário (fotografias 36 e 37) que agrega uma sala de ex-votos em que os fiéis depositam uma série de objetos decorrentes de graças alcançadas, além da imagem de Nosso Senhor dos aflitos tombada como patrimônio cultural do município (fotografias 37 e 38). Em frente à igreja, são montadas entorno de 500 barracas com diversos produtos comercializáveis, tais como roupas, vestimentas, eletrônicos e comidas. Pertencente ao município de Carmo do Rio Claro, a paróquia dessa localidade está ligada à diocese de Campanha.

Fotografias 36, 37, 38, 39: Travessia de balsa na represa de furnas e festejo dedicado à Imagem do Nosso Senhor dos Aflitos - Santuário distrito rural do Itacy.



Fonte: Autor desconhecido (s. d.). Acervo: Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro (MG).

A partir da presente exposição é possível perceber quão significativas são as manifestações de religiosidade ligadas ao catolicismo para a sociedade carmelitana. Manifestações que fazem-se presentes no calendário litúrgico durante todo o ano, de modo que milhares de fiéis (re)vivenciam práticas de fé dedicadas a distintos santos em diferentes espacialidades, conforme apresentadas ao longo do texto. Nesse contexto, marcado pelas manifestações de religiosidade popular, aprofundar-se-á em sequência como foco desta pesquisa, nas investigações entorno das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG).

CAPÍTULO III

FOLIAS

Segundo Castro e Couto (1959), festejos envolvendo celebrações populares acerca do ciclo natalino e epifania em louvor aos Três Reis Magos (24 de dezembro a 06 de janeiro) datam do século XII, “quando Poverello de Assis armou o primeiro presépio e foi representado na Catedral de Toledo o *Aucto de los Reyes Magos*. Já no Brasil no século XVI, apresentavam-se os autos e diálogos pastoris.” (CASTRO; COUTO, 1959, p. 7).

Portanto, acredita-se que tradições ibéricas de culto e festejo aos Reis Magos tenham chegado ao Brasil no século XVI, junto com os portugueses, na presença marcante de missionários da Companhia de Jesus, e se difundindo como estratégia do catolicismo para catequizar índios nativos, mestiços e negros do período colonial. (IEPHA, 2016).

Conforme o IEPHA (2016), estudos da cultura popular realizados entre as décadas de 1930 a 1970 por Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Alceu Amaral e Rossini Tavares de Lima, apontam que as características presentes nas Folias de Reis do Brasil estão fortemente associadas a dois festejos, advindos da cultura portuguesa: as “janeiras” e as “festas dos rapazes ou carretos.”

As festas dos rapazes ou carretos estabelece grande similaridade com as Folias de Reis de algumas regiões de Minas Gerais. Relatos históricos afirmam que a festa acontecia entre 25 de dezembro a 06 de janeiro, em cerimonial realizado com “uso de máscaras, peditórios, refeições, exclusão de mulheres e danças.” (IEPHA, 2016, p. 46).

Corroborando com essa ideia, no dicionário do folclore brasileiro, Cascudo (2012), apresenta quatro festejos com significados associadas às Folias de Reis: Folias, Reis, Reisado e Janeiras. Segundo o autor, essas manifestações populares estabelecem uma relação muito forte de proteção ao cultivo agrário no campo, ou seja, uma forma de manter a proteção divina nas plantações contra pragas.

Folia. Era no Portugal velho uma dança rápida, ao som do pandeiro ou adufe, acompanhada de cantos. [...] É um grupo de homens, usando símbolos devocionais, acompanhando com cantos o ciclo do Divino Espírito Santo, festejando-lhe a véspera e participando do dia votivo. Não tem em Portugal o aspecto precatório da folia brasileira, mineira ou paulista. Jaime Lopes Dias (Lisboa, 1944) informa que a folia é uma espécie de confraria, meio sagrada, meio profana, instruída para implorar a proteção divina contra pragas e malinas que às vezes infestam os campos. [...] Estas Folias andam sempre de dia. As Folias de Reis andam a noite, no mister idêntico de esmolar para a festa dos Reis Magos, [...] representando os próprios Reis Mago, saem angariando auxílios. (CASCUDO, 2012, p. 305).

Reis. Foram festas populares na Europa (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Itália etc.) dedicadas aos três Reis Magos em sua visita ao Deus Menino,

e ainda vivas em vestígios visíveis. Na península Ibérica, os reis continuaram vivos e comemorados, sendo a época de dar e receber presentes, ‘os reis’, de forma espontânea ou por meio de grupos, com indumentária própria ou não, que visitam os amigos ou pessoas conhecidas, na tarde ou noite de 05 de janeiro (véspera de Reis) cantando e dançando ou apenas cantando versos alusivos à data e solicitando alimentos ou dinheiro. Os colonizadores portugueses mantiveram a tradição no Brasil e de todo ainda não desapareceu o uso nalgumas regiões. [...] O dia de Reis marca, especialmente no Norte, o final do ciclo do Natal. (CASCUDO, 2012, p. 609).

Reisado. É denominação erudita para grupos que cantam e dançam na véspera e dia de Reis (6 de janeiro). Em Portugal diz-se *reisada* e *reiseiros*, que o pode ser o cortejo de pedintes, cantando versos religiosos ou humorísticos, como os autos sacros, com motivos sagrados da história de Cristo, no exemplo citado por Alberto Pimentel de uma representação de Herodes e o Nascimento do Menino em Friães e Santo Tirso (As Alegres Canções do Norte, 269, Lisboa, 1905). [...] No Brasil, a denominação, sem especificação maior, refere-se sempre aos ranchos, ternos, grupos que festejam o Natal e Reis. (CASCUDO, 2012, p. 610).

Janeiras: Canção entoada por um grupo que visitava pessoas amigas, no primeiro dia do ano. Dar janeiras, cantar janeiras, pedir janeiras são expressões que fixavam a festa tradicional ligada ao ciclo do Natal. São oferecidos presentes, alimentos, dinheiros aos cantores que louvam aos santos e ao dono da casa visitada. É uma reminiscência portuguesa, que o Brasil conheceu e praticou até os fins do séc. XIX e primeiros anos do XX. [...] As janeiras estavam ligadas aos cultos agrários, as *Kalendas Januari*, festejadas no início do ano, propiciando a fertilidade futura. (CASCUDO, 2012, p. 362).

3.1 FOLIAS DE REIS

Segundo Porto (1982), compreende-se por Folias de Reis os cortejos de caráter religioso popular que se manifestam em vários estados do Brasil entre o natal e a festa dos Reis (6 de janeiro), reproduzindo idealmente a viagem dos Magos a Belém, para adorar o Menino Jesus.

Esses Magos³⁵, que a tradição cristã ocidental diz serem três e chamarem-se Gaspar, Belchior e Baltazar, vieram por inspiração divina, conforme o Evangelho de São Matheus (capítulo II, versículos de 1 a 12), desde o longínquo Oriente até a gruta onde se achava o Menino Jesus para adorá-lo como Rei dos Judeus e oferecer-lhe como presentes, ouro, incenso e mirra³⁶. (PORTO, 1982, p. 13).

Brandão (1977) destaca que a Folia de Reis é um grupo de precatório “composto de cantores e instrumentistas, seguido de acompanhantes e viajores rituais, que vão até as casas de

³⁵ Segundo o padre Paulo Ricardo, os magos eram astrólogos, feiticeiros pagãos de outra religião que guiados por um sinal divino abandonam sua fé de origem e guiados pela estrela do oriente (sinal da fé) foram ao encontro de Jesus para adorá-lo. Disponível em <https://padrepauloricardo.org/episodios/herodes-e-os-magos>. Acesso em 26/11/2019.

³⁶ ‘Alegórico no sentido da qual foi escrita a Bíblia, com simbologias e significados, como o significado dos três presentes dado a Jesus ‘(...) ouro, incenso e mirra (...)’ as ‘Riquezas e perfumes da Arábia (...)’ ou ainda ‘(...) Para os Padres da Igreja simbolizam a realeza (o ouro), a divindade (o incenso) e a paixão (a mirra) de Cristo. (...)’ (Bíblia, 2003: 1705). Disponível em: http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Antonio_Jacqueline%20Rodrigues.pdf. Acesso em 15/04/2020.

moradores rurais, durante um período anual de festejos dos Três Santos Reis, entre 31 de dezembro e 6 de janeiro.” (BRANDÃO, 1977, p. 4).

O autor ressalta ainda que na dinâmica do espaço rural, as Folias saíam no dia 31 de dezembro da casa do folião do ano (pouso da saída) para a casa do festeiro (casa da entrega e da festa). O percurso dividido em giro e pouso era previamente acertado com os moradores rurais com o pouso de almoço e pouso de janta. A jornada deveria ser cumprida começando pelo Leste (Oriente) e terminando no Oeste (Belém). “É entre o pouso de cada dia que a Folia de Reis ‘faz o giro’, de casa em casa em busca de esmolas.” (BRANDÃO, 1977, p. 8).

Diante do exposto, evidencia-se que as Folias em suas origens, se caracterizavam por práticas estruturadas em uma perspectiva rural. No entanto, de acordo com o IEPHA (2016), emersos nas grandes cidades - pós-êxodo rural, grande parte dos grupos tem enfrentando sérios desafios para manutenção de suas práticas. Dentre elas, destacam-se as dificuldades de deslocamentos, flexibilidade de horários dos foliões em relação aos seus empregos, o aumento do número de evangélicos³⁷ no país, além da perturbação da ordem pública. Mediante tais fatos, muitos desses grupos não saem em jornada todos os dias, de modo que em alguns casos saem somente nos finais de semana e no período noturno. Para o IEPHA (2016), os principais fatores de permanência desses grupos configuram-se mediante a capacidade de adaptação, habilidade de reinvenção e ressignificação de elementos antigos, além dos modos de organização.

As Folias de Minas possuem uma série de variantes em sua “organização social, ritualística e devocional.” Contudo, apresentam objetivo e estrutura religiosa semelhante ao apropriarem-se do mito³⁸ presente nas escrituras sagradas do cristianismo (evangelho de Matheus 2: 1-12), da qual o imaginário popular permite uma variedade de representações e ressignificações em face da viagem mítica que os três Reis Magos teriam feito a Belém, para adoração do menino Jesus. Neste sentido, “suas construções cosmológicas são orientadas pelo nascimento de Cristo e Epifania.” (IEPHA, 2016, p. 107).

Os momentos ritualísticos de uma Folia, segundo o IEPHA (2016), configuram se em quatro etapas: a saída da bandeira que inaugura o ciclo, visitas às casas dos fiéis, o retorno da bandeira ao espaço familiar e à festa de arremate, ou confraternização entre foliões e

³⁷ Já que toda prática das Folias está atrelada a uma rede de promessas e agradecimentos aos santos de devoção associados ao catolicismo, muitos grupos neste contexto têm utilizado outras formas para organizar o percurso de suas jornadas, tal como o uso de aplicativos e redes sociais com sistemas de agendamentos. (IEPHA, 2016).

³⁸ O mito conta uma história sagrada, quer dizer, um acontecimento primordial que teve lugar no começo do tempo [...] proclama a aparição de uma nova situação cósmica ou de um acontecimento primordial. Portanto, é sempre a narração de uma criação, conta-se como qualquer coisa foi efetuada, começou a ser. (ELIADE, 2018, p. 85).

convidados. As visitas perpassam por territórios específicos (casas de devotos, fazendas, cemitérios e as igrejas) e se configuram de forma previamente estabelecida.

No período de peregrinação os foliões adentram em outro campo espaço-temporal, denominado de “tempo ritual”. Nesses espaços de encontros frequentes promove-se e intensifica-se “a proximidade, a coesão e a ordem cósmica [...] onde o sagrado passa a reger a ação desses fiéis.” (IEPHA, 2016, p. 111).

De acordo com o IEPHA (2016), as jornadas dos devotos são marcadas por grandes alterações comportamentais-emocionais. Existe uma rede de devotos que fortalece os laços sociais de amizade, parentesco, vizinhança, relações de ordem cósmica, igualdade e solidariedade, além das relações de trocas carregadas de significados: de “bens econômicos” (donativos e alimentação) e “sagrados” (bênçãos, cantos e danças).

Mesmo diante de variantes, o IEPHA (2016) destaca que existe uma universalidade nos códigos aplicados pelos foliões. Pautados pela existência de tradições herdadas, o pilar de sustentação desses grupos compõe-se por dois elementos: a fé e as promessas³⁹, que os fiéis depositam nos santos de devoção e onde todo universo de trocas simbólicas se constrói.

As promessas são oriundas de uma rede de devotos/foliões e constitui o principal fator na promoção das folias em relação às atividades rituais, afirma-se que “são suas promessas o princípio de vitalidade para perpetuação do sagrado dentro do universo da Folia de Reis.” (IEPHA, 2016, p. 113).

Assim sendo, apesar da grande variação no comportamento e formas de organização as Folias de Minas, de acordo com o IEPHA (2016), possuem quatro elementos básicos presentes em maior constância nos grupos: a bandeira, os palhaços, os cantadores/instrumentistas e as promessas.

Considerada como elemento sacro de uma Folia, a bandeira na qual é estampada a imagem dos Reis Magos tem relação direta com as promessas dos devotos e está associada à proteção, à capacidade de bênçãos, graças e aos sacrifícios praticados. Devido a sua importância, segundo o IEPHA (2016), está presente em 84% dos grupos cadastrados no estado de Minas Gerais.

Já o palhaço, possui uma variante de significados simbólicos, podendo ser associado às figuras dos Três Reis ou à figura do soldado de Herodes em perseguição ao menino Jesus.

³⁹ A promessa, segundo Castro e Couto (1959), é um compromisso livremente assumido que obriga o comprometimento de no mínimo sete anos de jornada para alcançar uma graça desejada, e que a quebra da promessa pode acarretar castigos imprevisíveis e funestos. “Os palhaços, mais do que ninguém, estão obrigados a tirar os sete anos”. (CASTRO E COUTO, 1959, p.33).

Além do mais, o IEPHA (2016) reitera que pelo fato do personagem transitar entre território sagrado-profano, além de estar muitas das vezes associado à representação maligna, constitui presença somente em 37% das Folias de Minas e tem sua maior concentração no Sul/Sudoeste do estado.

Os cantadores-instrumentistas, conforme o IEPHA (2016), organizam-se por coro, com a combinação de até seis tipos de vozes, que são comandadas pelo embaixador. Existe ainda uma variedade de instrumentos presentes nas Folias, cuja posse de execução se institui através de hierarquia. Os instrumentos mais utilizados pelos grupos no estado são: a caixa (tambor grave), violão, pandeiro, viola, sanfona e cavaquinho, porém em algumas regiões alguns grupos fazem uso do triângulo, cuíca, violino e rabeca.

Galeria 01

Fotografias 2019

Vivências e Memórias



**A paisagem
das Companhias de Reis
de Carmo do Rio Claro (MG)**



Trajetos



Espiritualidade

Oração



Jornada

Evangelizar



Bandeira



**Respeito
Devoção Fé**

Três Reis



Tradição Familiar



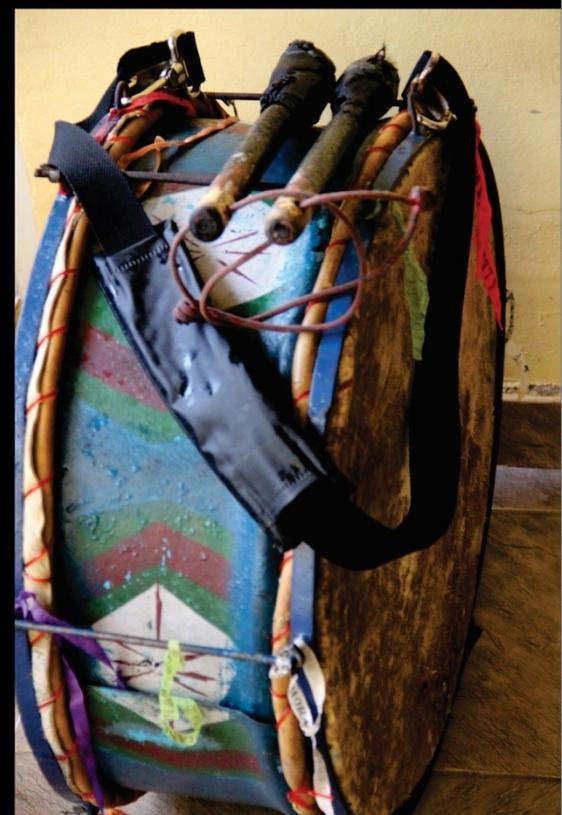


Coro





Musicalidade



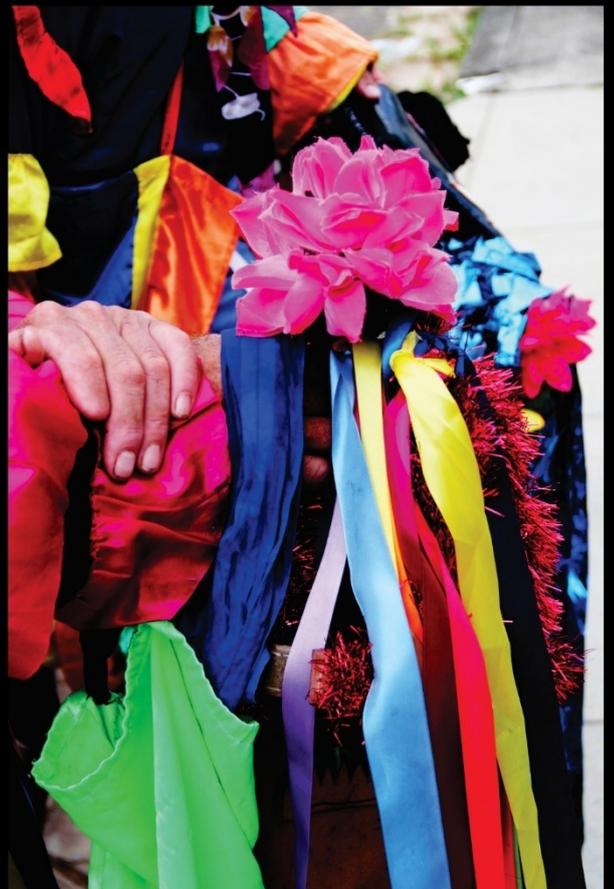


Bastião



Alegria

Medo



Dança

Versos



Criatividade



Devoção
Sociabilidade

Promessa

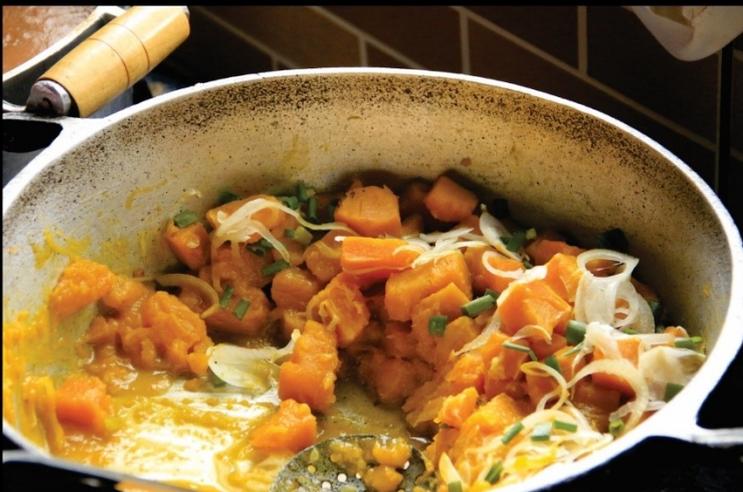


Graça
Alimento





Sabores Fartura Gratidão





A chegada Igreja



Religiosidade Popular



3.2 VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS: A PAISAGEM DAS COMPANHIAS DE REIS DE CARMO DO RIO CLARO (MG)

Através das narrativas expressas pelos representantes/participantes dos grupos de Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), apresentar-se-á em sequência, elementos histórico-sociais presentes nas trajetórias dos grupos de Companhias de Reis Carmo do Rio Claro (MG); aspectos relativos à estrutura, funcionamento, significados, simbologias, distintas relações de sociabilidade/espacialidades; os sentidos que mantêm viva a tradição; transformações e dificuldades expressas pelos grupos; narrativas que se complementam através da aplicação de questionários aos participantes das Companhias e à sociedade carmelitana, de modo a compreender a maneira com que (re)conhecem e se identificam com esses grupos. Registros audiovisuais e fotografias visam explorar a diversidade e riqueza presente na paisagem religiosa, composta por distintos sentidos: religiosidade, fé e devoção, performances corporais, musicalidade e trocas simbólicas.

A escolha dos entrevistados se deu em virtude da consistência de seus argumentos em face do objeto em estudo. No entanto, a aplicação do questionário foi direcionada a todos os membros das Companhias, a fim de enriquecer o trabalho na compreensão do sistema cultural enquanto grupo.

As perguntas direcionadas aos foliões foram orientadas a partir dos requisitos presentes na deliberação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) nº 20/2018⁴⁰, e do manual de aplicação de Educação Patrimonial⁴¹ (2013) desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com intuito de esclarecer os seguintes elementos do bem cultural investigado: Identificação: Nome conhecido / Imagens / O que é / Onde se localiza / Períodos importantes / História / Significados; Descrição: Programação / Pessoas Envolvidas / Comidas e Bebidas / Roupas e acessórios / Expressões Corporais (danças e encenações) / Expressões Orais (músicas, orações e outras formas de oralidade) / Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço) / Estrutura e recursos necessários / Outros bens culturais relacionados / Avaliação / Recomendações.

⁴⁰ Disponível em:

http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/DN_CONEP_20_2018_EXERC_2021_Site_IEPHA_MG.pdf. Acesso em 14/12/2019.

⁴¹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12900-manual-aplicacao-educacao-patrimonial-pdf&Itemid=30192. Acesso em 16/12/2019.

Cabe ainda ressaltar, que de acordo com o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC⁴² 2000 (Manual de Aplicação - Inventário Nacional de Referências Culturais) os objetivos de investigação perpassam por planos de complexidade crescentes complementadas com documentação etnográfica. A metodologia prevista consiste em três etapas: 1-Levantamento preliminar; 2-Identificação; 3- Documentação. (IPHAN, 2000, p. 35).

3.2.1 Formação

Em entrevista, Edson G. de Souza⁴³ e seu pai José Alvino⁴⁴ relatam que a Companhia de Reis Estrela da Guia foi criada em dezembro de 1981 (fotografia 40). “Desta antiga formação hoje estão presentes somente dois foliões: José Alvino e Benedito. Talvez eles não imaginassem que hoje a Companhia chegaria a ter 46 foliões.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Edson G. de Souza revela que inicialmente, o grupo era conhecido como Companhia do José Alvino, mas que em 1991, durante sua primeira participação no encontro folclórico ocorrido na cidade de Mococa - São Paulo, foi solicitado ao grupo que criassem um nome para a Companhia como pré-requisito para realizarem suas apresentações. A partir desse momento o grupo passou a chamar-se Companhia Estrela da Guia.

⁴² O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social, aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>. Acesso em 23/10/2019.

⁴³ QR Code 1. Vídeos: Entrevista: Edson Gonçalves de Souza Companhia de Reis Estrela da Guia 2019. Entrevista concedida ao autor em 16 de janeiro de 2019. Entrevistador: Fábio Martins; 2019. 3 vídeos (61:43 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8foG_ZtVV7Q&t=242s. Acesso em 05/12/2019.

⁴⁴ QR Code 2. Vídeo: Entrevista embaixador Zé Alvino Companhia de Reis Estrela da Guia 2019. Entrevista concedida ao autor em 27 de janeiro de 2019. Entrevistador: Fábio Martins; 2019. 1 vídeo (16:22 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_PnleQ1jMY&t=146s. Acesso em 05/12/2019. José Gonçalves de Souza mais conhecido como José Alvino, é o criador e dono da Companhia Estrela da Guia. E em entrevista, relata que iniciou sua participação em uma Companhia de Reis aos dezessete anos, no distrito rural de Santa Rosa, onde viveu sua infância. De mudança para cidade de Carmo do Rio Claro (MG), José Alvino descreve que começou a frequentar a Companhia de Reis do João Vicente e Manuel Mendonça, na qual cantou em quarta voz durante cinco anos, mas teve que encerrar sua participação no grupo, pois seu trabalho não permitia mais a conciliação de horários. Passado algum tempo, José Alvino salienta que reingressou sua participação em uma Companhia de Ilícinea, do Córrego Bonito, onde foi convidado a aprender a embaixar. Em atrito com Manuel Mendonça Souza, José Alvino menciona que resolveu sair desta Companhia e em queixa ao seu pai, o aconselhou que ele comprasse uma Bíblia, estudasse as passagens sobre o nascimento, a encarnação e que a partir daí criasse seus próprios versos, tendo como referência o próprio evangelho. A partir de então, José Alvino criou sua própria Companhia de Reis Estrela da Guia, e todos os anos cria uma série de versos, tendo como referência os evangelhos contidos na Bíblia. (Entrev. SOUZA, J., 2019).

QR Code 1 - Vídeo: entrevista com Edson Gonçalves de Souza, Companhia Estrela da Guia.



Entrevistador: Fábio Martins (2019).

QR Code 2 - Vídeo: entrevista com José Alvino, embaixador da Companhia Estrela da Guia.



Entrevistador: Fábio Martins (2019).

Fotografias 40 e 41: Formação inicial da Companhia Estrela da Guia.



Fonte: Autor desconhecido (1981-1983). Acervo: Companhia Estrela da Guia.

Já a formação da Companhia Estrela do Oriente, de acordo com o embaixador Jair Pereira⁴⁵ teve início no ano de 2013, contudo grande parte dos foliões já fizeram parte de outros grupos. Já no que se refere aos estudos específicos referentes ao grupo de Companhia de Reis do distrito rural das Três Barras, ressalta-se que nesta pesquisa não fora possível alcançar o histórico do grupo devido a questões logísticas espaço-temporais. Nesse sentido, para este trabalho optou-se por investir nos grupos que têm uma dinâmica voltada exclusivamente para

⁴⁵ Entrevista concedida ao autor em 15 de janeiro de 2019. Jair da Piedade Pereira, embaixador da Companhia de Reis Estrela do Oriente relata que há 45 anos sai em jornada e que iniciou acompanhando seu pai e tio. Aos 22 anos Jair Pereira afirma que assumiu a função de embaixador e que participou de vários grupos nos distritos de Monte Sião, Três Barras e Itapiché. Na Companhia, Estrela do Oriente, atua desde 2013 e considera que, o cumprimento de uma missão enquanto folião ‘envolve a religião, diversão e distração’. Jair da Piedade Pereira descreveu que em sua primeira saída junto a seu tio Mané Horácio, fizeram o percurso na zona rural caminhando a pé do Itapiché para Furnas, Balbinos e retornando o Itapiché. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

o município, além do mais, compreende-se que esse fato não compromete o resultado do presente trabalho.

Em relação à recusa do uso do termo Folias, Edson G. de Souza menciona que devido ao fato do termo estar associado à bagunça, a partir da década de 1980, houve um consenso entre os grupos das Folias de Reis de Carmo do Rio Claro e da região, que passaram a ser denominadas de Companhias de Reis.

Ele explica que a Companhia de Reis é uma manifestação do catolicismo popular “trazida para o Brasil pelos portugueses, grande parte destas manifestações sofreram influências e transformações e receberam características próprias em cada estado e região.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

No que diz respeito aos Reis Magos, Edson G. de Souza esclarece que:

Não se sabe se eram pobres ou se eram ricos. Eram sábios, que visualizaram na natureza algo diferente, e saíram à procura de uma nova filosofia de vida, uma boa nova, um menino. Eles não se conheciam, pois vinham de diferentes regiões, algo que se associa com as Companhias de Reis, pois ali participam pessoas de todas idades, de diferentes famílias, cada um tem um pensamento diferente, mas todos tem um objetivo em comum. Assim o cortejo dos Magos, tinha como objetivo a busca de algo melhor, a esperança de algo novo, que se manifestou através do Menino Jesus. Através da simplicidade, tal como os Reis Magos, as Companhias saem em cortejo à procura pelo Menino Jesus, levando as famílias a mensagem de que é necessário que todos se esvaziem de seus egos e procurem nesta simplicidade a boa nova que é o nascimento do Menino Jesus. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Já em relação a viagem dos Reis Magos, o entrevistado descreve que:

No evangelho existe uma pequena descrição, o que nos é transmitido é que suas viagens tiveram início no dia primeiro de janeiro e que saíram cada um de suas terras guiados por um sinal. Viajaram o dia todo e no final daquele primeiro dia eles se encontraram, se conheceram, dormiram e no segundo dia perceberam que apesar de serem de diferentes regiões e sem estabelecer nenhuma comunicação anterior, tinham o mesmo objetivo e receberam os mesmos sinais.

Do segundo ao quarto dia em suas caminhadas, foram conhecendo suas diferenças e o que cada um poderia oferecer para o outro. No quinto dia avistaram Jerusalém, uma cidade grandiosa, sede do poder, o que chamou a atenção dos Três Reis. Vislumbrados acreditavam que o Rei do mundo só poderia estar por ali, esquecendo-se do humilde sinal, a estrela que os guiava até então, e foram até a cidade de Jerusalém.

A partir daí encontramos no evangelho de Matheus, o relato de que chegando até a cidade, Herodes não sabia do que se tratava, mandou que os Três Reis seguissem viagem, pois ali não existia nenhum outro rei além dele, e pediu que sua guarda os acompanhasse. A partir do momento em que deixaram a cidade de Jerusalém para trás com a ilusão da claridade, conseguiram avistar novamente o sinal da simplicidade, a luz da estrela que os guiavam em sua viagem. Completando o sexto dia, chegaram até Belém, uma cidade pobrezinha onde encontraram e adoraram o Menino Jesus.

Esta caminhada do dia 01 ao dia 06 é uma caminhada de aprendizado, partilha. Assim como em nossas vidas, eles tiveram seus deslizes deixando se ofuscar pela grandeza de Jerusalém, mas voltaram seu olhar novamente para a simplicidade do projeto de Deus para nós. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

3.2.2 Jornada

Conforme relata o entrevistado Edson G. de Souza, tradicionalmente as Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro saíam em jornada entre os dias 25 de dezembro, com a celebração do nascimento de Jesus Cristo, e 06 de janeiro, data em que se comemora o dia dos Santos Reis, ou seja, o dia do encontro/adoração dos Três Reis Magos. José Alvino reitera ainda que:

Antigamente os foliões, pediam licença de seus trabalhos com os fazendeiros, saíam todos os dias durante uma semana, do dia 01 ao dia 06 de janeiro onde cantavam o dia todo e só retornavam para suas residências no último dia da jornada. Levavam somente a roupa do corpo e instrumentos, dormiam todos juntos em colchões de palha de milho seco, tomavam café, almoçavam e jantavam em casa de devotos, fazia-se um baile à noite e tomavam cachaça para dormir. As esmolas arrecadadas eram usadas para o dia da chegada, onde faziam comida em abundância para toda comunidade. (Entrev. SOUZA, J., 2019).

Corroborando com esta afirmativa, Jair Pereira⁴⁶ menciona que antigamente os foliões saíam em Jornada no dia 01 de janeiro e voltavam para casa somente no dia da chegada, 06 de janeiro, na casa do festeiro do ano e que levavam em sua jornada somente os instrumentos e a bandeira.

Quando saíamos em jornada na zona rural, no final de cada dia, existia as casas onde pagava a promessa do jantar e ali era oferecido o pouso. A mulherada pedia aos foliões para tocar músicas pra dançar e aí, iam até de madrugada tocando, dançando e tomando uma cachaça, até que o capitão mandava ir descansar para continuar a jornada do dia seguinte. Geralmente pousava todos no mesmo lugar, quando não abrigava todo mundo, alguns iam posar no sítio dos vizinhos. Eu gosto de sair assim, enquanto eu aguentar carregar a viola eu vou sair. Tem ano que a gente pensa em não sair, mas acaba saindo. Caso não sai, parece que tá faltando alguma coisa. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

QR Code 3 - Vídeo: entrevista com Jair da Piedade Pereira. Companhia Estrela do Oriente.



Entrevistador: Fábio Martins (2019).

⁴⁶ QR Code 3. Vídeo: Entrevista: Embaixador Jair da Piedade Pereira Companhia de Reis Estrela do Oriente 2019. Entrevista concedida ao autor em 15 de janeiro de 2019. Entrevistador: Fábio Martins; 2019. 2 vídeos (36:13 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eEISTFjjxjY&t=17s> Acesso em 05/12/2019.

Com o passar dos anos, Edson G. de Souza salienta que esse período foi se estendendo em razão de diversos fatores, tais como a dificuldade de andar o dia todo, já que grande parte dos integrantes trabalham. Houve também um crescimento expressivo da cidade e os grupos de Companhias diminuíram consideravelmente. Hoje, no município, existe somente duas Companhias de Reis e uma do Menino Jesus, e assim “fica inviável atender todos os devotos da cidade e região que querem a visita das Companhias em suas casas.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Nesse sentido, o entrevistado expõe que para a Companhia Estrela da Guia atender uma maior demanda de devotos, além de promessas e votos, suas jornadas começam no início de dezembro, durante os finais de semana. Os foliões saem ainda às sextas, aos sábados durante o final da tarde e início da noite e aos domingos, o dia todo.

Já do dia 25 de dezembro até o dia 06 de janeiro, os grupos se apresentam todos os dias, de segunda a sábado nos finais da tarde e da noite, e aos domingos, o dia todo. Jair Pereira ressalta ainda que, para manter saída de uma jornada de 12 dias, a Companhia Estrela do Oriente não sai o dia todo, mas que a pedido de um devoto, saem fora desse período.

Sendo assim, o motivo que faz com que as Companhias estendam suas jornadas gira entorno da alta demanda de promessas. Edson G. de Souza menciona que estas promessas/votos originam-se a partir de graças recebidas pelos devotos em fé aos Santos Reis e, como forma de retribuição, esses devotos oferecem-lhes em suas casas uma refeição (café, almoço ou jantar) ao grupo de foliões, que lhes retribuem através de suas cantorias de bençãos.

O embaixador Jair Pereira descreve que os ritos diários das Companhias de Reis consistem em visitar as casas, cantar, alimentar, orar/agradecer. “As pessoas com fé nos Três Reis Santos fazem uma promessa pra receber as Companhias, os foliões fazem versos em forma de canto para cada caso específico, e os devotos agradecem pelas graças recebidas.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

3.2.3 Promessas/ Votos

A agenda da Companhia de Reis Estrela da Guia possui hoje uma lista de espera de 78 devotos para o cumprimento de promessas⁴⁷, contudo Edson G. de Souza explica que mesmo estendendo suas jornadas, essa listagem só seria passível de ser cumprida nos próximos dois anos. A cada saída, aumenta o número de devotos que gostariam de oferecer tais refeições aos

⁴⁷ No ano de 2019, foram cumpridos 35 votos/promessas na Companhia Estrela da Guia, com a oferta de refeições pelos devotos aos foliões.

foliões, ou seja, “[...] existem pessoas que esperam na lista por cerca de três anos para serem atendidas. Hoje, para serem cumpridas todas as promessas, seriam necessários dois meses de jornada ininterrupta.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

O envolvimento no preparo de uma refeição de um devoto envolve a participação de vários familiares, além do que, o banquete de alimentos é farto. Durante o pagamento de um jantar na casa de um casal de devotos, José dos Reis da Cruz⁴⁸ relata que a promessa paga pelo casal (fotografia 42,43,44) foi herdada pelo seu sogro, este que durante oitenta anos residiu na zona rural e sete anos na cidade sempre mantendo a tradição. Em relação ao seu pai, Teresinha Cândida Gonçalves Cruz⁴⁹ esposa de José dos Reis relata:

Meu pai era devoto de Santos Reis e alcançou muitas graças, ele teve problema muito sério de úlcera, depois de chagas, corria sérios riscos de vida, mas ele melhorou. No seu último ano de vida, durante o pagamento da promessa ele me disse: Minha filha, se eu vier faltar, vocês são muitos filhos, continue a tradição, não deixe de fazer isso, os Santos Reis são muito milagrosos. O que vocês fizerem para eles vocês vão receber em dobro. É uma comida benta, a quantidade de comida⁵⁰ que você acha que não vai dar, ela triplica. Porque a primeira coisa que eles fazem é abençoar a comida. (Entrev. CRUZ, T., 2019).

Fotografias 42, 43, 44: Pagamento de promessa, oferta de jantar a Companhia Estrela da Guia.



Fonte: Autor (2019).

Terezinha menciona ainda, que quando a promessa era paga no sítio de seu pai, convidavam todas as pessoas do entorno do arraial e reuniam cerca de cem pessoas para partilhar a refeição oferecida aos foliões.

Na roça o povo é mais unido, a maior diferença é a fé do povo que é maior, na cidade não é igual. Meu avô carregou a bandeira. Antigamente os Foliões pediam pouso,

⁴⁸ Entrevista concedida ao autor em 26 de dezembro de 2018.

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor em 26 de dezembro de 2018.

⁵⁰ O jantar servido para os foliões foi preparado por 6 pessoas e teve como cardápio: arroz, frango, purê de batata, macarronada, tutu de feijão e salada de tomate. A quantidade de alimento servido foi de 5 quilos de arroz, 7 quilos de batata, 10 quilos de sobrecoxa, 3 quilos de feijão, 4 quilos de macarrão, 3 quilos de tomate, 3 calabresas, 2 latas de massa de tomate.

tomavam um banho de gato, lavavam os pés e o rosto. Minha mãe fazia biscoito, pau a pique e doce de cidra para servir no café da manhã. (Entrev. CRUZ, T., 2019).

3.2.4 Graças

No que concerne às graças recebidas, Edson G. de Souza afirma que os testemunhos de devotos e dos próprios foliões são frequentes. Testemunhos de graças atribuídas aos Santos Reis que vão desde a cura de crianças condenadas por médicos em sua gestação, problemas conjugais e a cura de doenças diversas. “É difícil o dia que a gente sai com a Companhia e não escuta um testemunho de graças alcançadas.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

3.2.5 Ritos, Pedido de Licença

Conforme informa Edson G. de Souza, a jornada de uma Companhia é realizada com a visita de casa em casa, com o consentimento dos moradores. “As meninas⁵¹ vão de porta em porta fazendo um contato antecipado para saber se os moradores aceitam a visita da Companhia em suas casas.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Entretanto, a oficialização do pedido de licença pra Companhias adentrar nas casas é realizada pelo bastião, que saúda o dono da casa. “Dentro da casa, o bastião pergunta à pessoa da família que está portando a bandeira se ela quer que cante somente para ela, ou para seus familiares também.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Jair Pereira expõe que após o pedido de licença do bastião ao dono da casa, os foliões em sequência proferem versos de saudações que são criados pelo embaixador, de acordo com a pessoa da casa que segura a bandeira durante as cantorias. Jair Pereira, cita como exemplo o verso de saudação:

Eu saúdo esta senhora com a criança nos braços,
Os Três Reis do oriente é quem vai guiar seus passos. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

3.2.6 Entrega da bandeira ao dono da casa

Edson G. de Souza esclarece que, após aceitar a presença da Companhia na casa, o proprietário (a) recebe a bandeira em suas mãos e com ela permanece durante todo o momento

⁵¹ As meninas, de acordo com Edson, ‘ajudam também a cuidar das crianças mais novas, conseguem água para os foliões fazendo com que a Companhia funcione melhor, todos têm o seu valor, um servindo o outro para o bem-estar da Companhia’. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

em que a Companhia realiza a apresentação. Quando entregue ao proprietário (a) da casa, a bandeira é saudada pelos familiares, beijada e, depois de realizados os cantos, o proprietário (a) da casa a passa sobre todos os cômodos da residência, fotografias, chaves, carros e outros pertences e invoca a intercessão, bênção e proteção dos Três Reis Santos aos seus familiares.

O católico tem o costume de possuir objetos sagrados, que traz recordação e lembrança, como uma imagem, uma foto, um objeto que pertenceu a uma pessoa. A bandeira é símbolo de recordação da viagem dos Três Reis Magos e é considerada um objeto santificado, bento e promotor de graça e bênção pela intervenção dos Santos Reis.

A bandeira é o elemento sagrado de maior importância dentro de uma Companhia de Reis. Ela representa a figura dos Três Reis Magos, cheios de esperança e de fé em algo melhor; representa ainda a humildade dos magos por abandonar tudo para traz em busca de algo novo. É o símbolo de maior respeito, indo sempre à frente em suas jornadas.

Os devotos costumam inserir fotos de parentes na bandeira e pedem por uma graça. Outro elemento que pode ser colocado na bandeira, são as ofertas com notas de dinheiro e para retirá-las é necessário realizar cantos ou versos pedindo a permissão do devoto que realizou a doação.

Existem os enfeites que são colocados nas bandeiras e nos instrumentos, tal como as fitas de cetim de várias cores, da qual devotos e foliões costumam retirá-las para si, pois existe a crença de que, a posse dessas fitas possa lhes trazer uma graça desejada. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Ainda ao que se refere à Bandeira, Jair Pereira destaca que “hoje em dia, tem casas que as pessoas recebem a bandeira por obrigação e não sabem seu significado.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

3.2.7 Louvação: aos moradores, ao presépio, pedidos de esmolas e agradecimento

Os ritos das Companhias de Reis em Carmo do Rio Claro/MG, conforme exemplificam os vídeos QR Codes (4⁵² e 5⁵³), contemplam a seguinte sequência: saudação (ao dono da casa e familiares), agradecimento (que pode ser realizado por diversos motivos: acolhida, oferta, alimentação) e despedida. Caso exista o presépio na casa, após saudar a família, são realizados cantos de saudação ao Menino Jesus em frente ao presépio.

⁵² QR Code 4. Vídeo: Companhia de Reis Estrela da Guia - Carmo do Rio Claro - MG, 2004. Produção: Fábio Martins; 2004. 1 vídeo (31:45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LvcXNHvK7ss&t=381s>. Acesso em 05/12/2019.

⁵³ QR Code 5. Vídeo: Companhia de Reis Estrela da Guia - Carmo do Rio Claro-MG, 2019. Produção: Fábio Martins; 2019. 1 vídeo (29:04 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ba1RfLKtTQ&t=21s>. Acesso em 05/12/2019.

QR Code 4 - Vídeo: ritos Companhia Estrela da Guia.



Produção: Fábio Martins (2004).

QR Code 5 - Vídeo: ritos Companhia Estrela da Guia. Distrito rural do Itapixé.



Produção: Fábio Martins (2019).

Na Companhia Estrela da Guia, conforme relatado por Edson G. de Souza, a sequência de versos acontece em três momentos: cantos de bênçãos, agradecimentos e despedida. Conforme explica o entrevistado, as pessoas que recebem a Companhia de Reis Estrela da Guia em suas casas, não o são obrigadas a dar oferta. Desse modo, o grupo não pede oferta em seus cantos, e caso não recebam a oferta, agradecem a hospedagem do morador por tê-los recebidos. No entanto, em relação às ofertas arrecadadas, Edson G. de Souza ressalta que:

Do dinheiro arrecadado pelas ofertas, é retirado as despesas diárias como combustível, encordoamento para instrumentos e o restante é destinado a uma obra social que ajude um grupo ou entidade, como Lar dos Idosos; das crianças ou a APAE. Nos últimos anos a verba foi destinada à comunidade do bairro da Jacuba onde foi construído um Centro Comunitário e a aquisição de um ônibus para o grupo. O ônibus é usado para o deslocamento dos foliões na cidade e na zona rural. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Fotografia 45: Centro Comunitário da Jacuba, obra construída com apoio financeiro da Companhia Estrela da Guia.



Fonte: Autor (2019).

Todavia, Jair Pereira descreve que se o dono ou dona da casa tiver oferta eles recebem, se não tiver não precisa contribuir.

Até porque se a Companhia de Reis chegar a uma casa e tiver uma família muito pobre, o secretário pode retirar um pouco do dinheiro arrecadado em ofertas e dar aquela família. Aí existe uma semelhança à atitude dos Três Reis, pois eles presentearam o Menino Jesus. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

3.2.8 Cantorias/ Versos

Ao entrar na casa, em um primeiro momento cantam pedindo bênçãos para casa, depois um familiar específico ou para a família em geral. Exemplo de canto contemplando os três momentos de benção-agradecimento e despedida:

Santo Reis aqui chegou nessa hora verdadeira,
Vem trazer vida e saúde, ao senhor/a senhora e sua família inteira.

Santos Reis vêm viajando, eles vêm de passo em passo,
Vem trazer vida e saúde, pra senhora, seu marido e a criança em seus braços.

Agradeço a oferta, que vós deu para companhia;
Santos Reis a de abençoar, o senhor e a família.

Santo Reis já vai embora, vai voltar para oriente;
Santo Reis já vai chorando, por deixar tão boa gente.

A bandeira vai embora, mas Santo Reis vai ficar,
No coração de vocês, Santo Reis vai morar.

Santo Reis já vai embora, de vocês vai ter saudade;
Desejo um ano novo repleto de felicidade. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Jair Pereira esclarece que os Foliões sempre cantam em nome dos Três Reis Santos, e quando visitam casas onde não se encontra o presépio, a Companhia Estrela do Oriente somente canta para as famílias pedindo esmola. Ritos estes que podem ser visualizados no QR Code⁵⁴ que se apresenta em sequência:

⁵⁴ QR Code 6. Vídeo Companhia de Reis Estrela do Oriente - Carmo do Rio Claro - MG, 2019. Produção: Fábio Martins; 2019. 1 vídeo (20:00 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=32zW73qXiww>. Acesso em 05/12/2019.

QR Code 6 - Vídeo: ritos Companhia Estrela do Oriente.
Distrito rural do Itapixé.



Produção: Fábio Martins (2019).

Contudo, o entrevistado informa que quando encontram o presépio em suas visitas, o bastião faz sua fala de adoração ao menino Jesus e depois autoriza os foliões a cantarem.

Os Três Reis aqui estão;
Veio para te visitar;
Veio pedir vossa esmola;
Para te abençoar.

Os Três Reis aqui estão;
Abençoou sua morada;
Veio pedir sua esmola;
Para esta família honrada.

A oferta que nós pedimos;
Não somos nós que vamos pagar;
Quem paga é Rei Bechor;
Rei Gaspar e Rei Baltazar.

Agradeço essa esmola;
Em nome dos Santos Reis;
A bandeira vai embora;
Deixa as bênçãos pra vocês.

Despede dessa bandeira;
Não despede dos Três Reis;
Eles vão ficar morando;
No coração de vocês. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Jair Pereira nos revela que “se tiver dez pessoas em uma casa, o embaixador pode criar um verso para cada uma”, e como exemplo, faz o relato de uma casa que em que tinha uma mulher que teria sido rainha de pastorinhas e criou de improviso o seguinte verso:

Eu saúdo essa senhora que a tempo foi Rainha;
Sempre bonitos encontros de Pastor e Pastorinhas. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Existe ainda a diferença da quantidade de versos e tempo de exposição dedicado aos ritos de adoração ao presépio. Diante dos presépios encontrados nas casas a adoração é realizada de forma mais sucinta, tal como apresenta-se no QR Code 7⁵⁵ (19:30 Min.), o que difere da grande quantidade de versos criados para as apresentações no dia da chegada, (06 de janeiro) durante o festejo de encerramento de suas jornadas, conforme se apresenta no QR Code 8⁵⁶. A adoração ao presépio pode ser proferida por dois membros das Companhias: pelo embaixador ou pelo bastião (palhaço).

QR Code 7 - Vídeo: ritos Companhia Nossa Senhora Aparecida.



Produção: Fábio Martins (2004).

QR Code 8 - Vídeo: ritos de Chegada Companhia Estrela da Guia.



Produção: Fábio Martins (2004).

Devido ao fato de serem extensas as passagens bíblicas envolvendo o nascimento de Jesus, Jair Pereira explica que durante o rito de adoração ao presépio na Companhia Estrela do Oriente, faz-se o uso de versos mais curtos falando em Nossa Senhora e São José.

Vou saudar Jesus Menino;
Vou saudar com muita Fé;
Com as Bênçãos de Maria;
E meu Divino São José.

Na presença do Menino;
Os Três Reis se ajoelharam;
A Senhora abençoou;
E os Três Reis se levantaram;

Na presença do Menino;
Os Três Reis se Ajoelharam;

⁵⁵ QR Code 7. Vídeo: Companhia de Reis Nossa Senhora Aparecida - Carmo do Rio Claro - MG, 2004. Produção: Fábio Martins; 2004. 1 vídeo (29:38 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TuUvFs_d7I4&t=156s. Acesso em 05/12/2019.

⁵⁶ QR Code 8. Vídeo: Chegada Companhia de Reis Estrela da Guia - Carmo do Rio Claro - MG, 2004. Produção: Fábio Martins; 2004. 1 vídeo (23:46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MUrSEggxaKM>. Acesso em 05/12/2019.

Vocês podem levantar;
Que já foram abençoados.

Eu saúdo essa senhora;
Com a criança nos braços;
Pros Três Reis te dar as Bênçãos;
E também guiar teus passos. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Neste momento, de acordo com Jair Pereira, os foliões cumprimentam o presépio beijando o Menino Jesus e após cantam pedindo esmola.

O entrevistado elucida que dentro da casa de um devoto, para que os foliões saibam que existe um “presépio em um cômodo escondido, como um quarto, deve identificá-lo com uma estrela na porta, para que os foliões possam adorá-lo através de seus cantos.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Exemplo de saudação ao presépio em uma casa:

Muito tempo antes de Cristo, um profeta anunciou;
Que de uma virgem, iria nascer;
Um grande Rei, o Salvador;

Completando aquele tempo, um sinal apareceu;
De uma divina luz, do céu um anjo desceu;

Desceu na Galileia, onde estava Virgem Maria;
Coberta com seu manto, para ela assim dizia;

Ó Maria concebida, iluminada de resplendor;
Dará à luz a um filho, para ser o Salvador;

Maria muito simples, na hora se perguntou;
Pois era Virgem e não podia ser a mãe do Criador;

Mas o anjo do Senhor; deu a ela a explicação;
Que ia ser Mãe pelo mistério, da divina encarnação;

Maria então respondeu; eis a serva do Senhor;
Segundo a sua palavra, e o anjo se retirou;

Ó Maria concebida, iluminada de resplendor;
O que não cabe no mundo inteiro, no seu ventre ela guardou;

Vinte e cinco de março, o dia da encarnação⁵⁷,
O menino encarnou no ventre, da Virgem Conceição;

Vinte e cinco de dezembro, é um dia de alegria;
Que nasceu o novo Rei, para ser a nossa guia;

Jesus Cristo nasceu, em Belém de Judá;
Os reis do Oriente, aos seus pés veio adorar; (Entrev. SOUZA, J., 2019).

⁵⁷ O dia 25 de março, de acordo com o entrevistado Edson G. de Souza, é retirado de seu imaginário, José Alvino realizou o cálculo dos nove meses de gestação para chegar a esta data.

Ainda como exemplo José Alvino⁵⁸ narra um verso para saudação ao presépio criado para chegada do dia 06 de janeiro:

Vinte cinco de dezembro, é um dia de alegria;
Que nasceu o Rei do mundo, para ser a nossa guia;
Nasceu pobrezinho numa simples estribaria.

Bem podia ter nascido, num lençol de ouro fino;
Para dar exemplo ao mundo, nasceu pobre Deus Menino;
Deitado na Manjedoura, enrolado nos paninhos.

Foi à noite mais linda, quando Jesus Cristo nasceu;
As portas do céu abriu, cantando os anjos desceu;
Louvando o Rei do mundo, Jesus Rei dos Judeus.

Ali perto uns pastores, que cuidava do seu rebanho;
Pela Virgem do Messias, eles diziam meditando;
Sabia que vinha um novo Rei, que eles estavam esperando.

Apareceu diante deles, uma luz que os cercou;
Uma claridade divina, sentiram um grande temor;
Disse o anjo não tenha medo, que eu vim enviado do senhor.

O anjo disse a seus pastores, eis que eu vim-lhes avisar;
O motivo de grande alegria, para o povo de Judá;
Nasceu o rei dos reis, para todos adorar.

Vão visitar o novo rei, vou lhe mostrar o caminho;
Para ver menino Deus, lindo Deus Menino;
Este está na manjedoura, enrolado num paninho.

Foram a Belém, acharam o menino deitado;
Em volta de uns paninhos, sobre as palhas agasalhado;
A paz e a alegria, consciente do seu lado.

Uma estrela extraordinária, no oriente resplandecia;
Convidaram os Três Reis Santos, para ver o Rei Messias,
Pois siga na minha frente, que eu serei a sua guia.

Os três reis tava dormindo, e acordaram de repente;
Quando viram o sinal no céu, de uma estrela resplandecente;
Compreendeu que tinha nascido, Jesus Cristo onipotente.

Saíram na mesma hora, se puseram a caminho,
Procurando o rei do mundo; Jesus Cristo Pelegrino,
Encontram em Belém, enrolado no paninho.

Chegaram e ajoelharam, na frente da majestade,
Ali estava o Rei do mundo, Jesus Cristo de bondade;
São José e Nossa Senhora, com toda felicidade.

Adoraram o Rei do Mundo, o filho da Virgem Maria;
Ali abriu os seus tesouros, que com eles trazia;

⁵⁸ José Alvino afirma que, quando está em processo de criação de seus versos para apresentar em uma chegada, chega a ficar até cerca de duas horas da manhã e anota todos os versos em um caderno, e a partir daí, vai decorando-os. Os versos apresentados na chegada do dia 06 de janeiro de 2019 totalizaram dezoito estrofes, das quais foram decoradas e declamadas em quatorze minutos.

Mirra, incenso e ouro, ao menino oferecia.

Em seguida levantaram, mostrando grande alegria;
Cumprimentando os festeiros, São José e Virgem Maria;
O menino alegremente, sobre as palhas ali dormia;

Saudar a terra sagrada, saldar a Lapa de Belém;
Saudar a Virgem Maria, e a São José também;
Glória a Deus nas Alturas, para sempre. Amém! (Entrev. SOUZA, J., 2019).

Jair Pereira evidencia ainda, que quando a Companhia de Reis encontra com a Companhia do Menino Jesus em suas jornadas, os foliões devem saudar e cantar para a capelinha do Menino Jesus, pois “eles carregam aquilo que os Três Reis Santos procuravam”, conforme exemplifica o vídeo do QR Code 9⁵⁹.

QR Code 9 - Vídeo: ritos de saudação entre duas Companhias: Companhia de Reis Estrela do Oriente e Companhia do Menino Jesus.



Produção: Fábio Martins (2020).

3.2.9 Musicalidade/ Coro

Conforme descreve Jair Pereira, o embaixador⁶⁰ tem a função de conduzir os ritos de cantorias, ou seja, “puxar os versos, já o ajudante canta com a primeira voz, o respondedor responde com segunda voz, o contrato, a quarta voz, a quinta voz, a sexta e a sétima voz (retalha) se tiver alguém que aguenta.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

⁵⁹ QR Code 9. Vídeo: Saudação entre a Companhia de Reis Estrela do Oriente e Menino Jesus Carmo do Rio Claro MG 2020. Produção: Fábio Martins; 2020. 1 vídeo (14:30 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BHsZVc-GtDM>. Acesso em 27/01/2020.

⁶⁰ Segundo Brandão (1977) e Porto (1982), o embaixador tira a cantoria, canta sozinho os versos que os outros foliões responderão e existe ainda um que comanda a resposta chamado de contramestre. Os cantadores da 3ª e 4ª vozes são chamadas de ‘contrato’ (tipe faz a terceira voz e o contratipe equivale ao tenor); já da 5ª a 8ª voz são chamadas de ‘requinteiros’ que terminam as estrofes, emitindo nas suas últimas palavras do verso final, um longo e muito fino grito (requinta ou turina, sopranino).

Em referência as questões técnicas presente nos cantos, Edson G. de Souza explica que:

Na Companhia de Reis Estrela da Guia existe uma escala de seis a sete vozes distintas da mais grave a mais aguda em torno da nota Ré. O embaixador é um folião de destaque nos cantos, ele conduz as cantorias em segunda voz (uma voz um pouco grave). Na sequência do embaixador existem três vozes respondedoras que cantam juntas, repetindo o mesmo verso anunciado e criado pelo embaixador. As vozes respondedoras são formadas por uma primeira voz (um pouco mais aguda) juntamente com a segunda voz (que faz o mesmo tom um pouco abaixo da primeira), e resulta num efeito de dupla sertaneja. Em sequência, intercalada a estas duas vozes, entra o contrato (voz meio tom acima da primeira voz, ou seja, uma segunda voz acima). Após as três as vozes respondedoras na escala da nota Ré, entra na sequência, uma quarta voz (na altura do contrato), quinta (meio tom acima do contrato), sexta voz (meio tom acima da quinta) e quando existe algum integrante do grupo tenha a capacidade de cantar mais agudo ainda, nós introduzimos até a sétima voz. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Grande parte dos foliões que cantam, tocam instrumentos, porém existem aqueles que só tocam instrumentos. Edson G. de Souza esclarece que os instrumentos usados na Companhia Estrela da Guia são duas violas, dois violões, um pandeiro e uma caixa para auxiliar no ritmo, além do acordeom ou sanfona. Contudo, quanto maior o número de instrumentos, mais bonito fica. Já conforme relata Jair Pereira, os instrumentos mais usados são “a viola, violão, cavaquinho, chocalho, caixa, pandeiro, reco-reco, mas dá pra usar de tudo. Nas ruas entre uma casa e outra são tocadas umas músicas de forró, um sambão, uma valsa.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Jair Pereira menciona haver intrigas e desavenças entre alguns foliões no que se refere às cantorias. “Quando saímos em jornada, temos que ter bom humor, como você vai ficar mal-humorado? A gente larga nossa família e forma outra, existem intrigas entre os foliões, principalmente porque um canta melhor que o outro em uma mesma voz.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

3.2.10 Bastiões

Como nos revela Edson G. de Souza, a figura do bastião (palhaço), como é chamado no Sul de Minas, é uma representação dos guardas do Rei Herodes que, “sabendo da existência de um novo rei e com o medo de perder seu reinado, mandou seus soldados para que acompanhassem os Magos para que, no final da viagem, matassem a todos, inclusive o menino Jesus.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Na nossa região ele realmente é tido como um guarda, pra livrar a bandeira, pra livrar os Reis do perigo. O bastião entra na caminhada dos Reis praticamente no último dia de viagem, quando os Reis passam por Jerusalém pelo palácio do Herodes. O bastião seria um guarda do Herodes e veio pra guardar os Reis da viagem, a partir de Jerusalém até Belém. Daí um pouco aquelas vestimentas que eles usam, a coroa, a máscara, porque é um guarda mascarado pra ninguém o reconhecer. Com a ordem e determinação de quando encontrassem o menino, garantissem que os Reis fossem voltar até ele, e que ele matasse o menino também. Não existe uma quantidade certa de palhaço, se precisa de um pra poder tá dando início. Assim, não tem como você tá andando sem um palhaço, tem que ter um palhaço perto da bandeira, aonde a bandeira tiver, onde é que ela pisar, você tem que ter o palhaço junto.

Depois do ocorrido, os Reis retornaram por outro caminho e conforme a relata a nossa cultura, os bastiões também seguiram por outros caminhos, eles não retornaram para Herodes. Eles sempre têm que estar junto da bandeira, não pode sair de perto com a obrigação de protegê-la. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Nesse sentido, o entrevistado relata ainda que dentro do universo folclórico, os bastiões seriam então esses guardas que durante toda a viagem defenderam os Reis e que ao encontrarem o Menino Jesus se arrependeram da missão que lhes foi confiada pelo rei Herodes. Assim, conforme já relatado, os bastiões têm como função guardar a bandeira, animar o grupo e configurar-se “um pivô no comando da Companhia.” O bastião tem ainda o dever de conduzir, de pedir licença e inserir a Companhia dentro da casa:

Além de perguntar a forma como quer que cantem, se podem cantar para família reunida, se quer que cantem para uma pessoa em especial, um verso a um familiar ausente, falecido, doente. Quando termina a cantoria, o bastião deve perguntar para as pessoas se estão satisfeitos, se desejam mais alguma coisa e ele autoriza os foliões a agradecerem e se despedirem. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

De acordo com Martins (2018), dentro das casas, os palhaços permanecem ao lado da bandeira durante todo o momento de cantoria dos Foliões e ali apresentam uma dança mais contida, acompanhada de um balanceio, com sussurros característicos monossílabos, e com seu bastão, vão marcando o ritmo da música, diante de seu pulsar ritmado a partir da musicalidade apresentada. Edson G. de Souza em entrevista a Martins (2018) relata que:

Dentro da casa a gente pede pra que ele dance, mas que mantenha a posição mais firme como sendo um guarda mesmo. Sabe, ele até ajuda o ritmo da Folia, pra ficar mais como um maestro, ali como que valsando. Finalizada as cantorias, o Palhaço tem que se atentar a mais uma de suas funções, pois caso o dono da casa coloque enfeites, dinheiro, esmola na bandeira, cabe ao palhaço agradecer versando e depois retirá-los. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Ainda dentro da casa, Edson G. de Souza relata em entrevista a Martins (2018), que o Palhaço tem que ficar atento, principalmente quando a Folia se encontra na zona rural do município, pois nesses locais, em algumas ocasiões costumam prendê-lo.

Isso pode acontecer caso o dono da casa pegue sua espada e a coloque no quarto, onde também esconde dinheiro e, ele só solta o palhaço depois que este encontra o dinheiro ali escondido, tendo que versar incessantemente ao dono da residência, até que o convença em soltá-lo. Se o dono da casa conseguir passar a bandeira pra frente do palhaço, ele tá preso. Se o dono da casa conseguir colocar o palhaço entre ele e a bandeira, o palhaço está preso. (Entrev. SOUZA, E., 2018).

Já as máscaras dos bastiões “remetem ao capacete dos soldados de Herodes”, e em sinal de adoração e arrependimento, quando encontram o menino Jesus representado em um presépio, retiram-nas e se ajoelham. Edson G. de Souza esclarece ainda que:

As máscaras antigamente (fotografia 46) eram construídas com couro curtido e com pelos de animais (do rabo e crina de cavalo), com a fisionomia de um humano com capacete, hoje as máscaras sofreram influências devido ao contato com outras regiões, com o uso de novos materiais e de outros elementos, como chifres, caracterizados tal como os soldados daquela época. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Martins (2018) ressalta que atualmente estas máscaras assumem novos formatos nas quais dialogam com diversas materialidades (fotografia 47).

Composições estas, que de acordo com a crença popular estabelecem uma ligação com o ‘coisa ruim, ou seja, diabólicas’, e assim, em grande medida suas máscaras recebem configurações zoomórficas, compostas de diversos elementos extraídos de animais como o couro, chifres e presas. Diante disso, existe uma liberdade no processo de criação destes adereços, dos quais fazem uso de suas criatividade, podendo utilizar materiais diversos como: madeiras, metais, plásticos, papéis e essas superfícies podem ser pintadas com diversos padrões de cores e desenhos.

Estas máscaras são constituídas com uma riqueza e diversidade de materiais, e em conjunto com suas vestimentas, fitas e adereços coloridos, criam uma visualidade característica dotada de alto valor poético diante da musicalidade e dos múltiplos movimentos desenvolvidos em suas performances ao dançar. Sua composição se constitui de uma coroa, com dois arcos ricamente adornados com enfeites de plástico usados em árvores natalinas (bolas, sinos, estrelas, fitas) além de um número de fitas de cetim e grandes flores de plástico. Sua cabeça é envolta com um lenço colorido de onde se encaixa a máscara. (MARTINS, 2018).

Fotografia 46: Palhaços com máscaras tradicionais de couro. Carmo do Rio Claro, 2004-2018.



Fonte: Autor (2004-2018).

Fotografia 47: Palhaços com máscaras de diversas materialidades. Carmo do Rio Claro, 2004-2018.



Fonte: Autor (2004-2018).

As vestimentas dos bastiões são confeccionadas por eles próprios, “eles que as idealizam, tal como suas máscaras, cada um tem seu estilo, também estão relacionadas a fardas dos soldados que naquele contexto eram construídas com metais e couro de animais.” (Entrev. SOUZA, E., 2018).

Na região do sul de Minas, as fardas eram tradicionalmente confeccionadas somente com o tecido chitão⁶¹ (fotografia 48) composto de diversos motivos florais, mas atualmente houve uma transformação nessas vestimentas, como o uso de tecidos com cores fortes sem estampas (fotografias 49 e 50). “Muitas dessas novas influências em adereços e indumentárias se dão em função dos processos de aculturação, ou seja, de contatos estabelecidos durante os encontros de Folias de Reis em várias cidades da região.” (MARTINS, 2018).

⁶¹ A chita é um tecido de algodão com estampas coloridas e vivas. A estampa é feita sobre um tecido conhecido como *morim*, sua principal característica é possuir cores primárias e secundárias que cobrem totalmente o tecido. Possui figuras grandes e delineadas, sempre com a predominância de uma cor de fundo. Ao longo do tempo ganhou algumas variações de acordo com o tamanho da estampa que possuía (chitinha e chitão). Seu nome vem do sânscrito, *chintz* e é originária da Índia, foi descoberta pelos portugueses e depois conquistou o resto da Europa. Foi trazida ao nosso país na época do Brasil-Colônia e chegou a ser utilizada até como moeda de troca. Após um longo processo burocrático, cultural e financeiro, a chita passou a ser produzida também no Brasil onde teve o seu custo barateado transformando-a em um tecido popular e ícone da identidade nacional. Disponível em <https://projetos.habitissimo.com.br/projeto/a-chita-um-tecido-simbolo-da-cultura-popular> Acesso em 11/11/2019.

Fotografias 48, 49 e 50: Palhaços: vestimentas tradicionais (estampa de chitão) e vestimenta diferenciada (cor uniforme). Carmo do Rio Claro, 2017-2019.



Fonte: Autor (2017-2019).

Segundo Martins (2018), outro adereço usado pelos bastiões são os cajados, usados principalmente como acessórios durante suas performances em acrobacias corporais. Envolvido em suas danças, trazem variadas configurações em sua confecção. Edson G. de Souza explica que esse objeto “tem relação com as espadas que os Soldados usavam na época em que Jesus nasceu, pois eles andavam armados. Uns usam chibata, outros usam um pauzinho mesmo de madeira.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Em relação à figura do bastião Jair Pereira elucidada:

A regra é que quando você canta pedindo esmola, o bastião não deve interferir. Já depois que termina as cantorias o bastião pode pedir uma oferta pra ele em tom de brincadeira, como por exemplo:

O patrão agora nós vai acertar se é os Três Reis que deve pro senhor ou se é o Senhor que deve pra nós.

Aí o bastião pode ganhar sabonete, rapadura, queijo, frango e tem lugar que ele é mais presenteado que os Três Reis Santos. O bastião às vezes recebe mais atenção do que os foliões.

Hoje em dia na cidade, o bastião não faz mais esses pedidos. Até porque se forem fazer essas brincadeiras demora muito. Na roça visitavam no máximo quinze casas por dia, toda casa tinha que tomar um café, as pessoas brincavam e interagiam com os palhaços.

Antigamente o bastião não gostava de mostrar o rosto, chegavam a beber água por debaixo da máscara, porque na perseguição do menino Jesus eles não podiam ser reconhecidos, mas hoje eles não aguentam esse calorão. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

De acordo com Martins (2018), as saudações em trova (versos) constituem uma das funções primordiais dos bastiões. Eles criam versos com estilo próprio em momentos distintos dos ritos, o que lhes exige alto grau de criatividade, já que grande parte são improvisados de acordo com as diferentes situações que lhes são impostas, tal como apresenta o QR Code 10.

Várias são as situações em que se abre espaço para essas declamações, que acontecem tanto em momentos de descontração, como em ritos envolvendo fé e sacralidade.

Hoje os versos estão escassos, mas antigamente eles chegavam as casas dos devotos e eram recebidos com flores. Jogava flor na bandeira ou fazia um trilho de flor pra você tá entrando dentro das casas, ou colocava as letras no chão pro palhaço decifrar e quando se tinha o presépio dentro da casa eles faziam um caminho com um punhadinho de flor, aí o palhaço chegava e saudava aquelas flores: na chegada dos três Reis, seu terreiro floresceu, caíram lindas flores, que o senhor lhe ofereceu. (Entrev. SOUZA, E., 2018).

Existe o costume de colocar retratos, flores, dinheiro na bandeira e em todas estas situações o bastião tem que estar atento, pois o bastião só pode retirar esses objetos por meio de versos e poesias declamadas na hora. Ele faz a ponte, questiona o motivo de o devoto colocar a foto de uma pessoa na bandeira e informa ao embaixador para realizar orações. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Antigamente tinha pessoas que fechavam as portas, colocavam símbolos de flores sobre o chão pra fazer a Companhia cantar mais, as pessoas gostavam. Quem faz arranjo é porque gosta que a Companhia cante, aí demora mais. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Edson G. Souza (Entrev. 2018) em entrevista a Martins (2018), esclarece sobre outro símbolo constantemente construído pelos devotos, as flores depositadas no chão com o formato da Cruz. Esta sinaliza que naquela residência não se tem o menino Jesus dentro da casa, e a sua simbologia está associada à morte e ressurreição de Cristo. Assim, as saudações dos palhaços nesse momento são obrigatórias para que se tenha a autorização do dono da casa para desmanchar o símbolo da cruz e adentrarem na residência. Nesse contexto, os versos pelos bastiões descrevem o sofrimento de Cristo, como por exemplo:

Quando eu vejo uma cruz, me dá uma dor no coração,
Eu me lembro que Jesus, foi morto pra nos dar a salvação,
Deus nos salve, cruz bendita,
Aqui na terra ela foi feita, lá no céu foi escrita,
Senhor dono da casa, nessa hora de emoção,
Pra desmanchar essa cruz, eu peço sua permissão,
Senhor dono da casa, nessa hora de alegria,
Peço a permissão, pra chegar minha companhia. (Entrev. SOUZA, 2018).

No entanto, Jair Pereira argumenta que o símbolo da cruz não é necessário estar presente em um rito de Folia de Reis. “Tinha um tal de Mané Guido na Cachoeira e o Pedro Romão passou lá e diante de uma cruz construída com flores, cantou versos sobre o sofrimento de Jesus e o Mané Guido não gostou, disse que não o receberia mais em sua casa.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Conforme Martins (2018), os versos mais usados pelos palhaços durante suas jornadas estão relacionados à saudação diante do presépio onde se encontra o menino Jesus. Em entrevista a Martins (2018), Edson G. Souza destaca ainda que alguns falam “um pouco da

anunciação, outros falam como sendo o guarda mesmo de Herodes, cada um usa aquilo que tem, aquilo que dá para fazer, não existe um regulamento. Uma trova muito usada com os palhaços nossos, assim que ele chega ao presépio”:

Sou um guarda do Rei Herodes, cumpro meu dever com coragem,
 Vim acompanhá esses Reis, por essa viagem,
 Eu saí do meu castelo, sem ter destino certo,
 Vim acompanhá esses Reis por esse deserto,
 Na missão desses Reis guardar,
 E de todos os perigos eu tenho que livrar,
 Mas também tenho outra missão, que a mim foi confiada,
 Mas só quando encontrasse o menino, era pra ser revelada,
 Ao chegar nessa casa, encontramos o salvador,
 Minha missão é matá-lo, foi meu patão quem mandou,
 Vou pegar minha espada, cravá-la em seu coração,
 Depois mato também os reis, está cumprida a minha missão,
 Mas que coisa estranha, nunca vi menino assim,
 Ele está olhando, e sorrindo pra mim,
 Não acredito, meu corpo se arrepiou,
 Tô achando que esse menino, é mesmo o salvador,
 Ó Deus, nessa hora me arrependo,
 Jogo fora a minha espada, abandono meu capacete, tiro minha farda,
 Quero adorar a Virgem Maria e São José também,
 Quero beijar a Deus Menino, que nasceu pro nosso bem (Entrev. SOUZA, 2018).

A dança existente nas Companhias de Reis é realizada pelos bastiões (palhaços) e, de acordo com Edson G. de Souza, é o que contagia e anima a todos.

Ele faz micagens, pula, brinca com as pessoas, faz suas palhaçadas para agradar todo mundo. Às vezes quando o sol está muito forte e que o palhaço desanima, acaba que todo mundo desanima, pois não é fácil usar aquelas vestimentas e a máscara com sol quente, mas a hora que ele dá aquele grito alto animado e se agita com suas danças, aí anima todo mundo.

A dança de cortar a Jaca é a dança mais conhecida na região. Atualmente não é comum as pessoas pedirem, mas é executada quando o Palhaço joga seu cajado no chão e com a ponta dos pés, vai trançando as pernas indo de um lado ao outro do cajado. Na zona rural, após a dança da Jaca, as pessoas costumam presentear os bastiões com uma dúzia de ovos, um frango, linguiça, já na cidade presenteia-os com sabonetes, desodorantes ou uma oferta em dinheiro. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Cortar a jaca é um chaqualhadinho mais apertado, um pouco mais forte que o samba. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Martins (2018), salienta que outro apetrecho usado pelos Palhaços é o embornal, que se configura em um pequeno “saco” de tecido, usado para guardar suas ofertas, ofertas estas que são diferenciadas da oferenda das Folias. Grande parte das ofertas doadas aos palhaços são acompanhadas por brincadeiras, disputas e desafios, o que exige grande criatividade e agilidade por parte desses personagens no intuito de convencer o dono da casa a concretizar a doação de recompensas pela performance executada. Na Zona Rural, as doações vão além do dinheiro, é comum a oferta de queijo, ovos, galinha, sabão, dentre outras coisas.

3.2.11 Uniformes

As vestimentas dos foliões da Companhia de Reis Estrela da Guia consistem no uso de uma camisa azul cedida pelo grupo. Já a Companhia Estrela do Oriente possui uma variedade de cores de camisas. O uniforme se torna item indispensável dos grupos para que os moradores que os recebem em suas casas possam identificar os foliões que fazem parte das Companhias.

3.2.12 Sociabilidade/ Trajetos

Edson G. de Souza esclarece que a Companhia Estrela da Guia possui o perfil onde grande parte dos membros vêm de uma ligação de parentesco familiar e grande parte das crianças são apadrinhadas por pessoas pertencentes ao grupo, o que acabam-se configurando enquanto uma grande família. Apesar do convívio mais intenso acontecer apenas no período de final do ano, a proximidade entre os foliões é intensa.

Existem foliões que residem em outras cidades e a Companhia é um meio de reunir esse pessoal. Outra característica da Companhia Estrela da Guia está na grande participação de mulheres e crianças. Só foi possível esta participação a partir do início/meados dos anos noventa e hoje é comum a participação desde crianças de colo, até anciãos acima de 70 anos. A abertura para participação de mulheres e crianças foi essencial, talvez se não tivesse existido essa abertura e incentivo a companhia não existisse mais. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Em Carmo do Rio Claro (MG), conforme relata Edson G. de Souza, as Companhias são valorizadas pela população, contudo explica que devido ao fato da cidade ter se expandido:

A fé das pessoas mudou muito, mas ainda existem muitas pessoas que nos recebe bem. Hoje no Carmo, existe uma porcentagem em torno de trinta por cento de pessoas ligadas a outras religiões, principalmente evangélicos que não nos recebem em suas casas.

Muitas das casas construídas recentemente, possuem fachadas que são fechadas, com grades, muros e portões que são verdadeiros castelos, assim os moradores não ouvem a presença das Companhias. Devido a esse fato a Companhia teve que adotar uma nova estratégia onde existem pessoas no grupo, geralmente as meninas mais jovens que vão à frente batendo de casa em casa. Não que exista a intenção destas pessoas em não os receber, mas que eles acabam não ouvindo a presença da Companhia. (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Nesse sentido, o trajeto traçado no percurso das Companhias de Carmo do Rio Claro (MG), tem como preferência os bairros mais antigos, tal como os bairros do Acampamento, da Rua Nova e Rosário em que as casas são mais próximas umas das outras e com janelas de frente

para a calçada/rua, de modo que enquanto a Companhia está cantando numa casa, os vizinhos do lado conseguem ouvi-los.

Fotografias 51 e 52: Casas com as janelas de frente para rua.



Fonte: Autor (2020).

Outra demanda apontada por Edson G. de Souza é a de que deveria haver um diálogo entre as Companhias existentes para se reunirem e traçar diferentes trajetos pela cidade, no intuito de atender um maior número de devotos.

3.2.13 A Chegada/ Festejo

QR Code 10 - Vídeo: ritos de chegada Companhia Estrela do Oriente, distrito rural do Buracão.



Produção: Fábio Martins (2020).

O festejo de chegada conforme apresenta o QR Code 10⁶² é comemorado no dia 06 de janeiro⁶³, mas pode ser antecipado pelo domingo que antecede a data, dia este que representa a chegada dos Três Reis a Belém para adoração do menino Jesus, oferecendo-lhe presentes: ouro, incenso e mirra. Atualmente a chegada das Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro (MG) tem acontecido no pátio de festejos da Igreja Sagrada Família, onde se monta um presépio e os grupos realizam suas apresentações e reúne uma grande quantidade de pessoas. Além destas apresentações, existe as vendas de comidas, bebidas e jogos de bingo.

Assim, a dinâmica atual do festejo de chegada difere-se das chegadas que aconteciam no ambiente rural, pois nestes locais o dinheiro arrecadado pelos foliões era usado para oferecer fartura de alimento a todos os convidados.

Outro elemento importante neste rito, diz respeito aos seis arcos de bambu que são armados. Edson G. de Souza, em entrevista a Martins (2018), descreve que estes simbolizam os dias de caminhada que os Três Reis percorreram.

Os arcos variam muito, a gente tá usando três arcos, a gente põe: um arco pra iniciar o primeiro dia de viagem, representando as dificuldades que os reis tiveram, põe um arco no meio do caminho e põe um arco na chegada, a gente costuma comparar com as dificuldades nossas.

Mas você poderia usar seis arcos, seis dias de viagem. Cada elo pra passar, tem que o embaixador cantar e cortar, pra cortar é embaixador ou palhaço. Os Reis saíram no dia primeiro e chegaram no dia seis. A gente usava muito isso de primeira, porque a gente montava a chegada. A gente parou de usar, hoje em dia com o grupo que nós temos, se a gente for montar a chegada, a gente não consegue fazer as duas coisas.

Mas o ideal seria seis arcos. Aí quando você põe os seis arcos, o palhaço, chega no primeiro arco, e vai esperar no quinto arco que é o dia que eles passaram por Jerusalém, o dia em que o palhaço passou a estar junto com eles. Então ele chega brincando e pulando e quando o embaixador começa a fazer as saudações, ele vai esperar no quinto arco. No quinto arco, alguns falam se apresentando como guarda do rei Herodes, que vai acompanhar, guardar aqueles Três Reis dos perigos. Só é falado em trova, em repente, em versos, e dali ele segue junto na caminhada com a bandeira até o menino Jesus. As correntes de papel são simbólicas da cultura popular, significa que você venceu mais um dia de caminhada, de trabalho. Aí no último arco não tem corrente, a corrente já foi rompida pelo menino Jesus. (Entrev. SOUZA, E., 2018).

3.2.14 Relações com a Igreja

Segundo menciona Edson G. de Souza, em entrevista a MARTINS (2018), em Carmo do Rio Claro (MG) existe uma boa relação entre as Companhias de Reis e a Igreja Católica.

⁶² QR Code 10. Vídeo: Companhia de Reis Estrela do Oriente chegada distrito do Buracão - 2020- Carmo do Rio Claro - MG. Produção: Fábio Martins; 2020. 1 vídeo (49:25 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PXSmo_SKaBk&t=1128s. Acesso em 27/01/2020.

⁶³ Na prática, a data usada para esta comemoração pode variar, no geral ela acontece em um domingo do mês de janeiro próximo ao dia 06.

A igreja vê nos três Reis a manifestação do senhor para todos os povos, ou seja, negro, branco, pobre, rico, seja crente, católico, seja aquele que não tem religião, umbandista, o bom, o ruim. É a manifestação do Cristo que veio para todo mundo. Os Três Reis, cada um vieram de uma terra, cada um tem uma cultura, um costume. Você pode reparar nas imagens, vai lá na igreja e vai ver os traços, as vestimentas têm diferenças. Você vai ver lá que tem rei que tá com brinco, e que tá com esmalte no dedo. É isso que a igreja absorve desses três Reis. Aí se você for pesquisar na internet, numa cidade alemã que se chama Colônia, é onde estão os restos mortais dos magos e não fala a quantidade. Mas antigamente quando a igreja foi construída, ela foi construída com o evangelho de São Judas, que não está aqui. Mas a igreja aceita sim a Companhia. (Entrev. SOUZA, E., 2018).

Pároco da Igreja Nossa Senhora do Carmo, padre Michel Donizetti Pires⁶⁴ relata em entrevista o posicionamento da Igreja Católica em relação à devoção popular:

A igreja em sua tradição tem doutrinas e dogmas a serem seguidos em uma hierarquia, tanto por aqueles que compõem o clero (como exemplo: os títulos de diáconos até os bispos), mas também em relação tradições, dogmas e doutrinas que são seguidas pelo povo. Nesse sentido, as vezes existe um confronto entre aquilo que é magistério da igreja e aquilo que é o posicionamento oficial e a devoção popular.

Magistério que nós temos é aquilo que a igreja nos ensina, pois a Igreja Católica sempre se fundamentou no magistério, na doutrina e na tradição popular tendo sempre a luz da palavra de Deus como força e pilar para iluminar suas caminhadas.

Entretanto em se tratando de devoções populares, como o próprio nome sugere estão ligadas de alguma forma a igreja e assim, nós nos lembramos de muitas coisas que não vão estar relacionadas às sagradas escrituras, ao magistério, nem a doutrina oficial da igreja. Como exemplo o destaque aqui no Sul de Minas as Folias de Reis, as Congadas e ao Moçambique como algo que é folclórico, situações distintas vivenciadas pelo nosso povo.

Tais manifestações em geral, estabelecem uma ligação com Santos Católicos, tal como nas Folias de Reis que existe a devoção aos Três Reis Santos e a outros santos. Oficialmente a Igreja Católica não reconhece os Reis Magos como os Três Reis Santos, o evangelho é muito claro, pois aqueles que são considerados magos ou então reis de distintos lugares da terra, vão visitar Jesus oferecendo-lhe ouro, incenso e mirra, entretanto a figura deles é uma figura de destaque tendo em vista a presença do reconhecimento de Jesus como rei e salvador da humanidade. A igreja reconhece as Folias de Reis como uma devoção popular, como uma forma de fé e de manifestação religiosa, mas enquanto magistério reconhece os Três Reis Santos-Magos apenas como Reis e Magos, e não como santos.

Inclusive os Três Reis Santos estão presentes nos presépios de todo o mundo, presépios estes de devoção popular presente também nas igrejas católicas.

Esta manifestação cultural acontece através de cantos, sempre relacionados ao nascimento do menino Deus, é como uma analogia de visita dos Três Reis Magos ao presépio, onde os foliões visitam os lares levando essa novidade de que nós acreditamos e são eternizados em seus cantos e orações.

O Sul de Minas se configura como uma região onde as figuras e devoções aos santos se manifestam de forma intensa, através de diversas procissões e missas relacionadas aos santos e, são as que existem uma maior concentração de fiéis por causa da devoção, tal como a Santa Luzia, Santo Expedito, São Judas, mas acredita-se que é necessário uma educação religiosa de que as pessoas não depositem sua fé nas imagens, mas que através dos testemunhos destes santos nós nos aproximamos de Jesus.

⁶⁴ Entrevista concedida ao autor, em 14 de janeiro de 2019.

Essas manifestações de tradição popular vêm perdendo força porque não há apoio das famílias. A igreja vê nas famílias o primeiro pilar e elo de tradição na transmissão da fé e é também o elo de transmissão que ligam as tradições populares à vida da igreja. (Entrev. PIRES, 2019).

3.2.15 Políticas Culturais

No que se refere às políticas culturais presentes no Estado de Minas Gerais e município de Carmo do Rio Claro, Edson G. de Souza explica que para que os grupos de Companhias pudessem ter acesso aos benefícios da legislação presente, teriam que ter o reconhecimento do registro dos grupos; necessitaria ainda de tempo na participação de reuniões do Conselho de Cultura. Edson G. de Souza descreve ainda, que existe o fato de que, por não conseguirem manter um CNPJ ativo, deixam de conseguir benefícios com os comerciantes locais. Hoje a Companhia possui um ônibus, mas não pode registrá-lo em seu nome, por não possuir um CNPJ. “Hoje nossa Companhia necessita de alguém perante os órgãos públicos, que nos reconheça e regularize de fato as Companhias com o registro diante dos órgãos públicos.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

O entrevistado afirma ainda, que a promoção de encontros folclóricos pelo município e Estado são importantes, a disposição de um ônibus para um encontro folclórico “é bom”, entretanto no dia a dia em que ocorrem suas jornadas, as necessidades dos grupos vão muito além dessas demandas, necessitam de maior assistência e apoio do poder público. “Necessitamos de combustível, local para as Companhias guardarem seus instrumentos, como um centro cultural para realizar ensaios e oficinas com crianças.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Corroborando com essas afirmativas, Jair Pereira expõe que um dos recursos necessários para saírem em jornada é o meio de condução. “O prefeito só da condução para ir a um encontro folclórico, mas quando a gente sai pra tirar esmolas, é por nossa conta.” (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Hoje o dinheiro arrecadado é usado pra pagar a condução, mas deveria ser gasto em uma festa para crianças ou para os foliões. Mas como não é possível deveria ser revertida para os pobres, uma família que esteja passando por necessidades. (Entrev. PEREIRA, J., 2019).

Em relação a projetos de educação patrimonial, Edson G. de Souza cita o exemplo da cidade de Machado (MG), em que após a eleição de um prefeito congadeiro, iniciou-se um projeto nas escolas, onde fora fundado um terno de Congada em cada unidade de ensino com crianças entre 8 e 10 anos. “A partir de então, os ternos foram se multiplicando e a cidade se

transformou em uma potência cultural. Acredito que o Carmo tem pessoas capacitadas para desenvolver projetos.” (Entrev. SOUZA, E., 2019).

Além das práticas e ritos associados aos Santos Reis, José Alvino revela que, existe por parte dos foliões da Companhia Estrela da Guia a prática do terço de São Gonçalo. Segundo o entrevistado, refere-se a “um Santo violeiro da viola de pau de pinho, onde um devoto faz uma promessa de rezar o terço de São Gonçalo, que na verdade é uma dança por meio de um valseado.” (Entrev. SOUZA, J., 2019).

Então se canta:

Embaixador: Este é o primeiro verso, para São Gonçalo eu canto;
Respondedor: Pedindo a benção de Deus: Pai, Filho e Espírito Santo;
Embaixador: Mandei chamar São Gonçalo, que viesse a toda pressa;
Respondedor: Que viesse nesta casa, receber esta promessa;
E assim, continuam cantando. (Entrev. SOUZA, J., 2019).

Durante suas jornadas na zona rural, acontece de devotos pedirem aos foliões que cantem alguma música em referência a outros santos, prática associada a relação de agradecimento a uma boa colheita, a melhora de animais, entre outros motivos.

Galeria 02

Fotografias 2019

Vivências e Memórias

A paisagem
da Companhia do Menino Jesus
de Carmo do Rio Claro (MG)





Capelinha



Devoção

Fé



Menino Jesus



Tradição

Pastores

90 anos



Cortejo





Musicalidade



Alimento



Retorno Social



3.3 A PAISAGEM DA COMPANHIA DO MENINO JESUS EM CARMO DO RIO CLARO (MG)

Apesar de semelhanças em seus modos operantes, constata-se uma diferenciação nos ritos estruturantes entre a as Companhias de Reis e Companhia do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG). Ressalta-se ainda que Companhia do Menino Jesus, após completado seus 90 anos de existência é pela primeira vez objeto de estudo científico no município.

3.3.1 Origem

A Companhia do Menino Jesus, conforme descreve Marcos H. Martins⁶⁵, teve sua formação inicial em Carmo do Rio Claro (MG) no ano de 1929 pelo carmelitano José Domingues Alves, além de integrantes de Nova Barra conforme demonstra a fotografia 53. Durante os 90 anos de formação, existiram cinco embaixadores à frente da Companhia: Chico Monteiro dos Santos, Socho, Renato, Ângelo, Marcos.

Fotografias 53: Primeira formação da Companhia do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG).



Fonte: Autor desconhecido (1932). Acervo: Companhia do Menino Jesus.

Fotografias 54, 55 e 56: Antigas formações da Companhia do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG).



Fonte: Autor desconhecido (s. d.). Acervo: Companhia do Menino Jesus.

⁶⁵ Entrevista concedida ao autor, em 08 de janeiro de 2019.

No que diz respeito à formação inicial da Companhia do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), Marcos H. Martins e seu pai João Martins narram a existência de uma história atrelada ao município de São José da Barra⁶⁶ em que:

Um sitiante plantou milho; cuidou e colheu dispondo-o para a venda. No entanto, ninguém dispunha a comprar o milho, até que um dia apareceu um senhor montado numa mula interessado na compra, estimada em 500 mil réis. O comprador aceitou a proposta e deu-lhe a quantia. Sendo questionado o dia de pegar o milho, o comprador mandou o sitiante colocar o milho debaixo das árvores, mas o comprador nunca o pegou.

Tendo o sitiante recebido, foi até um empório comprar mantimentos e quando fazia suas compras pagava com os 500 mil réis, mas todas as vezes em que recebia o troco, sempre quando chegava em sua casa, lá estava exatamente a mesma quantia de 500 mil reis que havia recebido do senhor comprador.

A esposa do sitiante, sabendo que tal fato que lhe deixava intrigado, tinha uma pequena escultura da imagem do Menino Jesus em sua casa. Resolveram então fazer um voto de construir um oratório para abrigar a imagem do Menino Jesus, no intuito de que aquele dinheiro desaparecesse e assim aconteceu. (Entrev. MARTINS, M., 2019).

3.3.2 Estrutura

De acordo com Marcos H. Martins⁶⁷, na Companhia do Menino Jesus os integrantes do grupo são chamados de pastores, diferente das Companhias de Reis em que seus integrantes são chamados de foliões. “Os pastores foram os primeiros a chegar até o Menino Jesus para adorá-lo, e os três Reis Santos chegaram depois.” (Entrev. MARTINS, M., 2019).

A Companhia do Menino Jesus carrega consigo a imagem do Menino Jesus dentro de uma capelinha (fotografia 64 e 64), que constitui elemento sagrado de devoção para o qual todos os ritos e cânticos de adoração são direcionados. O entrevistado reitera que, diferente das Companhias de Reis, o grupo não faz adoração ao presépio, pois eles já se encontram com o menino Jesus, enquanto as Companhias de Reis estão à sua procura.

Para o funcionamento da celebração, Marcos H. Martins explica que os recursos necessários são: vestimentas (uniformes), instrumentos (sanfonas, violões), oratório (com o Menino Jesus) e cajados; além de integrantes que saibam tocar os instrumentos, o Simeão e pastores (as) que participam do coro. As funções presentes na Companhia do Menino Jesus

⁶⁶ São José da Barra é um dos municípios da região sudoeste de Minas Gerais. O primeiro arraial, construído as margem do Rio Grande ficou conhecido na história como Barra Velha após em 1.963, com o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Furnas o antigo arraial foi completamente submerso. O novo local escolhido para o arraial assim ficou conhecido como Nova Barra. Disponível em <https://www.saojosedabarra.mg.gov.br/portal2/view/aCidade.php?a=4>. Acesso em: 30/10/2019.

⁶⁷ Marcos Henrique Martins, atual embaixador e coordenador da Companhia do Menino Jesus relata que participa como integrante desta celebração desde o ano de 2008 tocando sanfona, e que a partir de 2015 passou a exercer a função de embaixador.

consistem: do embaixador, responder, contrato, quarta voz, quinta voz e Simeão, além dos três rezeiros.

3.3.3 Rito Companhia do Menino Jesus

O rito da Companhia Menino Jesus é permeado por cantos e falas. Marcos H. Martins esclarece que em um primeiro momento acontece a anunciação do Menino Jesus, já em sequência louvores através de falas, e para finalizar a despedida em forma de canto. Em suas jornadas o rito de adoração é direcionado à capelinha do Menino Jesus, que é carregada por um de seus integrantes. O rito que se apresenta em sequência através do QR Code 11⁶⁸ é proferido repetidamente em todas as visitas realizadas pela Companhia do Menino Jesus.

QR Code 11 - Vídeo de ritos Companhia do Menino Jesus.



Produção: Fábio Martins (2004).

Como pode ser observado, os ritos presentes nos vídeos do QR Code 11 exibem a estrutura de cantos e falas conforme apresenta-se em sequência:

Cantam todos juntos:

Na chegada desta casa, chegamos com alegria.
Aqui está o menino Deus, filho da Virgem Maria;
Aqui está o menino Deus, filho da Virgem Maria;
Aqui está o menino Deus, filho da Virgem Maria;
Oh! Se dela não nascesse, ai de nós o que seria;
Oh! Se dela não nascesse, ai de nós o que seria.

Fala do Simeão:

Vinde contentes alegres pastores.
Para o nosso Deus. Cantarmos em louvores;
Para o nosso Deus. Cantarmos em louvores.

⁶⁸ QR Code 11: Vídeo: Companhia do Menino Jesus - Carmo do Rio Claro – MG, 2004. Produção: Fábio Martins; 2004. 1 vídeo (25:43 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FT10O_QDvul&t=274s. Acesso em 05/12/2019.

Embaixador e Responder:

Cantemos louvores ao nosso Deus;
 Tenhamos amor, que somos filhos teus;
 Tenhamos amor, que somos filhos teus;

Fala:

Simeão: Graças aos céus pastores!

Pastor: Do que Patrício⁶⁹?

Simeão: Não viste ontem as ovelhas como pastavam contentes?

Pastor: Vimos, vimos senhor velho. Que novidade temos?

Simeão: Pois aquelas ovelhas que pastavam no outeiro⁷⁰, naquele sereno perdureiro, hoje pelos mares e campinas é dito pelas bocas mais divinas que o Menino Deus é nascido na Lapa de Belém. É chegado o tempo da nossa alegria.

Pastor: Sim, senhor velho, se for certo queremos em nossa companhia.

Simeão: Com todo amor e alegria, aqui está quem tanto desejamos em nossa companhia; mas fiquem sabendo que ele é o verdadeiro salvador do mundo; e para resgatar os homens das torpezas⁷¹ revestiu-se de nossa natureza.

1º Pastor: Oh! Que portento⁷² será com tanta maravilha? Que sol tanto brilha?

2º Pastor: Deixarei o meu cajado, pra ver um Deus tão desejado!

3º Pastor: Deixarei o meu rebanho para ver o sol do mundo estranho!

4º Pastor: Embora fique o gado sem sustento, vamos ver esse portento!

Simeão: Vamos, vamos, filhos meus, com toda a vaidade e alegria para que tenhamos festas alegres e os reis com bizzaria⁷³, mas antes que daqui vamos, é bom que cantemos e dancemos algumas poesias.

Pastor: Vamos Dançar bailes em harmonia

Pastor: Viva Jesus, José e Maria!

Todos: Viva!

Simeão: Ide então em doce hino; afinal com vossos cantos divinos, por esse sacrifício de tantas graças e benefícios.

Canto todos juntos: (momento em que é feito uma dança⁷⁴ em formato circular no qual os integrantes vão andando e marcando o ritmo batendo a ponta dos cajados no chão).

Pastorinhas⁷⁵ de Belém vão colher as belas Flores.

Para ornar o altar do Divino Salvador!

Para ornar o altar do Divino Salvador!

La no prado as ovelhas bem contentes vão pastar.

La se encontra Deus nascido, para o mundo resgatar!

La se encontra Deus nascido, para o mundo resgatar!

⁶⁹ Diz-se de ou membro da classe nobre da antiga Roma; que ou aquele que tem atitudes nobres, distintas; aristocrata.

⁷⁰ Pequena eminência de terra firme, pequeno monte ou coluna.

⁷¹ Qualidade, condição ou ato que revela indignidade, baixaza; ato ou qualidade de indecente, de obsceno; qualidade daquilo que é repulsivo.

⁷² Coisa ou acontecimento extraordinário; prodígio, maravilha, milagre.

Indivíduo extraordinariamente talentoso, inteligente e capaz; gênio.

⁷³ Boa postura, garbo; aspecto ou modo elegante ou belo; belo ataviamento.

⁷⁴ A única dança presente na Companhia do Menino Jesus segundo Marcos H. Martins acontece quando os Pastores em cantoria empunhando seus cajados realizam voltas em círculo.

⁷⁵ A relação com as Pastorinhas em seu repertório musical pode estar associada a tradição popular vinda para o Brasil no século XVI de modo a representar as pastoras de Belém, além de outros personagens. Estas visitam os presépios, cantam dançam e louvam o menino Jesus, além de recolher esmolas. De acordo com Araújo (1973) "As pastorinhas representam os autos. É o festivo teatro popular alegre, jocoso às vezes, mas quase sempre com as jornadas cheias de ensinamentos morais e religiosos. As músicas cheias de ternura enchem de encantamento as noites em que as pastorinhas visitam os presepos ou quando, nos dias de festa de natal e Reis, o pastoril se apresenta no tablado das praças". (ARAÚJO, 1973, p.29).

Fala dos Três Reizinhos:**Rei Gaspar:**

Neste portal de Belém venho oferecer tudo quanto meu reino tem: o incenso que vos ofereço aos vossos pés prostrados, pelo vosso poder imenso quer ser perdoado.

Rei Baltazar:

O menino Deus que conosco está entranhado, tendo antes formado as hostes celestiais, bem sei Senhor que não desprezai a vossa sincera vontade a mirra que vos ofereço, aceitai Senhor que é sinal de imortalidade.

Rei Belchior:

Oh! Deus eterno e onipotente que fez o céu e a terra juntamente, inimigo de combuque cujo termo de charada que se forma cruelmente, vós Senhor com vossa estrela nos guiastes que vimos do Oriente adorá-lo em maná⁷⁶, no estado em que vós preservai Senhor esse combucainho de ouro que é do meu tesouro que o Rei Congo vem trazer pra vós mecê.

Agradecimento:

Embaixador: Vamos nós agradecer, com Deus Menino aqui presente.

A esmola que nos deu, é pros pobres que estão doentes.

Cantando: Lá vem a maravilha da alegria, lá no céu estão cantando com ternura. Os anjos que cantam na glória de Maria Virgem Pura, de Maria Virgem Pura.

Pastores Juntos:

São os anjos que cantam na glória de Maria virgem pura, de Maria Virgem Pura.

Deus lhe pague a boa esmola, dada com muita alegria;

Deus Menino é que agradece e os pastores da Companhia;

Lá vem a maravilha da alegria, lá no céu estão cantando com ternura;

Os anjos que cantam na glória de Maria virgem pura, de Maria Virgem Pura.

Pastores Juntos:

São os anjos que cantam na glória de Maria virgem pura, de Maria Virgem Pura.

Finalização todos juntos:

Adeus, ó gente boa;

Devotos de São José;

Adeus, até pro ano;

Para o ano;

Se Deus quiser.

Conforme observado, o rito de adoração presente na Companhia do Menino Jesus, encontra-se atrelado ao Evangelho de São Lucas 2 (1-35)⁷⁷:

1. Naqueles tempos, apareceu um decreto de César Augusto, ordenando o recenseamento de toda a terra. 2. Esse recenseamento foi feito antes do governo de Quirino, na Síria. 3. Todos iam alistar-se, cada um na sua cidade. 4. Também José subiu da Galileia, da cidade de Nazaré, à Judeia, à Cidade de Davi, chamada Belém, porque era da casa e família de Davi, 5. para se alistar com a sua esposa, Maria, que estava grávida. 6. Estando eles ali, completaram-se os dias dela. 7. E deu à luz seu filho primogênito, e, envolvendo-o em faixas, reclinou-o num presépio; porque não havia lugar para eles na hospedaria. 8. Havia nos arredores uns **pastores**, que vigiavam e guardavam seu rebanho nos campos durante as vigílias da noite. 9. Um anjo do Senhor apareceu-lhes e a glória do Senhor refulgiu ao redor deles, e tiveram grande temor. 10. O anjo disse-lhes: 'Não temais, eis que vos anuncio uma Boa-Nova que será alegria

⁷⁶ Alimento que, segundo a Bíblia, foi miraculosamente fornecido aos israelitas em sua travessia do deserto.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-lucas/2/>. Acesso em 07/11/2019.

para todo o povo: 11. hoje vos nasceu na Cidade de Davi um Salvador, que é o Cristo Senhor. 12. Isto vos servirá de sinal: achareis um recém-nascido envolto em faixas e posto numa manjedoura'. 13. E subitamente ao anjo se juntou uma multidão do exército celeste, que louvava a Deus e dizia: 14. 'Glória a Deus no mais alto dos céus e na terra paz aos homens, objetos da benevolência (divina). 15. Depois que os anjos os deixaram e voltaram para o céu, falaram os pastores uns com os outros: 'Vamos até Belém e vejamos o que se realizou e o que o Senhor nos manifestou'. 16. Foram com grande pressa e acharam Maria e José, e o menino deitado na manjedoura. 17. Vendo-o, contaram o que se lhes havia dito a respeito deste menino. 18. Todos os que os ouviam admiravam-se das coisas que lhes contavam os pastores. 19. Maria conservava todas essas palavras, meditando-as no seu coração. 20. Voltaram os pastores, glorificando e louvando a Deus por tudo o que tinham ouvido e visto, e que estava de acordo com o que lhes fora dito. 21. Completados que foram os oito dias para ser circuncidado o menino, foi-lhe posto o nome de Jesus, como lhe tinha chamado o anjo, antes de ser concebido no seio materno. 22. Concluídos os dias da sua purificação segundo a Lei de Moisés, levaram-no a Jerusalém para o apresentar ao Senhor, 23. conforme o que está escrito na Lei do Senhor: 'Todo primogênito do sexo masculino será consagrado ao Senhor' (Ex 13,2); 24. e para oferecerem o sacrifício prescrito pela Lei do Senhor, um par de rolas ou dois pombinhos. 25. Ora, havia em Jerusalém um homem chamado **Simeão**. Esse homem, justo e piedoso, esperava a consolação de Israel, e o Espírito Santo estava nele. 26. Fora-lhe revelado pelo Espírito Santo que não morreria sem primeiro ver o Cristo do Senhor. 27. Impelido pelo Espírito Santo, foi ao templo. E tendo os pais apresentado o menino Jesus, para cumprirem a respeito dele os preceitos da Lei, 28. tomou-o em seus braços e louvou a Deus nestes termos: 29. 'Agora, Senhor, deixai o vosso servo ir em paz, segundo a vossa palavra. 30. Porque os meus olhos viram a vossa salvação 31. que preparastes diante de todos os povos, 32. como luz para iluminar as nações, e para a glória de vosso povo de Israel'. 33. Seu pai e sua mãe estavam admirados das coisas que dele se diziam. 34. Simeão abençoou-os e disse a Maria, sua mãe: 'Eis que este menino está destinado a ser uma causa de queda e de soerguimento para muitos homens em Israel, e a ser um sinal que provocará contradições, 35. a fim de serem revelados os pensamentos de muitos corações. E uma espada transpassará a tua alma'. (BIBLÍA, A. M., Lucas 2).

Na passagem bíblica apresentada, contemplam-se as seguintes relações entre personagens e acontecimentos presentes no rito da Companhia do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG): a anunciação aos pastores acerca do nascimento do Menino Jesus; a viagem dos pastores até a cidade de Belém para adorar o Menino Jesus; o retorno dos pastores que glorificavam o que tinham visto em Belém e o encontro do Menino Jesus em Jerusalém com o Simeão.

3.3.4 Jornada/ Promessas

Em relação ao período de jornada da Companhia do Menino Jesus, Marcos H. Martins menciona que "antigamente ocorria de 01 de dezembro a 06 de janeiro, e os pastores saíam o dia todo." Porém, com o passar dos anos, diante do fato dos integrantes não poderem mais pedir dispensas de seus trabalhos e da alta demanda do cumprimento de promessas, esse calendário foi sendo modificado para o intervalo de 25 de dezembro e 06 de janeiro. Esse calendário pode

ser estendido ainda nos meses de dezembro e janeiro, devido à alta demanda de pagamento de promessas.

Conforme o entrevistado, atualmente existe uma agenda de oitenta promessas anuais. Salienta ainda que, para que todas fossem cumpridas, os pastores teriam que sair em uma jornada durante quarenta dias ininterruptos, o dia todo (café, almoço e janta), o que seria inviável.

A escolha de devotos para o pagamento de promessas, até pouco tempo era priorizada em torno de uma lista, na qual as pessoas escolhidas eram sempre as mesmas. Já no presente momento, Marcos H. Martins informa que deixa em aberto para que as escolhas sejam renovadas a cada ano, de modo que o maior número de devotos seja atendido.

3.3.5 Vestimentas/ Adereços

As vestimentas do grupo, com o passar dos anos sofreram transformações (fotografias 57,58,59). No início, os pastores usavam calça social, chapéu e camisa, mas com o passar dos anos foram sendo inseridos novos adereços, como a faixa na cintura e uma faixa entrelaçada na diagonal (peito-ombro-costa), além do uso de perneira.

Fotografias 57, 58 e 59: Vestimentas ao longo da trajetória da Companhia do Menino Jesus.



Fonte: Autor desconhecido (s. d.). Acervo: Companhia do Menino Jesus.

Marcos H. Martins esclarece o fato de que muitos desses adereços foram inseridos na Companhia do Menino Jesus em um período que houve a aproximação do diretor teatral carmelitano Gabriel Vilela⁷⁸, em pesquisa para a produção de uma peça teatral que usou como referência a musicalidade presente na Companhia do Menino Jesus, por estar atrelada à

⁷⁸ Antônio Gabriel Santana Vilela (1958), carmelitano é um renomado diretor teatral, cenógrafo e figurinista. Talentosos e requisitado diretor que surgem na década de 1990, dotado de uma teatralidade barroca, vigorosa, com frequentes apelos ao imaginário brasileiro. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa359371/gabriel-villela> Acesso em 29/01/2020.

religiosidade popular. Na época de tal aproximação, de acordo com o entrevistado, Gabriel Vilela teria doado um uniforme para a Companhia e houve uma transformação nas cores, além de novos adereços inseridos.

Atualmente as vestimentas e adereços presentes na Companhia do Menino Jesus são compostos de um chapéu branco adornado com flores de tecido e um pequeno terço, além disso, alguns integrantes colocam pingentes de santos, como o de Nossa Senhora Aparecida. Usam ainda camisa social de manga comprida, gravata preta longa, faixa na diagonal do ombro (listrada de azul e amarelo), faixa na cintura (azul e amarelo) e uma calça social preta. As flores em tecido, confeccionadas por Elisa, esposa de Marcos H. Martins, também estão presentes nos instrumentos, no oratório e nas vestimentas.

Já as vestimentas dos Três Reizinhos, consiste no uso de uma capa rosa, vermelha e azul, usam ainda coroas confeccionadas de papelão pintado. As vestimentas passaram por transformações mais rebuscadas (fotografias 60,61 e 62) e atualmente usam somente a capa e a coroa conforme mostra a fotografia 64.

Fotografias 60, 61 e 62: Transformações nas vestimentas Três Reizinhos - Companhia do Menino Jesus.



Fonte: Autor desconhecido (s. d.). Acervo: Companhia do Menino Jesus.

Fotografia 63: Formação dos Três Reizinhos em 2020 - Companhia do Menino Jesus.



Fonte: Autor (2020).

Dentre os objetos utilizados pelo grupo em seus ritos, Marcos H. Martins especifica que dois cajados são oriundos da primeira formação, e junto com o oratório datam 90 anos de existência. O oratório (capelinha) consiste no elemento sagrado de maior importância para o grupo, construído em madeira e duas laterais de vidro, possui uma porta frontal, uma cruz na parte superior, um pegador de madeira para manejá-lo durante transporte de casa em casa. Abriga ainda, a imagem do menino Jesus em gesso no seu interior deitado sobre tecidos, além do enfeite de flores, bijuterias e pequenos objetos usados em decorações natalinas, como sinos de plástico. A Companhia do Menino Jesus ainda carrega no oratório fitas de cetim para distribuí-las a seus devotos, que as consideram como elemento propulsor de graças. O oratório é considerado pelos integrantes da Companhia como um “presépio andante.”

Fotografias 64 e 65: Oratório e Menino Jesus.



Fonte: Autor (2019).

Já o cajado é um objeto usado por grande parte dos pastores e pastoras, que não tocam instrumento e assim assumem a função de cantar. O significado presente no cajado, de acordo com o entrevistado, está ligado à proteção e principalmente ao comando. Construídos com bastões de madeira, contêm fitas coloridas de cetim em sua parte superior, com uma pintura em preto na parte inferior e na parte superior onde os pastores seguram-no, já a parte central é pintada de branco. Um pastor (a) do grupo encarrega-se de carregar consigo um pequeno saco de tecido, onde são depositadas as ofertas recebidas em suas jornadas, que são registradas em um caderno de prestação de contas.

Fotografias 66, 67 e 68: Pastores empunhando os cajados.



Fonte: Autor (2019).

3.3.6 Musicalidade

Já os instrumentos usados na Companhia do Menino Jesus, segundo Marcos H. Martins, são somente dois: a sanfona e instrumentos de corda, como o violão, mas pode ser feito o uso do bandolim e do cavaquinho.

O embaixador na Companhia do Menino Jesus, tem como função organizar, comandar o início e o término de suas atividades, além de “trovar os versos, colocar e tirar a Companhia da casa e diante de qualquer imprevisto que acontecer, ele tem que saber como proceder na criação de versos.” (Entrev. MARTINS, M., 2019).

Depois de uma refeição oferecida por um devoto, Marcos H. Martins menciona que a sequência de versos cantados acontece em três momentos, tal como se apresenta no QR Code 12⁷⁹: o agradecimento (aos donos da casa pelo acolhimento, aos filhos, as cozinheiras, a fartura de alimento), em sequência as bênçãos (para a família, a casa, uma pessoa ausente) e por fim, canto para se despedir. Nesse rito, o entrevistado explica que o desenvolve com a média de 15 versos, cada um com duração em torno de 2,15 minutos.

⁷⁹ QR Code 12: Vídeo Companhia do Menino Jesus - Carmo do Rio Claro-MG, 2019. Produção: Fábio Martins; 2019. 1 vídeo (13:24 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AjrFTyk666c&t=132s> Acesso em 05/12/2019.

QR Code 12 - Vídeo de rito Companhia do Menino Jesus.



Produção: Fábio Martins (2019).

Existem ainda, os versos que são improvisados em diversas situações, tal como narrado por Marcos H. Martins em ocasião de posse de uma vereadora na câmara do município de Carmo do Rio Claro, da qual a Companhia do Menino Jesus foi convidada a participar da solenidade.

Os pastores aqui chegou, com a divina santidade;
Eu peço que levante, todas as autoridades;

Nessa hora de alegria, sua presença aqui está;
Eu peço que venha aqui à frente, para nós te abençoar;

Segurou o Deus menino nessa hora de emoção;
Deus Menino lhe proteja, segurando a sua mão;

O meu caro Simeão, escutai o que eu vou falar;
Fica ao lado da vereadora, para nós abençoar;

Tenha certeza de uma coisa, o menino que aqui está;
Passe o tempo que passar, a senhora vai se lembrar. (Entrev. MARTINS, M., 2019).

3.3.7 Graças

Os ritos, segundo Marcos H. Martins, podem sofrer alterações em situações não esperadas, tal como no dia da chegada ocorrido em 06 de janeiro de 2019, na qual apareceu uma devota e pediu para fazer o cumprimento de uma promessa por ter recebido uma graça para seu filho. Ele comenta que os testemunhos de graças alcançadas em função da fé no Menino Jesus são relatados em diversos momentos de suas caminhadas.

3.3.8 Retorno Social

Marcos H. Martins ressalta a importância da prestação de contas relativa às ofertas arrecadadas pelo grupo, de modo que “deve-se ter o máximo de transparência para comunidade.” De acordo com ele, do período que está à frente da Companhia, nos últimos quatro anos, a maior parcela do dinheiro arrecadado foi convertida em cestas de alimentos destinadas ao Lar dos Idosos (fotografia 69), e justifica que a instituição depende de doações de tal gênero para manter-se em funcionamento. Além do mais, uma pequena parcela das ofertas arrecadadas destina-se ao pagamento de despesas diárias do grupo, que inclui o transporte para deslocamento dos integrantes - devido à idade avançada dos mesmos -, além da compra de balas que, de acordo com Marcos H. Martins, “ajuda a manter a garganta propícia para cantar.”

Fotografia 69: Chegada da Companhia do Menino Jesus e entrega das cestas de alimentos ao lar dos Idosos de Carmo do Rio Claro (MG).



Fonte: Autor (2019).

Integrantes da Companhia afirmam que “muitos anos atrás”, existiram os confrades no município, ou seja, pessoas que acompanhavam as Companhias e recolhiam todo o dinheiro, que depois era doado ou para o Lar dos Idosos, ou para ou para a Conferência Vicentina.

3.3.9 Trajetos

Em relação à escolha dos trajetos realizados pela Companhia, Marcos H. Martins salienta uma recepção mais intensa nos bairros onde as casas são mais simples, mais antigas e que existe uma proximidade das residências de frente com a rua, “já nos bairros construídos recentemente as Companhias não são tão bem aceitas, andam muito e cantam pouco.” Atualmente, parte da divulgação de seus trajetos é feita por meio das redes sociais, informando

o percurso da Companhia, além do uso de fotos e vídeos para registrar os momentos de pagamentos de socialização entre pastores e devotos.

No que se refere ao número de evangélicos⁸⁰ presentes em Carmo do Rio Claro, o entrevistado reitera que existe uma proporção em torno de vinte por cento, e que a média de recepção é de cada 10 casas, duas se recusam em recebê-los.

3.3.10 Tradição/ Conflitos

Marcos H. Martins elucidada que “o principal problema em relação ao não comprometimento com essas tradições”, consiste no fato de que “não houve uma renovação com a entrada de novas pessoas nos grupos.” O que configura uma grande ameaça a extinção deste bem cultural.

O Carmo já teve cerca de cinco grupos de Companhia de Reis e a Companhia do Menino Jesus, além de alguns ternos de Congo e Moçambique que hoje não existe mais, é uma cultura que não devia ter acabado, existe ainda os familiares dos congadeiros, só que não seguiram essa tradição. (Entrev. MARTINS, M., 2019).

A partir de seu encargo como embaixador, o entrevistado destaca que foi desenvolvido um estatuto registrado em cartório com cláusulas de condutas para os integrantes da Companhia do Menino Jesus. Essas novas regras geraram intrigas com alguns antigos integrantes do grupo, mas com o passar dos anos um novo perfil foi se delineando na Companhia do Menino Jesus, tal como a entrada das mulheres. Eliza esposa de Marcos afirma que “as pessoas que participavam antigamente não davam chance de outras pessoas novas participarem” e que ela tem conhecimento “somente de duas mulheres que cantaram e participaram do antigo grupo.” Atualmente existe um equilíbrio de gênero na participação do grupo, com isso as mulheres assumem a função de cantar e recolher as ofertas.

3.3.11 Salvaguarda

No que se refere às estratégias voltadas à educação patrimonial, Marcos H. Martins expõe que houve um ano em que ele foi procurado pelo órgão municipal de cultura, propondo que fosse visitar as escolas e tentar identificar crianças que tivessem alguma “inclinação” para

⁸⁰ Apesar desse público ter como base a fundamentação bíblica que se estabelece entorno de Jesus Cristo, existe uma repulsa por esta vertente religiosa cristã que condenam as práticas de reconhecimento e adoração a santos, imagens que perpassam por crenças oriundas do catolicismo.

participar da Companhia, porém, devido ao horário de seu trabalho, não pôde participar das reuniões.

Ele declara a necessidade de apoio do órgão municipal para a disposição de um transporte para o deslocamento do grupo. Outro problema, apontado por Marcos, presente no atual grupo, consiste no fato de que dos quatorze integrantes, a metade, devido à idade avançada, apresenta problemas de audição, o que causa certo incômodo durante as cantorias, já que com esse problema a musicalidade, fica em certa medida comprometida.

Marcos H. Martins enfatiza ainda que existiu um momento em que integrantes da Seção de Cultura o convocaram para uma reunião no intuito de realizar o tombamento do oratório com o Menino Jesus, o que acarretaria em sua restauração por uma equipe especializada de outra cidade, mas para essa ação se concretizar o oratório ficaria um tempo fora da cidade e retornaria sob a tutela do município, ou seja, apenas como objeto expositivo. Conforme relata Marcos, houve então, um consenso no grupo de que o oratório só faz sentido se estiver junto com a Companhia e que consiste no principal elemento sagrado, com a idade de 90 anos, além de possuir outros valores agregados, não podendo ser tratado como objeto substituível.

3.4. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PASTORES

O questionário que se apresenta em sequência (tabela 1), fora aplicado a 56 foliões e pastores com respostas curtas/abertas entre os dias 26 de dezembro e 06 de janeiro de 2019 cujo objetivo consiste em compreender os sentidos que movem essa tradição, transformações, perfil, relações com a população e poder público, dificuldades e propostas de salvaguarda apontada pelos foliões. É importante ressaltar que diante das perguntas apresentadas, um mesmo folião/pastor pode ter respondido mais de um item reorganizado na tabela.

Através do questionário aplicado aos integrantes das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), constata-se que a participação de foliões com idade avançada corresponde a maioria dos foliões/pastores, o que poderá comprometer a continuidade da atividade cultural, caso algo não seja feito no sentido de “atrair os mais jovens.”

A pesquisa indica ainda que a principal motivação de iniciação e participação dos membros das Companhias está relacionada ao incentivo familiar, a tradição. Nesse contexto motivacional, os integrantes de forma unânime afirmam sua devoção aos Santos Reis e ao Menino Jesus.

De acordo com os foliões e pastores, as Companhias representam tudo em suas vidas e os aspectos mais significativos em relação às Companhias estão associados à fé, à tradição e à devoção aos Santos Reis. No entanto, a fé é o principal fator de motivação na continuidade da celebração, além do mais, existem fortes laços de sociabilidade e união entre os foliões, que é descrito como fator de “muita alegria em poder estar junto com os companheiros.”

A relação de parentesco entre os foliões e pastores é algo consistente nos grupos, e mesmo não havendo esse vínculo, consideram-se como irmãos ou como uma segunda família.

Os foliões e pastores consideram que a principal mensagem transmitida em suas jornadas está associada à evangelização, de modo a transmitir os ensinamentos da palavra de Deus com foco na caminhada dos Três Reis e no (re)nascimento do Menino Jesus.

A valorização pela sociedade carmelitana em relação às Companhias é descrita pelos foliões e pastores como algo satisfatório, o que não ocorre em relação ao poder público municipal, pois em grande medida, relatam a indiferença estabelecida em relação ao órgão público.

Salientam ainda a importância da fé, espiritualidade e a emoção expressa em grande parte dos devotos, que derramam lágrimas ao receberem a bandeira ou o menino Jesus em suas moradas.

Já as maiores dificuldades descritas pelos integrantes, diante do cotidiano de suas jornadas, estão relacionadas à conciliação de horários em seus trabalhos, à falta de cantadores, e à saúde comprometida dos foliões/pastores.

Outra questão apontada pelos foliões/pastores refere-se ao fato de ter havido mudanças ou transformações desde o período em que iniciaram suas jornadas nas Companhias. Suas principais queixas referem-se ao fato de que a população, principalmente na zona urbana, “antigamente” os recebia com mais fé, eram mais fervorosos e que conheciam mais a tradição. Além do que, segundo eles, hoje as crianças e jovens “não têm interesse em aprender.” Contudo, mesmo diante desse cenário, existe o relato de que houve uma abertura significativa na participação das mulheres e crianças nos grupos de Companhias de Reis e de mulheres na Companhia do Menino Jesus.

Já a crença e preocupação de que as Companhias correm o risco de serem extintas é compartilhada pela maioria dos foliões/pastores, e os principais motivos descritos estão na falta de interesse e vergonha de crianças e jovens em aprenderem e dar continuidade às práticas da celebração, além da diminuição da fé de parte da sociedade carmelitana. Nesse sentido, os foliões/pastores acreditam que para que se possa atingir as novas gerações, ações devem partir do convite dos próprios foliões e pastores, além do incentivo de familiares e dos pais, de modo a motivá-los. Os foliões e pastores propuseram ainda, a realização de um ciclo de palestras e oficinas nas escolas do município e nas catequeses da Igreja Católica.

Tabela 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FOLIÕES E PASTORES

(continua)

<p>1-Há quantos anos você participa como Folião?</p> <ul style="list-style-type: none"> • De 1 e 2 anos: 10,7% • De 3 a 4 anos: 14,3% • De 5 a 10 anos: 12,5% • De 11 a 20 anos: 19,6% • De 21 a 30 anos: 17,9% • Mais de 31 anos: 25% 	<p>6-Você é devoto dos Santos Reis/ Menino Jesus?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 98,2% • Não: 1,8% <hr/> <p>7-Já teve alguma promessa atendida?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 74,1% • Não: 25,9%
<p>2-Idade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • De 0 a 10 anos: 9,1% • De 11 a 20 anos: 7,3% • De 21 a 30 anos: 18,2% • De 31 a 40 anos: 7,3% • De 41 a 50 anos: 10,9% • Acima de 51 anos: 47,3% 	<p>8-O que a Companhia de Reis/ou Menino Jesus representa para sua vida?</p> <p><i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tradição/ Fé/ Devoção: 58% • Tudo de bom/ Tudo: 42% • Satisfação de estar com os amigos e levar as bênçãos dos Santos Reis/ Menino Jesus até as casas: 24% • Paz/ Alegria: 14% • Ato religioso de fé/ Vida: 10% • Família: 10%
<p>3-Quais as funções que você já participou dentro da Companhia?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coro: 66,1% • Instrumentista: 53,6% • Palhaço: 28,6% • Pastor/Pastora: 16,1% • Bandeiroiro: 12,5% • Marcar casa: 10,7% • Embaixador: 10,7% 	<p>9-O que muda em sua vida durante os dias de jornada?</p> <p><i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Muda, alegria de estar junto com os companheiros/ aumenta união: 40,4% • Muda, fica mais tranquilo/ concentrado/ calma/ paz cantando: 32,7% • Muda, ansiedade/ satisfação/ A gente espera o ano todo por isso: 25% • Muda, melhora muito: 21,2% • Muda, me sinto mais forte/ Sinto algo diferente: 19,2% • Muda, fica mais fervoroso na fé/ rezar e pedir benção: 7,7% • Muda, deixa tudo / família par estar com amigos: 5,8% • Não muda nada: 9,6%
<p>4-Por qual motivo você iniciou sua participação na Companhia?</p> <p><i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tradição familiar: 43,6% • Por gostar: 43,6% • Promessa/ Voto: 16,4% • Incentivo de um familiar: 12,7% • Devoção/Fé: 12,7% • Promessa de um familiar: 3,6% • Achar interessante: 1,8% 	<p>10-Qual a sua maior motivação para continuar sua jornada enquanto folião?</p> <p><i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fé: 61,5% • Gostar/ participar com os amigos: 48,1% • Manter tradição: 48,1% • Prazer em cumprir promessa de devotos: 15,4% • Por receber a força dos Santos Reis: 9,6% • Retribuição as graças que recebe: 5,8% • Para acompanhar os Filhos: 1,9% • Promessa de um familiar: 1,9%
<p>5-Tem alguém da família que participava ou participa? Qual grau de parentesco?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pai / Mãe: 38,2% • Irmão (ã): 36,3% • Avós: 25,5% • Primo (a): 25,5% • Tio (a): 23,6% • Filhos (as): 20% • Esposa (o): 14,5% • Neto (a): 12,7% • Não tenho parentes que participam: 12,7% • Outro: Tio Avô: 1,8% 	

Tabela 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FOLIÕES E PASTORES

(conclusão)

<p>11-Em suas visitas qual a mensagem que uma Companhia busca transmitir para os carmelitanos? <i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Evangelizar/Ensinamentos da palavra de Deus/Nascimento-renascimento do Menino Jesus/ Natal de verdade/ Sentido da vida/Caminhada dos Três Reis: 43,8% • Fé/ Espiritualidade:31,3% • Emoção: pessoas choram/ Lembrança de algum parente/Graças recebidas: 31,3% • Bênçãos: 22,9% • Tradição: 18,8% • Paz/ Alegria/ Felicidade: 10,4% • União: 6,3% 	<p>18- Em caso de afirmativo, quais mudanças? <i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Antigamente o Povo recebia-nos com mais fé/era mais fervoroso, mais forte: 77,8% • Antigamente as pessoas conheciam mais a tradição: 61,1% • Hoje tem mais mulheres e crianças cantando e participando: 36,1% • Os mais jovens hoje não querem aprender: 13,9% <p>19-Você acredita que as Companhias correm algum risco de acabar?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 87,8% • Não: 12,2%
<p>12-De que forma você descreve as relações estabelecidas com os outros foliões? <i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Família: 60,9% • Irmãos: 41,3% • Amigos: 32,6% 	<p>20-Em caso de afirmativo, as Companhias correm o risco de acabar por quais motivos? <i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de interesse de crianças e jovens/ vergonha/ diminuiu a fé: 89,1% • Falta de apoio do poder público: 34,8% • Não corre o risco de acabar: 6,5%
<p>13-Enquanto Folião você se sente valorizado pela sociedade carmelitana?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 90% • Não: 4% • Um Pouco: 6% 	<p>21-O que você acha que pode ser feito para ajudar que essa tradição continue sendo praticada pelas novas gerações? <i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Convite dos foliões as crianças e jovens/ motivá-los: 56,3% • Palestras e oficinas nas escolas: 56,3% • Motivação familiar, incentivo dos pais: 54,2% • Palestras e oficinas em grupos de jovens e catequese da Igreja Católica: 16,7% • Não sei: 4,2%
<p>14-Enquanto Folião você se sente valorizado pelo poder público municipal?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 28% • Não: 56% • Um Pouco: 16% 	<p>22-Nome:</p> <p>23-Gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Masculino: 71,4% • Feminino: 28,6% • Outro: 0%
<p>15-Já enfrentou alguma dificuldade para sair em sua jornada?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 48% • Não: 52% 	<p>24-Ano em que nasceu:</p> <p>25-Cidade onde nasceu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carmo do Rio Claro: 96,4% • Outra: 3,6 <p>26-Cidade onde vive:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carmo do Rio Claro: 91,1% • Outra: 8,9%
<p>16-Enquanto grupo, quais as maiores dificuldades enfrentadas em suas jornadas? <i>Síntese das respostas transcritas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho: 61,4% • Falta de Cantores: 43,2% • Saúde/ Doença: 38,6% • Compromisso familiar: 11,4% • Voz comprometida: 11,4% • Distância residência em outra cidade: 6,8% • Nenhuma dificuldade: 6,8% 	<p>27-Profissões: 12 aposentados, 1 auxiliar de escritório, 2 babás, 1 comerciante, 1 diarista, 5 do lar, 9 estudantes, 1 indigenista, 7 lavradores, 1 marceneiro, 1 mecânico, 3 motoristas, 4 pedreiros, 1 pescador, 1 professor de música, 2 técnicos em eletrônica, 1 técnico em enfermagem, 1 servente de pedreiro, 1 servidor público</p>

3.5. QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO

Aplicado através da internet, o objetivo desse questionário (tabela 2) consiste em compreender a maneira com que a população Carmelitana e turistas reconhecem e se identificam com as Companhias de Reis e do Menino Jesus e em que medida apoiam ações de salvaguarda em relação a esses grupos presentes no município. Questionário aplicado entre os dias 21 e 27 de janeiro de 2019 contou com a participação de 199 pessoas divulgado na Rádio Comunitária Super Nova e foi compartilhado em redes sociais.

No questionário aplicado à população carmelitana, existe uma unanimidade no que se refere à importância de se manter a tradição dos grupos de Companhias. Grande parte relata já terem vivenciado a apresentação dos grupos e reconhecem as Companhias enquanto uma manifestação de religiosidade popular e atestam que deve ser explorado seu potencial turístico em apresentação de encontros folclóricos.

Além do mais, a população carmelitana acredita que os principais fatores de manutenção dos grupos estão associados à fé, à tradição familiar, às promessas, e à tradição da cidade. Consideram ainda que existe um mínimo apoio por parte da Igreja Católica, além de destacar o descaso em relação ao poder público municipal no apoio à manutenção destas práticas.

A população salienta o conhecimento acerca de muitos devotos que oferecem ou já ofertaram alguma refeição aos foliões/pastores como forma de retribuição ou pagamento de promessa por graças recebidas atribuídas aos Santos Reis ou ao Menino Jesus.

Constata-se a afirmativa por parte da população em relação ao dever do poder público municipal no apoio aos grupos de Companhias de Reis e do Menino Jesus presentes no município, além de reconhecerem a importância de se trabalhar com a educação patrimonial nas escolas do município, de modo a contemplar conteúdos relativos aos bens culturais locais, incluindo as Companhias de Reis e do Menino Jesus. Acreditam na importância de se ofertar nas escolas oficinas de música (instrumental e coro), em período de contraturno que trabalhe com a temática das Companhias de Reis e do Menino Jesus.

TABELA 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO CARMELITANA E TURISTAS

(continua)

<p>1-Você tem algum conhecimento sobre as Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro (MG)?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 98,5% • Não: 1,5% 	<p>8-Conhece alguma pessoa que já recebeu uma graça mediante uma promessa oferecida aos Santos Reis ou ao Menino Jesus?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 77,9% • Não: 22,1%
<p>2-Você tem algum conhecimento sobre a Companhia do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG)?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 89,4% • Não: 10,6% 	<p>9-Conhece alguém que oferece almoço ou jantar as Companhias do Carmo por motivo de uma graça alcançada?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 92% • Não: 8%
<p>3-Você já presenciou alguma apresentação das Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro (MG)?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 96,5% • Não: 3,5% 	<p>10-Conhece alguém que participa em alguma função nas Companhias de Reis ou do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 95% • Não: 5%
<p>4-Você já participou de alguma chegada das Companhias de Reis ou do Menino Jesus em Carmo do Rio Claro (MG)?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 81,4% • Não: 18,6% 	<p>11-Você acredita que a população de Carmo do Rio Claro acolhe bem as Companhias durante suas visitas nas casas?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 94% • Não: 4,5% • Não Sei: 1,5%
<p>5-Como você vê as Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG)? *Poderá ser marcada mais de uma opção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como algo religioso: 96% • Como algo turístico: 37,2% • Como algo educacional: 31,7% • Como algo econômico: 4% • Outro: cultural; folclórico; meio de vida; tradição; parte histórica; patrimônio cultural. 	<p>12-Você sabia que as Folias de Reis foram registradas como patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais no ano de 2017?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 65,3% • Não: 34,7%
<p>6-Você ou alguém da sua família já receberam alguma das Companhias em suas casas durante suas visitas?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 92% • Não: 5,5% • Não Sei: 2,5% 	<p>13-Você acha importante o apoio da prefeitura às Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro (MG)?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 98% • Não: 2%
<p>7-O que você acha que mantém a tradição das Companhias de Reis e do Menino Jesus em Carmo do Rio Claro (MG)? *Poderá ser marcada mais de uma opção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Fé: 83,9% • A tradição Familiar: 66,8% • As promessas aos Santos Reis: 63,8% • A tradição da cidade: 60,8% • As promessas ao menino Jesus: 51,3% • O suporte da Igreja Católica: 8% • A participação do poder público: 2,5% • A economia: 0,5% • Não Sei: 0% • Outro: devoção e dedicação dos foliões. 	<p>14-Você acha que o ensino sobre o patrimônio cultural de Carmo do Rio Claro (MG) (incluindo as Folias de Reis), deveriam ser trabalhados por professores nas escolas do município?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 93,5% • Não: 6,5%
	<p>15-Você acredita que seria importante ofertar oficinas de canto e de instrumentos, sobre as Companhias de Reis e menino Jesus nas escolas municipais em projetos de contra turno para crianças que se interessarem?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 91% • Não: 4,5% • Não Sei: 4,5%
	<p>16-Você acha importante manter a tradição das Companhias de Reis e do Menino Jesus em Carmo do Rio Claro (MG)?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 99% • Não: 1%

TABELA 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO CARMELITANA E TURISTAS

(conclusão)

17-Você já foi a algum encontro Folclórico assistir apresentações de Companhias de Reis ou do Menino Jesus? <ul style="list-style-type: none"> • Sim:87,4% • Não: 12,6% 	21-Gênero: <ul style="list-style-type: none"> • Feminino: 55,8% • Masculino: 43,7% • Outro: 0,5%
18-Você acha que os encontros folclóricos com a apresentação de Companhias de Reis e do Menino Jesus são atrativos turístico para a cidade de Carmo do Rio Claro (MG)? <ul style="list-style-type: none"> • Sim: 94,5% • Não: 5,5% 	22-Ano em que Nasceu: 23-Cidade onde nasceu: <ul style="list-style-type: none"> • Carmo do Rio Claro: 78,4% • Outra: 21,6%
19-Marque as celebrações que você já participou em Carmo do Rio Claro: *Poderá ser marcada mais de uma opção. <ul style="list-style-type: none"> • Celebrações Semana Santa: 88,9% • Subida da Serra da tormenta com intuito religioso: 75,9% • Celebrações natalinas: 72,4% • Festa procissão da Padroeira- Nossa Senhora do Carmo: 63,8% • Festa do Bom Jesus dos Aflitos do Itacy: 58,3% Nunca participei de nenhuma destas celebrações: 4%	24-Cidade onde vive: <ul style="list-style-type: none"> • Carmo do Rio Claro: 78,4% • Outra: 21,6% 25-Profissões: <ul style="list-style-type: none"> • 84 *Profissões declaradas.
20-Qual sua religiosidade? <ul style="list-style-type: none"> • Católico: 86,9% • Outra: 10,5% • Evangélico: 1,5% • Não acredito em religião: 2,5% 	26-Renda Mensal: <ul style="list-style-type: none"> • Não possuo renda: 12,9% • Até um salário mínimo: 20,1% • De 1 a 5 salários: 53,6% • De 5 a 10 salários: 8,2% • De 10 a 20 salários:4,1% • Acima de 20 salários: 1%

Nota: *Profissões declaradas: 1 açougueiro, 1 administrador, 1 administrador público, 4 advogados, 5 agentes administrativos, 1 agricultora, 1 ajudante, 1 ajudante de cozinha, 1 analista fiscal, 1 analista de negócios, 6 aposentados, 2 arquitetos, 1 artesã, 2 assistentes administrativos, 1 assistente social, 4 autônomos, 3 auxiliares de escritório, 1 babá, 5 balconistas, 2 bancários, 5 cabeleireiros, 1 cinegrafista, 1 chefe do patrimônio cultural e museus, 5 comerciantes, 1 consultora de vendas, 2 costureiras, 4 cuidadores de idosos, 1 dentista, 1 designer, 1 diarista, 1 diretora, 1 doceira, 1 doméstica, 6 do lar, 1 economista, 5 enfermeiros, 1 engenheiro civil, 1 engenheiro florestal, 10 empresários, 7 estudantes, 1 farmacêutico, 1 fisioterapeuta, 3 fotógrafos, 2 funcionários público, 2 gerentes administrativos, 1 gerente executiva, 1 gerente de vendas, 2 indigenistas, 1 jardineiro, 2 jornalistas, 1 líder de produção, 1 Imaquiadora, 1 mecânico, 1 médico, 1 microempresária, 1 monitora infantil, 2 motoristas, 1 nutricionista, 1 operador de máquinas, 1 paisagista, 3 pedreiros, 1 pescador, 1 policial militar, 1 presidente do conselho municipal de cultura, 2 pintores, 1 pintor automotivo, 2 produtores rurais, 18 professoras, 1 professor universitário, 2 psicólogas, 1 publicitária, 2 radialistas, 1 recepcionista, 1 relações públicas, 4 servidores públicos, 3 secretarias, 1 segurança, 1 serviços gerais, 1 tecelão, 5 técnicos de enfermagem, técnico em eletrônica, 1 técnico informática, 1 turismóloga, 4 vendedores.

CAPÍTULO IV

POLÍTICAS CULTURAIS

O início das práticas relativas à preservação de bens culturais no ocidente, de acordo com Sant'anna (2003), está associada à ideia de monumento com a perspectiva de valorização histórica ou artística. Assim, desde o Renascimento até o século XVIII, estas preservações reportavam-se aos edifícios da antiguidade clássica gregas e romanas.

Após a Revolução Francesa, Sant'anna (2003) afirma que a noção de monumento passa ser vinculada ao conceito de patrimônio nacional, ou seja, ao campo das representações para fins políticos de unir grupos heterogêneos a uma identidade ou a um projeto de nação, além de construir um campo de embate de forças para preservação de um passado mais recente. “Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, por meio de construtos que as comemoram, narram ou representam, diz respeito a todas as sociedades humanas.” (SANT'ANNA, 2003, p. 49).

Nesse sentido, ao longo do século XIX, os países europeus privilegiavam a preservação de edificações e objetos de arte relacionados aos conceitos de grandeza e excepcionalidade. As noções de autenticidade e permanência, de acordo com Sant'anna (2003), fundam a prática de preservação ocidental conduzindo a criação de instrumentos de proteção, guarda e conservação que os mantenha de forma íntegra a maior temporalidade possível.

Segundo Di Méo (2014), desde o século XIX, processos desencadeados pela ação global ocasionaram deslocamentos conceituais e atribuição de valoração cultural de patrimonialização, tais como do privado ao público, do sagrado ao profano, do material ao imaterial, do objeto ao território, da cultura a natureza. Nesse sentido, processos de patrimonialização se efetivaram mediante formulações de procedimentos de salvaguarda, de conservação e de valorização dos patrimônios.

A expressão “direitos culturais”, conforme Fonseca (2017), surgiu em 1918 pela constituição soviética, mas só foi reconhecida internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, por meio da Declaração de Direitos do Homem (artigo 22⁸¹).

Sant'anna (2003) reitera que somente após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão cronológica, tipológica e geográfica, é que o mundo ocidental começou a visualizar

⁸¹ Artigo 22: Direito a Proteção Social: Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país. Disponível em <https://nacoesunidas.org/artigo-22-direito-a-protecao-social/>. Acesso em 20/11/2019.

os processos e práticas culturais como bens patrimoniais e como forma de reificação ou representação.

No contexto do pós guerra, Abreu (2007) afirma que a difusão internacional do conceito antropológico de cultura começou a ganhar expressão através de antropólogos como Franz Boas e Bronislaw Malinowski, que traçavam noções correlatas de “diversidade, valorização da diferença, contextualização, relativização”, que emergem como estratégia na luta “contra o racismo, o evolucionismo e a hierarquização dos povos numa história única e linear baseada em critérios de progresso e civilização.” (ABREU, 2007, p. 57).

Nesta conjuntura do pós-guerra e da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Abreu (2007) salienta que foi criada no Brasil a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, entre os anos de 1947 e 1964, de maneira a estimular a produção de importantes trabalhos sobre lendas, costumes, mitos, rituais, festas, celebrações, saberes e modos de fazer artesanais, culinária, música, arte e cultura popular.

No entanto, o reconhecimento internacional de processos e práticas culturais de natureza imaterial só foram consideradas no ano de 1972, durante a Convenção da UNESCO de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Ocasão esta, em que países do terceiro mundo reivindicaram a proposição de instrumentos de proteção às manifestações populares de valor cultural. De acordo com o autor, isso foi possível devido:

A antropologização do conceito de cultura, que passou a abranger a atividade humana em geral e as manifestações de qualquer grupo humano, o que levou à consciência da necessidade de defender as culturas ‘primitivas’, ou de ‘minorias’, ameaçadas por culturas mais poderosas. (FONSECA, 2017, p. 75).

Corroborando com essa ideia, Pelegrini (2009) ressalta que a relevância atribuída aos bens de natureza imaterial é praticamente nova entre os países ocidentais, mas não entre os países orientais, nos quais a preservação das tradições incide mais na valorização da transmissão dos “saberes” do que dos objetos resultantes de tais conhecimentos. Em 1950 foi implantada no Japão a primeira lei com o objetivo de apoiar pessoas e grupos que mantêm as tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas que compõe esse patrimônio.

A autora coloca ainda, que somente em 1989 os países ocidentais em resposta à 25ª Conferência Geral da Unesco, passaram a considerar tais questões por meio da “Recomendação da salvaguarda da cultura tradicional e popular”⁸². Esse documento sintetiza a preocupação com a “identificação, registros, inventários, suporte econômico, introdução de seu conhecimento no

⁸² Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em 14/12/2019.

sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais.” (PELEGRINI, 2009, p. 22).

De acordo com este documento a cultura tradicional e popular se define enquanto:

[...] o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressões de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. (UNESCO, 1989).

É possível observar que a França, com base no sistema proposto pela Unesco “Tesouros Vivos”, absorveu como referência propostas bem-sucedidas de países asiáticos como o Japão e foi um dos primeiros países a organizar uma política de apoio aos mestres de ofícios tradicionais, com vistas à transmissão de técnicas as novas gerações.

Já no contexto brasileiro, as políticas de preservação patrimonial iniciaram-se na década de 1930 e tiveram como precursor o poeta modernista e visionário Mário de Andrade, que em 1936 propôs ao Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (SPHAN) o anteprojeto⁸³ que incluía uma definição ampla de patrimônio e propunha o reconhecimento das manifestações de cultura popular e do folclore nacional⁸⁴. No entanto o Dec. Lei 25, aprovado em 1937, aplicava-se somente ao tombamento de bens materiais, cujo privilégio estava direcionado à preservação de edifícios e obras de arte erudita. Segundo Dos Santos (2018), essas preocupações de Mário de Andrade com a preservação dos monumentos e das manifestações de caráter popular são anteriores à sua colaboração com o SPHAN.

Desde o momento em que se faz aprendiz de turista e empreende viagens de observação e descoberta pelo Brasil (1924, Minas Gerais; 1927, Nordeste e Amazônia; 1928 e 1929, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba), produzindo crônicas e fotografias, visitando obras de arquitetura, coletando documentação musical, observando as danças dramáticas e ensaiando estudos sobre a religiosidade popular e desde o momento em que se lança ao trabalho apaixonado de reconhecimento e valorização das manifestações da arte popular, Mário de Andrade começa a reconhecer a necessidade de prever o estudo, o reconhecimento e até a proteção dessas mesmas manifestações. Essa ação é primeiro formalizada no texto do Anteprojeto para o SPHAN, mas é de fato ‘institucionalizada’ em 1936, com a criação, no âmbito do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, da Sociedade de Etnografia e Folclore, que trabalhou para orientar, promover e divulgar os estudos etnográficos e folclóricos promovendo o Curso de Etnografia, e patrocinando excursões de coleta de material de estudo. (DOS SANTOS, 2018, p. 23).

⁸³ De acordo com o IPHAN ‘a preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil têm muito de seu DNA e, sem dúvida, o anteprojeto de criação do SPHAN significa sua certidão de nascimento’. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade>. Acesso em 04/11/2019.

⁸⁴ Além de Mário de Andrade, figuras atuantes no campo da literatura como Sílvio Romero, José Veríssimo, Arípide Júnior, Euclides da Cunha, Afonso Arinos e Gustavo Barroso escreveram importantes títulos acerca do folclore nacional. (Abreu, 2007).

A esse respeito, Contier (2004) ressalta a importância de Mário de Andrade, entre as décadas de 1920 a 1940, enquanto protagonista pela busca por traços de identidade nacional, pois participou na organização de expedições, pesquisas científicas e registros sobre a etnografia e folclore brasileiro, com intuito de consolidar o conceito de brasilidade segundo os pressupostos modernistas.

A criação do SPHAN⁸⁵, em 1937, por Gustavo Capanema⁸⁶, efetivou-se em meio ao projeto implementado por uma nova elite de bases urbanas em oposição às velhas elites agrárias, ou seja, “sob orientação de uma ideologia nacionalista, autoritária.” (GONÇALVES, 1996, p.39). Corá (2014) destaca ainda a colaboração de intelectuais e ativistas culturais brasileiros como Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Candido Portinari, Lúcio Costa, Mario de Andrade e outros que desempenharam atuações inovadoras no campo da cultura.

Para Santos (1996), a criação da “Academia do SPHAN”, sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, nasceu ancorada na ideia básica de que o espírito público que visava consolidar a legitimidade de um grupo específico de intelectuais, acabou por dar prioridade a tombamentos de bens móveis e imóveis ligados a valores históricos/estéticos, pautados no discurso patriótico de identidade-nação que transformava objetos imersos no anonimato em objetos monumentos.

Diante desse contexto político ideológico, Santos (1996) observa que o estado de Minas Gerais, desde a criação do SPHAN, esteve à frente das reflexões e discussões sobre políticas de preservação patrimonial devido ao seu vasto referencial arquitetônico e artístico do período colonial e que é considerado símbolo de um período brasileiro e/ou marca de um estilo artístico de reconhecimento nacional.

O barroco mineiro, pertencente ao século XVIII, recebeu nesse período maior notoriedade e preservação pela ação do SPHAN, avaliado como expressão-símbolo emblemático da totalidade da nação brasileira e era considerado pelos intelectuais como aquele que continha o legado mais original do período Brasil-colônia.

⁸⁵ SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁸⁶ Em 1936, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, aprovou o projeto de Mário de Andrade, que propôs a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Mário, que até então dirigia o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, indicou o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para a direção do Sphan. Ele assumiu a direção oficialmente em 1937 e durante 30 anos dedicou-se à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir daí a proteção dos bens patrimoniais do país passou a ser sua atividade principal, deixando em segundo plano a literatura, o jornalismo e a advocacia. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>. Acesso em: 22/10/2019.

Como nos revela Gonçalves (1996), a partir de 1979 avanços significativos ocorreram no país em relação à ideia de patrimônio cultural, período este em que Aloísio Magalhães⁸⁷ esteve à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A partir de então, iniciou-se uma nova política em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro que aos poucos substituiu a notoriedade, dada pela gestão anterior, ao conceito de “patrimônio histórico e artístico” por “bens culturais”, cuja ênfase passa a efetivar-se mais no presente e na diversidade cultural, que no passado, pois considera-se os bens culturais como parte integrante da vida cotidiana de distintos segmentos da sociedade.

Nesse novo contexto, as diretrizes voltadas às políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, tal como o estatuto do tombamento, eram incompatíveis à proteção de bens de cultura popular, “visto que esses bens estão inseridos em uma dinâmica de uso, expressam valores de outra ordem que não as concepções cultas de história e de arte.” (FONSECA, 1996, p. 160).

Gonçalves (1996) observa que a nova política do IPHAN, aproximava-se dos ideais do projeto original de Mário de Andrade, com sua visão pluralista, democrática e antropológica de Brasil, que propunha o destaque para as diferentes formas da cultura popular.

O discurso de Aloísio Magalhães trazia a ideia de representação da nação brasileira como uma totalidade cultural diversificada e em permanente processo de transformação e desse modo “era necessário preservar a heterogeneidade cultural para garantir o desenvolvimento.” (GONÇALVES, 1996, p. 63).

Durante os anos 1970 e 80, Fonseca (1996) acredita que após a fase mais dura de repressão do regime militar, a noção de segurança nacional foi abolida em nome de conceitos como pluralidade cultural e desenvolvimento cultural.

Já no final dos anos 70, foi criada na Fundação Nacional Pró-Memória⁸⁸ a área de Etnias e Sociedade Nacional, sendo esta responsável pelo tombamento, em 1982, do Terreiro

⁸⁷ Sua importância para a cultura brasileira foi quando, em 1975, sob a coordenação de Aloísio Magalhães, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), inicia suas atividades nas dependências da Universidade de Brasília. A gestão de Aloísio Magalhães inseriu no âmbito das políticas públicas de cultura o reconhecimento dos bens culturais não mais por valores estéticos ou com características ‘eruditas’, mas pelo valor que a sociedade atribuía aos mesmos. Dessa maneira, as manifestações de grupos e comunidades passam a ter seu protagonismo, agora, nas mãos de seus detentores. A síntese dessa visão poderia ser representada pela frase ‘a comunidade é a principal guardiã do bem cultural’. [...] Ao priorizar o produto cultural como processo, na relação direta com o agente produtor e seu meio-ambiente, Aloísio Magalhães inseriu no discurso sobre patrimônio cultural o sujeito homem em suas mais diversas manifestações. Seu legado está na Constituição brasileira e na consagração do patrimônio imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>. Acesso em: 22/10/2019.

⁸⁸ A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado do SPHAN, formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural. Tinha por função ‘contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País’

da Casa Branca em Salvador (BA), em 1982; fato este que marca a ampliação do conceito de patrimônio cultural e de reconhecimento da religiosidade e cultura de matriz africana. A criação da Fundação Pró-Memória e do Centro Nacional de Referência Cultural possibilitou o registro etnográfico de várias manifestações culturais no país, porém, não havia a proposição de instrumentos efetivos de preservação.

Mais adiante, através da Constituição Federal de 1988, os artigos 215 e 216, possibilitaram um avanço significativo em relação à legislação nacional de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro, pois ampliou-se o conceito de patrimônio cultural. No artigo 215, ficou estabelecida a garantia de direitos culturais de apoio, incentivo, defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, produção, promoção, e a difusão de bens culturais, além da formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões.

O artigo 216⁸⁹ define enquanto patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais.

Todavia, foi através do Dec. Lei nº 3.551/2000 que se definiu o estatuto voltado à salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial, na qual criou-se formas de acautelamento com a possibilidade de registro em quatro categorias: saberes, formas de expressão; celebrações e lugares.

A partir destes avanços o IPHAN elaborou a metodologia denominada de Inventário de Referências Culturais - INRC 2000 -, em que prevê três categorias de abordagem durante o processo de reconhecimento e patrimonialização dos bens de natureza imaterial: levantamento preliminar, identificação, documentação (registro).

Em relação ao processo de registro, Sant'anna (2003) evidencia que este corresponde a um trabalho técnico mais aprofundado de natureza etnográfica, que “permite identificar de

(BRASIL, 1979, art. 1). A Fundação, criada para dar agilidade ao órgão administrativo da política de proteção ao patrimônio cultural, SPHAN, gozava de relativa liberdade para a obtenção e administração de recursos, os quais podiam ser adquiridos por meio de repasses orçamentários públicos, mas também por doações provenientes de quaisquer entidades públicas ou privadas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. Acesso em: 22/10/2019.

⁸⁹ Em seu parágrafo 6º cabe evidenciar que: ‘É facultado aos estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais’. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 58).

modo bastante preciso as maneiras mais adequadas de apoio a sua continuidade.” (SANT’ANNA, 2003, p. 55).

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente destas manifestações, em suas diferentes versões, tornando estas informações acessíveis ao público. O objetivo é manter a memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode ‘preservá-los’. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção diversa daquela prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação. (SANT’ANNA, 2003, p. 55).

Ainda em relação ao instrumento de registro, Da Silva (2011) sublinha que:

Trata-se de um importante instrumento legal de preservação na medida em que justifica o desenvolvimento de projetos e avalia a execução de políticas públicas voltadas à proteção, salvaguarda e continuidade dessa manifestação hoje para as gerações futuras. O registro favorece o desenvolvimento de programas e ações governamentais, pode ser usado para estimular mobilizações reivindicatórias em prol da implantação de ações preservacionistas capazes de garantir a profusão de manifestações culturais populares e criar condições para sua sustentabilidade, ou ainda, servir para suscitar a consciência da preservação do bem por parte de atores e agentes sociais. (DA SILVA, 2011, p. 5).

Em âmbito internacional, a 32^a sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura, sediada em Paris no ano de 2003, assegurou a importância do Patrimônio Cultural Imaterial como “fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável.” As finalidades deste evento estavam voltadas à salvaguarda, ao respeito, à conscientização e cooperação ao patrimônio cultural imaterial no plano local, nacional e internacional.

A convenção estabeleceu ainda em seu artigo 2, as seguintes definições em relação patrimônio cultural imaterial e salvaguarda:

1. Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável.

2. O ‘património cultural imaterial’ tal como é definido no parágrafo I supra, manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios: (a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; (b) artes do espectáculo; (c) práticas sociais, rituais e actos festivos; (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais.

3. Entende-se por ‘salvaguarda’ as medidas que visam assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão - essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspectos deste património. (UNESCO, 2003).

Dentro dessa ótica, de acordo Abreu (2007), o conceito antropológico de cultura vem atravessando diferentes segmentos sociais. No final do século XX, as culturas passaram a ser cada vez mais valorizadas em suas singularidades de modo a entrar no debate do patrimônio cultural de maneira firme e decisiva, a tornar visível uma pluralidade de grupos e interesses que até então permaneciam à margem da sociedade.

Neste novo cenário, o Estado, seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, já não atua sozinho na identificação e seleção de bens culturais a serem protegidos, tombados ou valorizados. Cada vez mais é preciso ouvir a sociedade civil, estabelecer parcerias, acordos, compromissos. (ABREU, 2007, p. XX).

A partir da presente exposição, buscar-se-á, em sequência, o entendimento da legislação em políticas culturais presente no estado de Minas Gerais, pois entende-se que esses aparatos jurídicos servirão como suporte para discussões em âmbito municipal, de modo a efetivar-se o registro das Companhias de Reis e do Menino Jesus como patrimônio cultural imaterial do município de Carmo do Rio Claro (MG).

4.1 POLÍTICAS CULTURAIS EM MINAS GERAIS

A efetivação de políticas públicas culturais voltadas à preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais instituiu-se através da Lei 5775 de 30/09/1971, com a criação do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). Órgão este de colaboração com o IPHAN, cuja finalidade consiste em exercer a proteção no território do estado de Minas Gerais, dos bens culturais móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, de que tratam o Decreto-Lei Federal n. 25, de 30 de novembro de 1937.

O atual estatuto do IEPHA/MG encontra-se estruturado a partir do decreto de lei 47400/2018 e, em seu Art. 2º, aponta como competências: pesquisar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural no estado, assim entendidos os bens de natureza material e imaterial que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos

formadores da sociedade mineira, nos termos do disposto na Constituição da República e na Constituição do Estado, tal como nas atribuições contidas em seus parágrafos III, XI e XII de:

- III – promover a identificação, o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio cultural do estado, por meio de medidas administrativas como inventário, registro, tombamento e outras formas de acautelamento;
- XI – prestar assessoramento a instituições públicas e privadas e a interessados na elaboração de pesquisas, projetos, inventários, obras de conservação, restauração e intervenção em bens culturais materiais ou imateriais acautelados nas demais esferas ou de interesse cultural, segundo critérios de conveniência e oportunidade;
- XII – prestar assessoramento aos municípios na implantação, no desenvolvimento e na execução de política municipal de proteção dos bens culturais, segundo critérios de conveniência e oportunidade; (ALMG, 2018).

Diante de tal legislação, o § 1º atesta que são considerados patrimônio cultural material e imaterial do Estado de Minas Gerais, os bens que façam referência à identidade cultural e à memória social do estado, acautelados na forma da lei:

- I – Núcleos e conjuntos urbanos e paisagísticos;
- II – Edificações públicas e privadas de qualquer natureza ou finalidade;
- III – Sítios arqueológicos e paisagísticos;
- IV – Bens móveis, obras de arte integradas, equipamentos urbanos, marcos e objetos isolados ou integrados à arquitetura e aos conjuntos urbanos;
- V – Objetos arqueológicos e suportes de técnicas construtivas tradicionais;
- VI – Tradições, costumes, rituais, festas das comunidades, manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas;
- VII – Outros bens e direitos de valor cultural e interesse de preservação. (ALMG, 2018).

Já o decreto estadual 42505 de 15/04/2002, atrelado ao decreto nacional de nº 3.551 de 04/08/2000, instituiu as formas de registros de bens culturais de natureza imaterial ou intangível presentes no estado de Minas Gerais, de modo que seu § 1º define que o registro será efetuado em quatro livros, a saber:

- I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas. (ALMG, 2002).

Nesse contexto, a partir da implementação da lei Robin Hood⁹⁰ 12040/1995 constata-se o engajamento do IEPHA/MG em estabelecer um efetivo programa político de gestão pública estadual em parceria com os municípios de modo a promover a preservação e salvaguarda de bens culturais no estado de Minas Gerais.

Legislação esta, atrelada ao “ICMS⁹¹ Patrimônio Cultural” dos municípios. A consolidação da lei Robin Hood se afirmou por meio da lei 18.030⁹², de 12 de jan. de 2009, que tem como responsável por sua gestão o IEPHA/MG que acompanha, gerencia e fiscaliza os municípios por meio de programa anual, além de estabelecer normatizações em edital que propõe diretrizes e critérios como pré-requisitos para efetivação de repasses de recursos financeiros aos municípios atuantes. Em contrapartida, os municípios anualmente devem prestar contas ao órgão estadual através de documentação que comprove sua efetividade na gestão de seus bens culturais através da promoção, preservação e ações de salvaguarda.

Pioneira na gestão de políticas públicas de municipalização, a legislação atua com medidas descentralizadoras de autonomia política e fiscal por meio da distribuição de recursos destinados à proteção do patrimônio cultural dos municípios mineiros.

Para participação ao ICMS Patrimônio Cultural, os municípios devem seguir as regras das deliberações normativas⁹³ em vigor. Apresenta-se como exemplo, em sequência, as exigências⁹⁴ definidas na Deliberação Normativa do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP 06/2018 - exercício 2020, para os quadros e seus respectivos conjuntos documentais:

Quadro I – GESTÃO:

- A) Política Municipal de proteção ao patrimônio e outras ações.
- B) Investimentos e despesas financeiras em bens culturais protegidos.

Quadro II – PROTEÇÃO:

- A) Inventário de proteção do patrimônio cultural.
- B) Processos de Tombamento de bens materiais, na esfera municipal.
- C) Processos de Registro de bens imateriais, na esfera municipal.

Quadro III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO:

⁹⁰ Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>. Acesso em 24/06/2019.

⁹¹ Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

⁹² Art. 1º A Lei nº 18.030/2009 estabelece que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG deverá fornecer os dados para o cálculo do Índice de Patrimônio Cultural (PPC) do Município para efeito da transferência do ICMS aos municípios. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/DN_CONEP_20_2018_EXERC_2021_Site_IEPHA_MG.pdf.

Acesso em 14/12/2019.

⁹³ As deliberações normativas são aprovadas pelo CONEP (Conselho Estadual do Patrimônio Cultural) que define anualmente as regras para envio de documentação comprobatória da efetividade de ações de preservação.

⁹⁴ As atividades desenvolvidas no ano base devem ser documentadas (comprovantes diversos, declarações, cópias xerox, fichas de inventário, laudos do estado de conservação dos bens protegidos, relatórios diversos, fotografias, filmagens etc.) e apresentadas para análise, a qual se desenvolverá na ação e preservação.

Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural#como-funciona>. Acesso em: 10/09/2018.

- A) Laudos técnicos do estado de conservação dos bens materiais protegidos, na esfera municipal.
- B) Relatórios de implementação das ações e execução do plano de salvaguarda dos bens protegidos por registro, na esfera municipal.
- C) Programas de educação para o patrimônio, nas diversas áreas de desenvolvimento.
- D) Difusão do patrimônio cultural. (ALMG, 2009).

Em relação à efetivação de registros de bens culturais de natureza imaterial, o estado de Minas Gerais regulamentou através da deliberação do CONEP nº 20/2018⁹⁵, os procedimentos necessários a ser seguidos por seus municípios:

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Registro é um instrumento de proteção de bens de natureza imaterial. Seu objetivo é valorizar os diversos grupos sociais que compõem a comunidade local, fazendo com que sua cultura seja reconhecida como parte integrante do patrimônio cultural, e poder oferecer meios que possam garantir sua permanência e continuidade. Segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, 'entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana'. Os bens culturais de natureza imaterial podem ser registrados nas esferas federal, estadual ou municipal. Só poderão ser objeto de Registro as manifestações culturais vigentes.

2. PROCESSO DE REGISTRO

O Processo de Registro é constituído por um conjunto de documentos técnicos e administrativos, que fundamentam, justificam e legalizam o reconhecimento da proteção do bem imaterial no contexto da municipalidade. Dentre os documentos que compõem os Processos de Registros Municipais, deverão ser encaminhados, para efeito de pontuação no ICMS Patrimônio Cultural, apenas os documentos técnicos e administrativos relacionados abaixo: 2.1 Introdução: apresenta o Bem Cultural e explicita a origem do pedido de registro e a metodologia utilizada no processo. 2.2 Histórico do Bem Cultural: deverá estar contextualizado na história do município, principalmente sob o ponto de vista antropológico e social, especificando a sua contribuição para a cultura da comunidade detentora do bem. 2.3 Entrevista: no mínimo, de três pessoas detentoras da vivência referente à manifestação cultural a ser registrada. Podem ser apresentados transcritos ou em gravação de áudio. 2.4 Análise Descritiva do Bem Cultural: descrição pormenorizada do bem cultural que contemple a identificação dos atores e significados atribuídos a ele, de cada etapa dos processos de produção, circulação e consumo, do contexto cultural específico e outras informações pertinentes. Esta análise deve justificar as razões que tornam o bem portador de referência à identidade e à memória dos diversos grupos formadores da sociedade. 2.5 Documentação Audiovisual: audiovisuais que contemplem aspectos culturalmente relevantes e diretamente relacionados do bem imaterial registrado. Os vídeos devem ser enviados nos formatos AVI, MOV, WMV ou MPG. 2.6 Documentação Fotográfica: mínimo de 20 fotos, contemplando cada aspecto tratado na descrição do bem imaterial. As fotos deverão ser coloridas, impressas e legendadas com dados relativos à etapa do processo de recriação, datadas e com autoria. Se houver necessidade, podem ser enviadas mais fotos. 2.7 Plano de Salvaguarda: medidas de

⁹⁵ Disponível em:

http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/DN_CONEP_20_2018_EXERC_2021_Site_IEPHA_MG.pdf. Acesso em 14/12/2019.

valorização e salvaguarda adequadas às demandas de preservação do bem cultural, cujo plano deve ser composto por, no mínimo: 2.7.1 Diagnóstico da situação do bem cultural imaterial na ocasião do início da instrução do processo de Registro; 2.7.2 Diretrizes para a valorização e a continuidade do bem junto à comunidade com descrição detalhada das ações a serem desenvolvidas. As diretrizes devem ser preferencialmente elaboradas conjuntamente com a comunidade detentora do saber; 2.7.3 Cronograma gráfico, com a previsão, no mínimo, para os próximos dois anos, do desenvolvimento de cada ação de proteção e salvaguarda. 2.8 Referências Bibliográficas: as fontes (bibliográficas, arquivísticas e orais) deverão ser informadas de acordo com as normas da ABNT. 2.9 Ficha técnica deste Conjunto Documental a qual deverá incluir o nome ‘Processo de Registro xxx’ (nome do bem cultural), nome, formação profissional, função desempenhada e assinatura dos responsáveis técnicos e servidores do Setor Municipal que participaram dos trabalhos, bem como a data de elaboração do processo de registro. 2.10 Cópia do pedido de registro encaminhada ao Setor Municipal-SEMPAC. 2.11 Declaração de Anuência da comunidade e/ou de seu representante: Parágrafo único: A Declaração de Anuência da comunidade, e/ou de seu representante, é um documento fundamental para a instauração do Processo, pois o pedido de registro deve se dar sempre com a participação da comunidade produtora do bem e/ou de seus membros. Os detentores, junto aos demais atores sociais envolvidos com o bem cultural, têm que participar de todo o processo, desde a expressão formal de concordância com o pedido de Registro até a construção do Plano de Salvaguarda. 2.12 Cópia da ata da reunião do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural que aprova o registro do bem imaterial, destacado com marca-texto o trecho que trata deste assunto; 2.13 Cópia(s) da(s) publicidade, em veículo de grande circulação no município, da decisão sobre a aprovação do registro pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural; 2.14 Cópia das eventuais manifestações. Caso haja impugnação ao registro, o município deverá encaminhar cópia da mesma, acompanhada da resposta apresentada; 2.15 Cópia da inscrição no Livro de Registro Municipal, conforme definido na legislação municipal de proteção. §1º O pedido de Registro poderá ser feito por qualquer cidadão, entidade ou associação civil, membro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, por órgão ou entidade pública ou privada que detenha o conhecimento específico sobre a matéria. §2º Todo pedido de registro deve ser acompanhado de uma Declaração de Anuência, assinada pelos detentores/representantes do bem imaterial (item 2.11). §3º O pedido de registro será protocolado na Prefeitura e endereçado ao Setor Municipal SEMPAC. §4º O Setor encaminhará ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural o pedido de registro o qual, após avaliação dos documentos, votará pelo início do procedimento de instrução do processo. §5º O procedimento de instrução deverá ser realizado pelo Setor Municipal-SEMPAC, com a participação do proponente, da comunidade produtora do bem, de seus membros designados como representantes ou, quando for o caso, de instituições públicas ou privadas afins que detenham conhecimentos específicos sobre a matéria. §6º O Setor Municipal-SEMPAC, ao finalizar a produção do Processo, o encaminhará ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, para votar sobre a aprovação do registro do bem imaterial. §7º A decisão do Conselho (favorável ou desfavorável) será divulgada pelo Setor Municipal SEMPAC em meio de comunicação de grande circulação do município. Poderá, ainda, comunicar formalmente a decisão ao detentor do bem cultural. §8º Em caso de decisão desfavorável ao registro, o autor do pedido de registro deverá protocolar, no Setor Municipal-SEMPAC, recurso da decisão do Conselho no prazo definido pela lei municipal de proteção. Em próxima reunião, o Conselho decidirá se aceita ou não o recurso e, caso mantenha a decisão sobre a negativa do registro, deverá registrar tal fato em ata e o Setor Municipal-SEMPAC arquivará o estudo feito. §9º Deliberada a aprovação do registro, deverá ser divulgada a decisão do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, em veículo de grande circulação no município. §10º Deverá, então, ser providenciada a inscrição no(s) livro(s) de registro respectivo(s) para os bens imateriais.

3. RELATÓRIO DE REVALIDAÇÃO Após 10 anos da inscrição do bem cultural em um dos livros de Registro, o município deverá apresentar, para efeito de pontuação, o Relatório de Revalidação. (CONEP, 2019).

A partir do modelo apresentado, que visa descentralizar a gestão de políticas culturais no estado de Minas Gerais, com a disponibilização de incentivos fiscais para os municípios que promovem a valorização e salvaguarda de seus bens culturais, alcançou-se a proporção de 80% dos municípios com implementação e atuação de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural.

4.2 POLÍTICAS CULTURAIS EM CARMO DO RIO CLARO (MG)

Em Carmo do Rio Claro (MG), a institucionalização de políticas culturais voltadas à preservação de bens culturais tivera início com a criação da Lei nº 1.719/2005⁹⁶, que instituiu o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural como órgão de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, no que diz respeito à preservação dos bens de valor cultural.

Através da Lei 2.115/2011⁹⁷ foi criado o Conselho Municipal de Cultura (CMC), órgão vinculado ao departamento de Educação, Cultura e Cidadania, de caráter consultivo e deliberativo para ações culturais específicos pertencentes ao município.

Segundo Junio César O. Martins⁹⁸ é importante manter os dois conselhos em funcionamento, para que os usos dos recursos fiscais sejam aplicados em suas instâncias específicas, já que o fundo municipal de cultura está destinado à promoção de eventos e ações culturais das mais variadas formas, e o fundo municipal do patrimônio cultural só pode utilizar seus recursos para a salvaguarda de bens culturais do município.

Nesse contexto, entre os anos de 2007⁹⁹ e 2018, realizou-se uma série de ações em políticas culturais que resultaram no inventariado de 130 bens culturais, além de uma série de tombamentos e registros de bens culturais conforme apresenta a quadro em sequência:

⁹⁶ Legislação modificada pelo decreto de nº 3.648/2014.

⁹⁷ Legislação alterada pelo decreto nº 3.578 de 09 de junho de 2014.

⁹⁸ Junio César Oliveira Martins em entrevista relata que esteve à frente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Carmo do Rio Claro (MG) a partir do ano de 2013 a dezembro e permaneceu até 2015. Durante esse período, salienta que trabalhou com a prefeita Cida Vilela e com o prefeito Sebastião César (Tião Nara), ocupou cargos como coordenador do Museu do Índio, chefe da Seção de Cultura e da Seção de Turismo.

⁹⁹ Ações relativas à proteção do Patrimônio Cultural no município tiveram início no ano de 2007, quando foi elaborado um plano de inventário em que foram catalogados 110 bens culturais e encaminhados ao IEPHA/MG, além do tombamento da imagem sacra de Nosso Senhor dos Passos (2007/2009), entretanto, sem os devidos estudos técnicos.

QUADRO 3 - BENS CULTURAIS TOMBADOS		
Núcleos Históricos Urbanos Designação / Localização	Tombamento	Inventário Ano/Exerc.
1. Núcleo Histórico Urbano. Sede.	Tombamento Municipal provisório instalado em reuniões de 02/set/2015 e 04/nov/2015; notificações recebidas pelos proprietários em 19/nov/2015.	2015/2017
Conjuntos Urbanos Ou Paisagísticos Designação / Localização	Tombamento	Inventário Ano/Exerc.
2. Serra da Tormenta. Zona Rural.	Tombamento Municipal: Inscrição nº 07 no Livro de Tombo, em 27 de novembro de 2015.	2015/2017
Bens Imóveis / Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas Designação / Localização	Tombamento	Inventário Ano/Exerc.
3. Capela Nosso Senhor dos Passos. Praça irmãos de São Gabriel, s/nº. Sede.	Tombamento Municipal: Decreto nº 2.617 de 28 de junho de 2010.	2015/2017
Bens Móveis E Bens Integrados Designação / Localização	Tombamento	Inventário Ano/Exerc.
4. Imagem: Nosso Senhor dos Passos. Capela Nosso Senhor dos Passos. Praça irmãos de São Gabriel, s/nº. Sede.	Tombamento Municipal: Decreto nº 1.909 de 30 de janeiro de 2007.	2009
5. Imagem: Nossa Senhora das Dores. Capela Nosso Senhor dos Passos. Praça irmãos de São Gabriel, s/nº. Sede.	Tombamento Municipal: Decreto nº 2.613 de 22 de junho de 2010.	2009

Fonte: Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro (MG).

QUADRO 4 - BENS CULTURAIS REGISTRADOS		
Saberes / Localização	Registro	Inventário Ano/Exerc.
6. Tecelagem. Sede.	Registro Municipal: Inscrição nº 01 no Livro de Registros dos Saberes em 11 de novembro de 2015.	2015/2017
7. Doces. Sede.	Registro Municipal: Inscrição nº 02 no Livro de Registros dos Saberes em 11 de novembro de 2015.	2015/2017

Fonte: Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro (MG).

Observa-se ainda, que uma nova perspectiva delineou-se a partir de 2010, em razão do município se adequar à lei estadual 18.030, de 12 de jan. de 2009 (ICMS de Patrimônio Cultural), cujos recursos financeiros são repassados aos municípios mediante comprovação de

efetividade na gestão de seus bens culturais, por meio da promoção, preservação e ações de salvaguarda.

Já a legislação municipal que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial se define através da Lei Nº 2.249/2011. Desse modo, em seu Art. 1, § 1 constituem bens de natureza imaterial os processos de criação, manutenção e transmissão de conhecimentos, as práticas e as manifestações dos diversos grupos socioculturais que compõe a identidade e a memória do município, bem como as condições materiais necessárias ao desenvolvimento de tais procedimentos e produtos de natureza material derivados.

§ 2º O registro é o ato pela qual a Administração Municipal reconhece a legitimidade dos bens de culturais de natureza imaterial deste município, promovendo a Salvaguarda destes, por meio de identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento de seu desenvolvimento histórico, divulgação, apoio, dentre outras formas de acautelamento e preservação.

§ 3º O objetivo do ato de registro é proteger o exercício do direito à cultura aos diversos grupos que compõe a cidade, garantindo, no cotidiano do município, as condições de existência e a manutenção dos bens de culturais que lhes são referentes, sem tutela e controle das práticas e manifestações.(Lei Nº 2.249/2011, Câmara Municipal de Carmo do Rio Claro-MG¹⁰⁰).

4.2.1 GESTÃO CULTURAL EM CARMO DO RIO CLARO: EMBATES E DESAFIOS

Em entrevista, Junio César O. Martins e Jair Soares Junior¹⁰¹ descrevem que trabalharam em conjunto entre os anos de 2012 e 2016 como representantes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e chefia da Seção de Cultura - anexa ao poder executivo - com o propósito de instaurar uma nova política de gestão cultural de modo a obedecer, com rigor, os procedimentos técnicos necessários na promoção dos de Bens Culturais presentes no município de Carmo do Rio Claro (MG).

Em consonância com Junio César O. Martins, Jair S. Junior afirma que quando adentrou na chefia da Seção de Cultura, iniciou uma série de estudos acerca de políticas culturais e considerou que poderia resolver as demandas culturais do município por meio de uma legislação direcionada à preservação de bens culturais. De acordo com Jair S. Junior, novas articulações foram pensadas e amarradas de modo que “os próximos gestores que viessem a

¹⁰⁰ Disponível em http://cms.mediaplus.com.br/projetos/camaracarmorc/uploads/lei_texto/20171130142531.pdf. Acesso em 11/12/2019.

¹⁰¹Entrevista concedida ao autor em 16/01/2029. Jair Soares Junior relata que esteve à frente da Seção de Cultura de Carmo do Rio Claro (MG) de 2012 até a meados de 2014. Destaca que neste período foi presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e depois que saiu da Seção de Cultura permaneceu por mais um mandato no Conselho.

assumir a Seção de Cultura teriam que seguir todos os procedimentos e normativas técnicas.” (Entrev. JUNIOR, 2019).

Segundo Jair S. Junior, outra atitude proposta durante a sua gestão, foi a mudança de leis no estatuto interno¹⁰², e em conjunto com Junio César Oliveira Martins, explica que se instituiu a paridade de seus membros, composto pelo poder público e sociedade civil.

No que se refere às políticas culturais de preservação patrimonial, Jair S. Junior ressalta que os municípios mineiros que realizam o mapeamento de seus bens culturais, conseguem através do governo estadual, representado pelo IEPHA/MG, a contrapartida de benefícios fiscais. “Recursos que deveriam estabelecer um diálogo de contrapartida, atendendo os bens culturais de acordo com suas necessidades.” (Entrev. JUNIOR, 2019).

É necessário saber que existem benefícios fiscais para o setor cultural, independente do desejo particular de qualquer um. É uma lei de âmbito público, os grupos que representam uma cultura e geram recursos, têm direito e não cabe negociação. Quando você realiza o tombamento ou registro de um bem cultural, a proteção tem que existir independente de recursos. (Entrev. JUNIOR, 2019).

Nessa perspectiva, Junio César O. Martins explica que o trabalho em políticas culturais desenvolvido pelo município é gerido pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, o que resulta em uma pontuação anual que recai sobre o ICMS cultural - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - e é revertida em incentivos fiscais, repassado mensalmente pelo governo estadual ao município. Para tanto, deve ser apresentada junto ao IEPHA/MG - a documentação que comprove as ações desenvolvidas durante o ano do exercício e os planos de ações e salvaguarda relativas à preservação dos seus bens culturais para o ano subsequente.

O Conselho do Patrimônio Cultural necessita de liberdade para gerir suas escolhas de ações e devem ser registradas em atas. Mas, existe uma tentativa de governantes em amarrar as ações e investimentos do Conselho a eventos que promovam o marketing político de suas gestões. Esses fatos não deveriam acontecer, é necessário que haja uma separação de interesses, pois a verba deve ser gerida em ações determinadas unicamente pelo Conselho, que atendam a interesses culturais do município e não interesses particulares.

A grande dificuldade encontrada pelos gestores acontece por essa verba ser depositada em conta conjunta do município, o que levou a necessidade de criar uma conta para um fundo próprio de cultura. No município cabe ao chefe do conselho, acompanhar e

¹⁰² Com a mudança da legislação do estatuto interno, ficou deliberado que fossem inclusos como membros do Conselho de Cultura, pessoas representantes de diversos segmentos culturais do município e passariam a assumir a presidência do conselho somente as pessoas ligadas à sociedade civil, já que estas poderiam deliberar ações sem grandes embates diante de interesses políticos de quem estava à frente do poder público municipal. A partir deste momento, o chefe da Seção de Cultura vinculado à prefeitura, não teria mais direito de voto nas decisões do conselho, além do que, os membros que passariam a formar o conselho deveria contemplar três representantes do poder público e seis da sociedade civil. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

cobrar dos gestores públicos mensalmente o repasse desta verba para o fundo de cultura. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

No que diz respeito às relações de políticas culturais estabelecidas entre o estado de Minas Gerais e o município de Carmo do Rio Claro, Jair S. Junior reitera que:

A relação de políticas culturais envolvendo o governo estadual e o município de Carmo do Rio Claro se dá de modo muito distante. Existe um distanciamento significativo entre o município e o centro gestor. Cerca de cinquenta por cento das verbas são destinadas a projetos culturais que tem como foco as cidades mais representativas do estado. É necessária uma reflexão acerca de discursos políticos dos agentes representantes destes órgãos públicos, em função da proximidade das cidades mais beneficiadas e sua proximidade do centro gestor. Em que medida tal fato acaba se tornando um agente facilitador na apropriação destes recursos? (Entrev. JUNIOR, 2019).

Junio César O. Martins salienta que, a cada ano, o IEPHA/MG lança novas diretrizes em relação a processos de tombamentos/registros. Em Carmo do Rio Claro (MG), o processo de tombamento ou registro de um bem cultural é realizado durante reuniões do Conselho¹⁰³, e o primeiro passo consiste em realizar o Inventário sobre o bem cultural, em sequência são realizados estudos técnicos que resultam na formatação de um Dossiê que aponte futuras ações de salvaguarda.

O pedido de tombamento ou registro de um bem cultural pode ser solicitado por qualquer cidadão, por meio de indicação em carta, ou por um conselheiro advertindo sua importância. Mas a avaliação das indicações deve ser julgada por critérios que atendam interesses culturais da sociedade como um todo e não de uma vontade particular.

Diante de tal intenção é necessário colocar sobre notoriedade pública o processo de tombamento do bem cultural e deve ser publicada em jornal impresso local com direito à impugnação por membros da sociedade. Interesses de vontade particular não tem o poder para alterar o interesse comum de uma sociedade para com o bem cultural em questão. Após aprovação oficial do Conselho e tombamento ou registro no livro tomo, toda documentação é encaminhada diretamente ao IEPHA (MG).

Aprovado o tombamento ou registro pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, cabe ao secretário de cultura pôr em prática os planos de ações de salvaguarda. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

Em relação às empresas contratadas para realizar inventários, tombamentos e registros de bens culturais, Jair S. Junior alega que estas fazem um trabalho específico e técnico de organizar a documentação, mas não existe um envolvimento direto no município com as manifestações e bens culturais tombados. Ainda segundo Junio César O. Martins:

Os profissionais destas empresas não possuem o sentimento de pertença, que é algo que nós possuímos. Por mais que os antropólogos e historiadores digam que a gente

¹⁰³ De acordo com Junio César O. Martins, o conselho tem como obrigação reunir-se no mínimo quatro vezes anualmente.

não possa colocar sentimento em uma pesquisa, você enquanto pesquisador está vindo inventariar algo que você possui esse sentimento, o que já é um ganho de cinquenta por cento na produção do trabalho. Quando a gente pesquisa algo que tem a ver com nossas raízes conseguimos alcançar uma profundidade maior.

Já um profissional que sai de Belo Horizonte e vem inventariar um grupo folclórico na cidade de Carmo do Rio Claro, vai deixar escapar uma série de coisas que só a gente que cresceu aqui, que conviveu, sabe como funciona.

Nesse sentido, quando se coloca alguém como gestor que não tem entendimento técnico, acaba-se por depender da contratação de empresas que às vezes pelo menor custo prestam o serviço sem o devido compromisso. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

De acordo com Jair S. Junior, necessariamente o IEPHA/MG indica que quarenta por cento dos recursos do ICMS, de patrimônio cultural, sejam investidos em bens patrimoniais, ou seja, o correto seria que a maior parte deste recurso fosse destinado à manutenção e salvaguarda dos bens tombados/registrados.

O grande embate na prestação de contas junto ao IEPHA, consiste no fato de que todo dinheiro gasto em ações de promoção cultural tem que passar pela conta bancária do fundo de cultura, de modo que seja detalhado a prestação de conta de todos os gastos investidos. Na realidade existem muito desvios destes recursos que não representam investimentos em bens culturais envolvendo identidades coletivas. (Entrev. JUNIOR, 2019).

Junio César O. Martins ressalta que as trocas de governo acabam por representar “o rompimento de projetos, o que prejudica o andamento de uma série de ações passíveis de gerar benefícios fiscais para o município.” (Entrev. MARTINS, J., 2019).

Outro problema de gestão que acontece nos municípios, é que durante os quatro anos de um mandato, tem se o costume de não realizar acordos e projetos no primeiro e último ano, assim o trabalho efetivo acontece somente em dois anos. É necessário que exista um profissional efetivo na Seção de Cultura capacitado em gestão cultural, que exerça um trabalho ininterrupto e que trate somente de questões técnicas relacionadas às políticas culturais. (Entrev. JUNIOR, 2019).

No que diz respeito às questões burocráticas enfrentadas pelo gestor, Junio César O. Martins comenta que:

A burocracia de uma máquina pública é de grande complexidade quando se trabalha com recursos financeiros vindos de órgão público, pois é necessário solicitar três licitações de compras ou serviços; depende ainda de profissionais e empresas regularizadas para realizar estas cotações e após a realização do serviço, ainda depende de quem faz o pagamento não o atrase para não gerar juros estipulados em contratos. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

O entrevistado expõe a dificuldade de diálogo com o poder público quando isso envolve o jogo de interesses particulares, e destaca a importância da parceria do Ministério Público junto aos Conselhos. “A maioria dos municípios enxergam esse órgão como meio de

perseguição. Isso acontece para aqueles gestores que não estão exercendo seu trabalho de maneira correta em relação às normativas legais e técnicas impostas pelos órgãos públicos.” (Entrev. MARTINS, J., 2019).

No que refere à atuação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e do poder legislativo municipal, Junio César O. Martins esclarece que:

Ao poder legislativo municipal cabe a criação das leis de proteção ao patrimônio em nível local, segundo as normas e leis vigentes no estado e na federação, além da aprovação, criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e qualquer alteração no que diz respeito à lei de criação de um Conselho e outras leis que se julgue necessário para a proteção do patrimônio cultural material e imaterial. Ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, cabe cumprir fielmente a lei de criação, criar seu regimento interno, se reunir periodicamente e conhecer sobre o assunto. Não pode haver mistura de funções, por exemplo, um vereador ou toda a casa legislativa, atrapalhar uma ação do conselho. É muito claro, se a lei está do lado dos conselheiros, deve ser seguida, no entanto muitas vezes os interesses individuais seguem em primeiro plano. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

Ele descreve que os valores recebidos de ICMS cultural pelos municípios mineiros são sempre relativos às ações realizadas e propostas aos dois anos anteriores¹⁰⁴.

O fato de o município realizar tombamentos e registros, mas não pôr em prática as ações previstas no plano de salvaguarda, faz com que a pontuação do ICMS cultural venha a diminuir nos anos subsequentes. O IEPHA como órgão responsável subentende que, se o município não utilizou tais recursos, eles não serão mais necessários nos anos seguintes. O que também pode gerar questionamentos dos auditores e a verba pode ser gradativamente extinta. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

Durante sua atuação como gestor, Junio César O. Martins reitera que iniciou-se uma nova política cultural no município que resultou em registros de bens culturais¹⁰⁵ imateriais, tais como, o modo de fazer do doce cristalizado e em compota, além do modo de fazer tecelagem manual. Propostas estas “que nos planos de salvaguarda beneficiariam estes grupos, o que até então, ficavam somente em promessas políticas.” (Entrev. MARTINS, J., 2019).

Jair S. Junior menciona que existe a exigência do IEPHA/MG quanto à promoção de ações culturais envolvendo o apoio aos grupos detentores de bens culturais imateriais, das quais anualmente deve ser apresentado ao órgão o resultado destas ações. Nesse sentido no que diz

¹⁰⁴ A verba mensal destinada ao município nos anos de 2016 e 2017 foi em torno de 10 mil reais por mês. Existe no site Robin Hood um portal de transparência, onde é exposto mensalmente o extrato contendo todas as verbas de ICMS que são destinadas aos municípios. (Entrev. JUNIOR, 2019).

¹⁰⁵ Junio César O. Martins relata que outro reconhecimento significativo foi o tombamento da Serra da Tormenta enquanto um bem paisagístico, o que exigiu a contribuição de diversos profissionais, como geógrafos, arqueólogo, biólogo, historiador, topógrafos no intuito de compreender a importância deste bem para a sociedade carmelitana. Este estudo comprovou inclusive que as águas que minam da Serra da Tormenta poderiam abastecer uma cidade de 40 mil habitantes, no entanto não existe interesse político para tanto. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

respeito às relações postas entre os grupos detentores de bens culturais e os gestores culturais, Jair S. Junior explica que:

A dificuldade de um gestor de cultura é entender sua função, o gestor é a pessoa que conduz, é um fio condutor. Não é ele quem propõe as demandas, ele propõe soluções e cria as condições. O gestor não é o ator, não é o proponente, o ator está na sociedade. O problema é que muitos gestores querem ser atores e sair bem nas fotos, mas a gente sabe que isto não se sustenta.

No passado alguns gestores acabaram com vários grupos folclóricos, em função de usá-los como ferramenta ou marketing político. Assim criavam festas fora de época de suas tradições e usavam estas pessoas como um meio de promoção política fazendo com que a partir de certo momento, estes grupos ficassem sem parâmetros, sem horizonte.

Existe um questionamento restritivo de que, até que ponto o poder público necessariamente precisa se envolver com as manifestações folclóricas, já que estas existiam antes e vão para além da política. É preciso ter a sensibilidade em reconhecê-los, porque isso gera um benefício fiscal, mas tem que haver um cuidado com estas aproximações por parte do poder público, por não saber o distanciamento correto, de querer estar sempre bem nas fotos, atitudes que pode criar nessas pessoas o imaginário da dependência. Pois muitas vezes eles revelam uma carência que pode ser eterna e nem por isso vão deixar de existir ou talvez eles existam mais por causa delas.

O gestor tem que compreender que a existência de grupos folclóricos independe de seu querer, você deve atendê-los e quando os grupos entenderem o poder que eles têm em mãos e os agentes de que ele é um servidor destes grupos e não ao contrário, pode ser que as coisas mudem.

As mudanças em se tratando de políticas culturais tem se intensificado e se tornaram mais burocráticas, medidas estas que têm afastado relações de proximidade com políticos, de modo que foram criadas leis onde estes políticos não pudessem mais fazer-lhes promessas.

Não se deve manipular um grupo que tem um motivo de existência, eles não existem pelo turismo, para criar e gerar o turismo, seu período de existência acontece no final de dezembro e início de janeiro. Aqueles que se identificam com essas práticas tem que observá-los em seu período de existência, obedecendo a suas regras de funcionamento. Não tem como manipular isto, pois de tal modo é como se modificasse seus interesses. Manipulando-os a fim de financiá-los para mantê-los em funcionamento, estes grupos estão fadados a se transformarem em fantoches e a vender uma história, contudo sabemos que isso não funciona.

Na verdade, a gente não engole essas manifestações e sim somos engolidos por elas, pois estes grupos permanecem e se modificam. Como diria Drummond: Eterno é tudo aquilo que vive uma fração de segundo, mas com tamanha intensidade que se petrifica e nenhuma força resgata.

Eles estão ali, têm a característica do eterno, eles têm essa força, se ficar guardados em algum lugar de suas casas, uma pequena frase de canto, um instrumento, uma indumentária, essas manifestações se resgatam. Por algum motivo, eles se reorganizam e se levantam porque está neles, é algo de mais genuíno da cultura do homem mais simples, que têm essa necessidade de se expressar ao longo do tempo, uma vez por ano. Se não saírem neste ano, sairão em um próximo.

O agente público tem que ter a sensibilidade de entendê-los primeiramente, de não achar que vai entrando em seu universo porque se tem mais formação. Para eles essa formação não tem nenhum significado. Na verdade, até os elogios a eles dirigidos deve se saber a dimensão. Nós somos muito técnicos e existem muitas coisas ali que vão muito além daquilo que a gente acredita que conhece. (Entrev. JUNIOR, 2019).

Junio César O. Martins evidencia que existe no município uma falha de diálogo com os grupos populares produtores de cultura, muitos deles não sabem que tais verbas existem.

Os grupos de Folias de Reis, de doceiras, de tecelãs, são pessoas muito simples e que muitas das vezes preferem não dialogar com o poder público. Embora seja de pouca quantia o incentivo fiscal advindo do ICMS de Patrimônio, deveria realizar uma divisão entre estes grupos, para que não seja satisfeita a vontade somente do gestor que muitas das vezes acaba por centralizar investimentos em privilégio de um Bem Cultural, o que por lei é possível, mas deveria ser encarado como algo um tanto centralizador. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

Para que os grupos possam ter acesso a recursos públicos, Jair S. Junior explica que:

É necessário a presença de representantes destes grupos culturais dentro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, de modo que eles possam cobrar ações efetivas. Eles poderiam exigir aquilo de benefício fiscal que eles geram para o município, mas não existe hoje uma lei que obrigue que o município de algum retorno a estes grupos. Existe uma burocracia enorme e não sei se isto se justifica, pois caso não se tenha documentação solicitada não se podem atender esses grupos. Eles não têm um secretário ou um técnico que possa formular uma documentação dentro do requisitado pelos órgãos responsáveis. Muito embora existia na cidade de Carmo do Rio Claro um grupo registrado em função de uma lei que poderia beneficiar apenas um grupo de cada segmento cultural, no entanto esta lei foi derrubada. Ainda precisamos realizar muitas coisas. Um dos reconhecimentos fundamentais a se fazer refere-se às práticas culturais de manifestações folclóricas, pois aquilo que mais nos representa são as manifestações folclóricas. (Entrev. JUNIOR, 2019).

O entrevistado expõe que a relação de acessibilidade e diálogo entre o poder público municipal e os grupos das Companhias de Reis e do Menino Jesus, em sua gestão, acontecia somente com um grupo, devido ao apadrinhamento da prefeita. Existia ainda uma tentativa de aproximação do grupo de Companhia de Reis do distrito da zona rural das Três Barras com a demanda de confecção de uniformes. Corroborando com tal afirmativa, Junio César O. Martins esclarece que em sua gestão foram realizadas parcerias junto aos grupos de doceiras e das tecelãs, além de encontros folclóricos e assessoria ao grupo de Folias de Reis do distrito das Três Barras.

Em relação à importância dos grupos de Folias de Reis, o destaque se dá ao sincretismo e mistura de elementos que os portugueses trouxeram; a religiosidade trabalhada por um viés popular que é mais fácil do povo entender, do que uma teologia maçante e a importância da fé, a forma com que a população os respeita e os reverenciam.

Já a preservação dos grupos de Folias de Reis é algo mais complexo, se comparado à preservação de um bem material, pois é necessário realizar um trabalho em educação para que outros assumam suas funções.

Sinto que poderia ser feito mais por esses grupos de Folias de Reis, mas por falta de tempo, conhecimento ou pelo fato de passarem despercebidos, pois eles se fazem presente somente durante o período do final de ano. (Entrev. MARTINS, J., 2019).

Junio César O. Martins destaca que uma das ações que está prevista pelas normativas do IEPHA, mas que não acontece hoje no município, refere-se à educação patrimonial. O entrevistado constata que no período de sua gestão à frente da Seção de Cultura, realizou

diversas palestras em escolas e que hoje enquanto professor do ensino médio tem vários de seus alunos que comentam e lembram dos conteúdos trabalhados naquelas ocasiões.

De acordo com os entrevistados, nos últimos dois anos¹⁰⁶ a ausência de um gestor técnico qualificado em políticas culturais a frente da Secretaria de Cultura do Município tem acarretado o não cumprimento das normativas estabelecidas pelo governo estadual, já que o município não tem enviado as documentações necessárias ao IEPHA que comprove a efetividade de atuação do município em ações de salvaguarda.

4.3 PATRIMONIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FENÔMENO: O REGISTRO DAS COMPANIAS DE REIS E DO MENINO JESUS EM CARMO DO RIO CLARO (MG)

Em conformidade com os procedimentos técnicos e legislações específicas apontados durante o processo deste trabalho, o registro oficial das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG) – um dos objetivos específicos desta pesquisa – se efetivou mediante inscrição no livro de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial na forma da Lei Municipal 2.249/2011 que aconteceu no dia 12 de janeiro de 2020, sob Inscrição de nº 3, página 9, conforme apresenta a figura 7. Por seu valor histórico, simbólico e cultural, foram inscritos em duas categorias: “formas de expressão”, devido a sua organização enquanto grupo; e de “celebrações” devido a sua organização ritual voltada à peregrinação dos foliões/pastores, e sujeito à proteção de acordo com a Lei Municipal nº 2.249 de 14 de dezembro de 2011, Decreto Federal nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 e artigo 216 § 1º da Constituição da República de 1988.

O ato do registro só foi possível, mediante a participação do pesquisador na compreensão de toda a dinâmica que envolve legislações, órgãos e normativas que fundamentam as políticas culturais aplicadas no Estado de Minas Gerais e no Município de Carmo do Rio Claro (MG). Aliado a estas investigações, destaca-se a densidade de elementos elaborados por esta pesquisa no que refere à compreensão íntegra das manifestações de religiosidade popular – as Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG); requisitos básicos indispensáveis à concretização deste processo.

Nesse sentido, o registro efetivou-se tendo em vistas os seguintes procedimentos normativos impostos pelo IEPHA/MG: histórico do município; inventário, histórico, análise

¹⁰⁶ No ano de 2018 e 2019, os recursos fiscais advindos do ICMS de Patrimônio Cultural estavam parados, e se não houver conselheiros para organizar seu uso, ele não pode ser usado. Caso o dinheiro seja usado de forma indevida ou não seja utilizado, nos anos posteriores o IEPHA subentende que o município não mais necessite daqueles recursos e nos anos posteriores a pontuação do município vai caindo.

descritiva, documentação audiovisual e fotográfica do bem cultural, entrevistas com detentores do bem cultural; plano de salvaguarda; cronograma de ações para os próximos dois anos, notificação ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural para proposição do registro, edital de notificação em jornal local, declaração de anuência assinado pelos representantes do bem cultural, inscrição no livro de registro.

Ressalta-se ainda, que este processo se consolidou no diálogo entre pesquisador/orientador, Universidade Estadual de Ponta Grossa, representantes e membros participantes dos grupos de Companhias de Reis e do Menino Jesus, sociedade local, representantes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Carmo do Rio Claro (MG), da Igreja Católica e ex-gestores culturais do município.

Figura 7 - Inscrição das Companhias de Reis e do Menino Jesus no Livro de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial da Cidade de Carmo do Rio Claro (MG).

29

Inscrição nº 03 – Fica, o bem cultural Companhias de Reis e Companhia do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro/ MG por seu valor histórico, simbólico e cultural, inscrito neste livro em duas categorias: ‘formas de expressão’, devida sua organização enquanto grupo; e de ‘celebrações’ devido sua organização ritual voltada à peregrinação dos foliões/pastores, segundo o número 03 (três), e sujeito a proteção de acordo com a Lei Municipal nº 2.249 de 14 de dezembro de 2011, Decreto Federal nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 e artigo 216 § 1º da Constituição da República de 1988.

Carmo do Rio Claro, 12 de janeiro de 2020.

Marcela G. C. S. Cortapasso Cruz
 Marcela Giorgia Crispim dos Santos Cortapasso Cruz
 Presidente do Conselho Municipal do
 Patrimônio Cultural de Carmo do Rio Claro/MG.

Suzana de Araújo Leite Hervas
 Suzana Leite Hervas
 Chefe da Seção do Patrimônio Cultural
 e Museus de Carmo do Rio Claro/MG.

Fábio Martins
 Fábio Martins
 Mestrando em Gestão do Território/Geografia
 Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR.

12/1

Fonte: Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro - MG (2020).

4.3.1 PROPOSTAS DE SALVAGUARDA

Em face das demandas apontadas durante o processo de pesquisa junto aos grupos detentores das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), e em consonância com as propostas de salvaguarda estabelecidas em âmbito estadual, este trabalho propõe aos órgãos competentes do município a execução do Plano de Salvaguarda a ser executado nos próximos anos com as seguintes demandas:

- Incentivar as novas gerações a participar das práticas relacionadas com as Companhias de Reis e do Menino Jesus através de oficinas a serem desenvolvidas nas escolas como projeto de contraturno para alunos interessados;
- Promover a formação de professores para abordagem da temática das folias em sala de aula e nos espaços não formais de educação;
- Promover o compartilhamento dos saberes das folias à população carmelitana, articulando os modos tradicionais com as novas tecnologias (criação de um canal com vídeos referentes aos ritos das Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro (MG); inserção de conteúdos sobre os grupos em aplicativo de turismo desenvolvido pelo município e publicação de livro resultado desta pesquisa;
- Criar editais específicos que contemplem as necessidades dos diversos grupos como, por exemplo, transporte para deslocamentos, vestimenta, aquisição e manutenção de instrumentos;
- Apoiar e fortalecer as articulações entre os Grupos de Companhias do município;
- Criar calendário de Encontro e Festas;
- Criar um centro cultural com disponibilidade de salas para guarda de instrumentos e ensaios e reuniões dos grupos de Companhias.

QUADRO 5 - Propostas ações de Salvaguarda Ação/Projeto 2019		
01	Criar de canal ¹⁰⁷ em redes sociais para postagens de vídeos sobre as Companhias;	2º semestre
02	Inserir conteúdos sobre os grupos em aplicativo de turismo ¹⁰⁸ desenvolvido pelo município.	2º semestre
Ação - Projeto 2019		
01	Aplicar oficinas nas escolas em período de contraturno com práticas relacionadas à musicalidade e saberes presentes nas Companhias de Reis e do Menino Jesus;	1º e 2º semestre
02	Criar calendário de Encontro e Festas;	1º semestre
03	Publicar livro como resultado desta pesquisa;	2º semestre
04	Criar editais específicos que contemplem as necessidades dos diversos grupos como, por exemplo, transporte para deslocamentos, vestimenta, aquisição e manutenção de instrumentos;	2º semestre
05	Encaminhar documentação de Registro e Dossiê ao IEPHA/MG (Setor Municipal – SEMPAC).	
Ação - Projeto 2020		
01	Aplicar oficinas nas escolas em período de contraturno com práticas relacionadas à musicalidade e saberes presentes nas Companhias de Reis e do Menino Jesus;	1º e 2º semestre
02	Promover a formação de professores para abordagem da temática das folias em sala de aula e nos espaços não formais de educação;	1º semestre
03	Criar calendário de Encontro e Festas;	1º semestre
04	Criar um centro cultural com disponibilidade de salas para guarda de instrumentos e ensaios e reuniões dos grupos de Companhias;	2º semestre
05	Criar editais específicos que contemplem as necessidades dos diversos grupos como, por exemplo, transporte para deslocamentos, vestimenta, aquisição e manutenção de instrumentos.	2º semestre

Dado o exposto, é importante salientar que a inscrição do registro em âmbito municipal constitui-se instrumento importante para o avanço e diálogo entre os grupos de Companhias - poder público - sociedade carmelitana no acesso às políticas culturais que visem a salvaguarda deste bem cultural. Para que tais proposições apresentadas na Quadro 5 sejam de fato executadas, é necessário que haja um profissional qualificado no poder executivo local (chefe de seção de cultura) que se prontifique no cumprimento dos trâmites burocráticos para que tais ações de fato se desenvolvam.

¹⁰⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCubrv5rJ-JZW3vRjccAp0ug?view_as=subscriber. Acesso em: 20/01/2020.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.crc&hl=de>. Acesso em: 20/01/2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir mais um ciclo de trabalho que se refere à temática das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), acredita-se ter alcançado o objetivo central proposto pela pesquisa: o (re)conhecimento das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG) como patrimônio cultural imaterial do município, por meio da sociedade carmelitana, foliões/pastores envolvidos, turistas e poder público local. Cabe ressaltar, que a concretização deste ato só foi possível dada a união entre a ciência, o envolvimento dos detentores destas celebrações, a sociedade carmelitana e o poder público municipal, representado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Em face da trajetória de 17 anos de registros (fotografias e audiovisuais) e investigações, as pesquisas até então por mim desenvolvidas que tinham como foco a figura do palhaço ampliaram-se, de modo que no presente trabalho explorou-se uma perspectiva mais ampla, com a interpretação e análise dos sistemas simbólicos que dão sentidos às Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG). O alcance destas explorações se firmou através de uma análise interdisciplinar que se concretizou no diálogo entre a ciência geográfica, sociológica, antropológica, filosófica, histórica e artística. Sendo assim, cada qual com suas particularidades, possibilitou diálogos entre conceitos, métodos e metodologias de modo a viabilizar a construção-organização de investigações-análises em torno do objeto de estudo.

Tendo em vista minha formação artística, posso afirmar que o diálogo com a ciência geográfica se desenvolveu de maneira desafiadora, haja vista que este relacionamento permitiu-me avançar em novas formas de percepções do objeto de pesquisa no que se refere à abordagem da religiosidade nas ciências humanas e às formas de relacionamentos estabelecidas entre homem e espaço.

Nesse sentido, a escolha do conceito de paisagem, tão significativo ao campo da Arte e da Ciência Geográfica, foi decisória ao avanço desta pesquisa, considerando a série de contribuições das quais os geógrafos fizeram avançar nesta discussão; dado que a paisagem religiosa das Companhias manifestam-se em face de uma diversidade de sentidos, da qual a visualidade por si só não nos fornece uma ampla dimensão do objeto investigado. A poética, aliada à arte da fotografia e aos recursos audiovisuais, permitiu potencializar a compreensão do fenômeno enquanto paisagem religiosa composta por uma multiplicidade de sentidos: religiosidade, fé, devoção, performances corporais, musicalidade e trocas simbólicas.

O diálogo entre ciência e empiria é evidenciado durante todo o texto, no qual acadêmicos e sujeitos participantes-detentores destes saberes tradicionais contribuem numa mesma proporção para a construção do conhecimento que envolve o bem cultural analisado.

A disposição dos vídeos na internet, possibilitou o retorno imediato aos grupos que aguardavam filmagens por mim iniciadas em 2004, o que até então nunca havia sido disponibilizado ao público. Esse fato causou a comoção de muitas famílias de foliões falecidos, e proporcionou o acesso às entrevistas e rituais às pessoas interessadas a visualizar e buscar a compreensão dos significados e dos saberes presentes nesses grupos de Companhias.

As investigações em torno do processo de formação histórico-cultural do município de Carmo do Rio Claro (MG) evidenciam, desde a fundação do município, as fortes relações estabelecidas com o catolicismo. Em sua paisagem religiosa, o calendário litúrgico renova-se ano após ano em um “eterno presente”, onde tradições expressas por celebrações, procissões e festejos compõem uma diversidade de crenças associadas aos santos católicos.

Nesse contexto, a paisagem das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro manifestam-se entre o ciclo natalino e a festa da epifania, de modo a revelar uma diversidade de elementos singulares em seus ritos, tais como a religiosidade, a musicalidade, a dança, as trocas simbólicas e os laços de sociabilidade. Cabe ainda ressaltar que apesar de semelhanças em seus modos operantes, constata-se uma diferenciação nos ritos estruturantes entre as Companhias de Reis e Companhia do Menino Jesus, sendo esta última, objeto de estudo científico pela primeira vez no município.

As discussões sobre o conceito de patrimônio imaterial avançaram em paralelo às discussões sobre o desenvolvimento de políticas culturais nas diferentes escalas (internacional, nacional, estadual e municipal). Nesse contexto, constata-se a efetividade no estado de Minas Gerais enquanto modelo descentralizador na gestão de seus bens culturais, haja vista a contrapartida de benefícios fiscais propiciadas pelo programa anual de ICMS Cultural, o que faz com que grande parte de seus municípios invistam na proteção e salvaguarda de seus bens culturais/patrimoniais.

A pesquisa constatou ainda, o avanço em relação à gestão de políticas culturais no município de Carmo do Rio Claro (MG), ocorrido entre os anos de 2012 a 2016. No entanto devido à falta de gestores técnicos qualificados à frente do poder executivo, entre os anos de 2018 e 2019, o município não pôde atender as demandas administrativas junto às normativas anuais impostas pelo IEPHA/MG. Constata-se ainda, nas falas dos foliões/pastores e sociedade, o distanciamento e dificuldade de acesso, apoio e diálogo das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG) em relação ao poder executivo.

Acredita-se que através deste instrumento legal, o Registro das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), estreitem as relações entre os grupos, poder público e sociedade carmelitana, mediante a efetivação de ações propostas no plano de salvaguarda.

Diante das dificuldades apontadas pelos grupos de Companhias sobre a continuidade dessas manifestações, a pesquisa diagnosticou como principal demanda de salvaguarda o incentivo às novas gerações a participar das práticas relacionadas com as Companhias de Reis e do Menino Jesus, tal como a aplicação de oficinas a serem desenvolvidas nas escolas do município para alunos interessados, demanda esta, que prevalece mediante a idade avançada de grande parte dos foliões/pastores e o atual cenário de desinteresse dos mais jovens.

Contudo, em contraponto à ausência de relações estabelecidas entre os grupos e o poder público municipal, os grupos de Companhias se sentem valorizados e reconhecidos pela sociedade. Grupo social que se mostrou favorável ao reconhecimento oficial através do registro e a aplicação de projetos e ações para a salvaguarda deste bem cultural.

Em relação à temática das Companhias de Reis e do Menino Jesus de Carmo do Rio Claro (MG), considera-se que, apesar dos inúmeros avanços alcançados por este trabalho, abrem-se inúmeras possibilidades de continuidade de investigações futuras, dada a multiplicidade e riqueza do material recolhido durante este processo, tais como investigações mais intensas sobre a paisagem religiosa de Carmo do Rio Claro (MG); além de diálogos e reaproximações com o universo da arte, com referência aos múltiplos sentidos presentes na paisagem das Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro (MG).

Destaco a importância social deste trabalho, pois torna o fenômeno das Companhias politicamente visível perante o poder público municipal e ao estado de Minas Gerais. Ressalta-se ainda, a relevância desta pesquisa, enquanto fonte norteadora para profissionais e pesquisadores de áreas distintas, no que diz respeito aos direcionamentos e desafios enfrentados por agentes culturais perante as normativas e aos conhecimentos técnicos necessários para o registro de bens culturais de natureza imaterial no estado de Minas Gerais e município de Carmo do Rio Claro.

Para finalizar, gostaria de me aventurar em uma trova, com intuito de sintetizar após tantas observâncias, o que é ser um Folião das Companhias de Reis de Carmo do Rio Claro:

Ser Folião

É esperar o ano todo com ansiedade, fé e alegria;
 A saber que em dezembro, iluminados pela estrela guia,
 Três Reis Santos e Menino Jesus levarão bençãos para todas as famílias,
 Que desejam recebê-los, em suas moradias.

É lutar por manter a tradição,
 Alicerçada pela fé, e pela devoção,
 É cumprir promessas dos devotos sem distinção,
 De raça, ou de classe, pois o que vale é a boa intenção.

É sair em jornada, faça chuva ou faça sol,
 Carregando os instrumentos, na cidade ou na zona rural,
 Recebendo donativo, não importa qual,
 Pois estes serão revertidos a uma causa social.

É saber tocar, cantar, não importa a função,
 Todos são bem-vindos, basta ter disposição,
 É saber da arte da improvisação,
 Nos versos, nas cantorias, acompanhadas de emoção.

É ser bem recebido, no pagamento de uma promessa,
 Com fartura de alimentos, preparados com dedicação,
 Café, almoço ou janta, não importa a refeição
 O importante é reunir a família do devoto e o folião.

É saber, que sua maior gratificação,
 Está no relato de um devoto, que com muita emoção,
 Não segura suas lágrimas por tamanha gratidão,
 Ao ter alcançado a graça, onde não se via mais solução.

Autor: Fábio Martins (2019).

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. R. M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. **Apostila Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular**, Rio de Janeiro, 1. ed., p. 54- 63, 2006/2007.

ANDRADE, A. R. D.; SCHMIDT, L. P. **Metodologias de pesquisa em Geografia**. Paraná: UNICENTRO, 2015.

ANTENOR, E. M. **O encontro das etnias indígenas e quilombolas: do período pré-histórico ao colonial em Carmo do Rio Claro, MG**. 2011. Monografia (Licenciatura em Geografia), Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2011. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/TCC-Edvania.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRANDÃO, C. R. **A folia de reis de Mossâmedes**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

CASCUDO, L. da. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2012.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CLAVAL, P. A contribuição Francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. *In*: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrrand Brasil, p. 147- 166, 2011.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CONTIER, A. D. O nacional na música erudita brasileira: Mário de Andrade e a questão da identidade cultural. **ArtCultura**, v. 15, n. 27, 2004, p. 105-119, jul./dez. 2013.

CORÁ, M. A. J. **Do material ao imaterial: patrimônios culturais do Brasil**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrrand Brasil, p. 103-134, 2011.

COSGROVE, D. Em direção a uma Geografia Radical: problemas da teoria. *In*: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrrand Brasil, p. 103-134, 2011.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 219-237, 2012.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DA SILVA, P. S. Patrimônio cultural imaterial: conceito e instrumentos legais de tutela na atual ordem jurídica brasileira. *In*: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em:

http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/14/1312573747_ARQUIVO_Patrimonio_cultural_imaterial.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: a natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DE CASTRO, Z. M.; COUTO, A. do. P. **Folia de Reis**. Rio de Janeiro: Editora Itambé, 1961.

DE OLIVEIRA, L. C. **Festa de Santos Reis**: Patrimônio Imaterial de São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12909/1/Lucas%20Candido%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. **GEOSABERES**: Revista de Estudos Geoeducacionais, Ceará, v. 5, n. 1, p. 3-23, dez. 2014.

DINIZ, T. B. As transformações na paisagem do município de Fama-MG a partir da implantação do lago de Furnas. In: JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA, 4., 2014, Alfenas. **Anais** [...] Alfenas: UNIFAL, 2014. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/4jornadageo/system/files/anexos/tamiris164-169.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DOS SANTOS, C. R. O patrimônio de Mário de Andrade: tirando o pedregulho da botina para não manquejar. **Revista CPC**, v.13, n.25 especial, p.11- 47, jan./ set. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144681>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2018.

FERREIRA, J. P.; FAIMAL, S.; CORREIA FILHO, V. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

FONSECA, M. C. L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 153-163, 1996.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FUSCH, P. I.; NESS, L. R. Are we there yet? Data saturation in qualitative research. **The Qualitative Report**, v. 20, n. 9, p. 1408- 1416, 2015.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GIL FILHO, S. F. **Espaço Sagrado**: Estudos em Geografia da Religião. Curitiba: Editora Ibpex, 2008.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, vol. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GRILO, A. T. **Carmo do Rio Claro: Aulas de História Social Caderno 1**. Carmo do Rio Claro: Departamento de Educação e Cultura, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDRICH, Á. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, p. 15-34, 2016.

HOLZER, W. **Estudo fenomenológico da paisagem do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**, 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

HOLZER, W. **A geografia humanista: sua trajetória 1950-1990**. Londrina: SciELO-EDUEL, 2016.

HORTA, C. F. de. M. M. **O grande livro do folclore**. Belo Horizonte: Ed. Leitura, 2000.

IEPHA. **Dossiê: Folia de Minas**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2016.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: IPHAN/DAF/Cogedip/ Ceduc, 2013.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

KOZEL, S. Geopoética das paisagens: olhar, sentir e ouvir a “natureza/Landscape geopoetics: looking, felling and hearing the “nature.” **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 37, p. 65- 78, 2012.

LAKATOS, E. M.; DE ANDRADE MARCONI, M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, F. **A Construção de um perfil identitário acerca da figura do palhaço presente nas Folias de Reis de Carmo do Rio Claro, Sul de Minas Gerais de 2004 a 2018**. 2018. Monografia (Especialização em História Arte e Cultura) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

MARZOCHI, A. S. Procedimentos metodológicos de pesquisa com jovens infratores: a importância da história oral. **Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura**, v. 21, n. 1, p. 107-112, jan./dez. 2013.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MIGNOLO, W. **Os esplendores e as misérias da “ciência”**: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. São Paulo: Cortez, 2004.

MONASTIRSKY, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323- 334, jul./dez. 2009.

MINAYO, M. C. de. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017.

PATAI, D. *Brazilian women speak: Contemporary life stories*. London: Rutgers University Press, 1988.

PELEGRINI, S. de. C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PEREIRA, C. J.; TORRES, M. A. Espacialidades Religiosas. *In*: GIL FILHO, S. F. **Liberdade e Religião**: o Espaço Sagrado no século XXI. Curitiba: Editora CRV, p. 95-105, 2016.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PINHEIRO, J. Antropologia, arte, fotografia: diálogos interconexos. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 125-135, 2000.

PORTO, G. **As Folias de Reis no sul de Minas**. Rio de Janeiro: Edições FUNARTE - Instituto Nacional do Folclore, 1982.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROSENDAHL, Z. História, teoria e método em geografia da religião. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.31, p. 24-39, 2012.

ROVAI, M. G. de. O. Memória, Tradição Oral e Publicização: Manifestações Culturais e Patrimônio Imaterial de Congadeiros no Sul de Minas Gerais. *In*: ENCONTRO REGIONAL SUDOESTE DE HISTÓRIA, 11., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFF, 2015.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 97-105, 1996.

SAMAIN, E. **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e geografia. **Finisterra**, Lisboa, v. 36, n. 72, p.37-53, 2001.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 46-55, 2003.

SANTOS, M. V. M. Nasce a academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 24, p. 77-95, 1996.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 19-26, 2011.

TORRES, M. A. As paisagens da memória e a identidade religiosa. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 27, p. 94-110, 2013.

TORRES, M. A. A paisagem sonora religiosa. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores de Meio Ambiente**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, p. 143-164, 1982.

WAGNER, P. L., MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. *In*: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 27-62, 2011.

WRIGHT, J. K. Terrae Incognitae: o lugar da imaginação na geografia. **Geograficidade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 4-18, 2014.

FONTES

1. Entrevistas Semiestruturadas

CRUZ, José dos Reis. Devoção e oferta aos Santos Reis. [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

CRUZ, Teresinha Cândida Gonçalves. Devoção e oferta aos Santos Reis. [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

JUNIOR, Jair Soares. Políticas Culturais em Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

LEITE, Suzana. Formação Histórico-Cultural em Carmo Do Rio Claro (MG) [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

MARTINS, Junio César Oliveira. Políticas Culturais em Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

MARTINS, Marcos Henrique. Companhia do Menino Jesus Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

MELO, Rosa Maria. Calendário Litúrgico em Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

PEREIRA, Jair da Piedade. Companhia de Reis Estrela do Oriente Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

PIRES, Michel Donizetti. Devoções populares: Folias de Reis. [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

SOUZA, Edson Gonçalves de. Companhia de Reis Estrela da Guia Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital.

Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

SOUZA, José Gonçalves de. Companhia de Reis Estrela da Guia Carmo do Rio Claro (MG). [jan. 2019]. Entrevistador: Fábio Martins. Carmo do Rio Claro (MG), 2019. Gravador digital. Entrevista concedida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território – UEPG.

2. Legislação

CÂMARA DE VEREADORES DE CARMO DO RIO CLARO. Legislação Municipal. Lei 1.719. Carmo do Rio Claro, MG, 2005.

CÂMARA DE VEREADORES DE CARMO DO RIO CLARO. Legislação Municipal. Lei 2.115. Carmo do Rio Claro, MG, 2011.

IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). Institucional. Legislação: Legislação de Proteção. Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2018.

MINAS GERAIS. Lei Estadual 5775, de 30 de setembro de 1971. Autoriza o Poder Executivo a instituir, sob forma de Fundação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e dá outras providências. **ALMG**, Minas Gerais, 30 set. 1971. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5775&comp=&ano=1971&aba=js_textoOriginal. Acesso em: 15 set. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto 42.505, de 15 de abril de 2002. Institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais. **ALMG**, Minas Gerais, 15 abr. 2002. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=42505&comp=&ano=2002&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 15 set. 2018.

MINAS GERAIS. Lei Delegada 170, de 25 de janeiro de 2007. Cria o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP e dá outras providências. **ALMG**, Minas Gerais, 25 de jan. 2007. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LDL&num=170&comp=&ano=2007&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 15 set. 2018.

MINAS GERAIS. Lei 18030, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. **ALMG**, Minas Gerais, 12 jan. 2009. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18030&comp=&ano=2009>. Acesso em: 15 set. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto 47400, de 17 de abril de 2018. Contém o Estatuto do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **ALMG**, Minas Gerais, 17 abr. 2018. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47400&comp=&ano=2018&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 15 set. 2018.